

CONECTANDO SABERES

Gênero, Tecnologia e Informação na Era Digital



Rubens Ferreira

Luiz Fernando Correia de Almeida

Rita de Cássia Viana de Almeida

Organizadores

Rubens Ferreira
Luiz Fernando Correia de Almeida
Rita de Cássia Viana de Almeida
Organizadores

CONECTANDO SABERES

Gênero, Tecnologia e Informação na Era Digital



Universidade Federal do Pará

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitora de Relações Internacionais: Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Cristina Kazumi Nakata Yoshino

Prefeito do Campus Universitário: Eliomar Azevedo do Carmo



Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor-Geral: Armando Lírio de Souza

Diretor Adjunto: Paulo Moreira Pinto

Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação: Valda Helena da Cunha Andrade

Coordenadoria de Informação: Ysa Almeida Brasil

Faculdade de Turismo

Direção: Sílvia Helena Ribeiro da Cruz

Vice-Direção: Fabrício Lemos de Siqueira Mendes

Rubens Ferreira
Luiz Fernando Correia de Almeida
Rita de Cássia Viana de Almeida
Organizadores

CONECTANDO SABERES

Gênero, Tecnologia e Informação na Era Digital



Belém • Pará • 2024

©2024

Conselho Editorial

Gilberto de Souza Marques

Armando Lírio de Souza

Paulo Moreira Pinto

Luiz Otavio Maciel da Silva

Rubens da Silva Ferreira

Silvia Helena Cruz Ribeiro

Wanderlino Demétrio Castro de Andrade

Capa: Sem Portas n. 1 e n. 2, ano 2024

Arte: Vannie Gama

Projeto gráfico e diagramação: Ione Sena

Revisão: Juliana de Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C747 Conectando saberes : gênero, tecnologia e informação na era digital /
Rubens Ferreira, Luiz Fernando Correia de Almeida, Rita de
Cássia Viana de Almeida (Orgs.). — Belém-PA: ICSA, 2024.
260 p. : il.

Inclui bibliografias

ISBN: 9786598213770

1. Gênero. 2. Tecnologia – Aspectos sociais. 3. Internet -
Aspectos sociais. I. Ferreira, Rubens. II. Almeida, Luiz Fernando
Correia de. III. Almeida, Rita de Cássia Viana de.

CDD 22.ed. 306.46

Rita Almeida / CRB-2 1086



Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, 1 – Guamá

CEP: 66075-110 | Belém – Pará - Brasil

Sumário

- 8 **Prefácio**
Denise Machado Cardoso
- 34 **Informação, tecnologia da informação e transgeneridade ontem e hoje**
Rubens Ferreira
- 56 **A intersecção entre diversidade, equidade, inclusão, acessibilidade na pesquisa científica e a ciência aberta: um ensaio para compreensões preliminares**
Luiz Fernando Correia de Almeida, Fabiane Maia Garcia e Rita de Cássia Viana de Almeida
- 79 **Lesbocentrar ou alimentar privilégios? Como redes lésbicas feministas radicais se movimentam no Twitter diante de controvérsias**
Julianna Paz Japiassu Motter, Ana Paula Pereira Coelho e Bianca Bortolon Gonçalves
- 99 **Transição tecnológica e o processo transexualizador: ensaio sobre aspectos tecnológicos e a produção subjetiva do cuidado nos ambulatórios de saúde trans**
Thenessi Freitas Matta, Cristiane Maria Amorim Costa e Maria Clara Dias

- 129 **(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras**
Azure Flora, Amanda Bortoluzo e Anna Rocha Luz
- 148 **Marighella: masculinidade negra em cena**
Jorge Felipe Freitas e Leandro Teofilo de Brito
- 167 **Rios voadores: compartilhamento da técnica artística do DIY no ambiente digital como desmantelamento de representamentos antidemocráticos**
Vannie Aurin Pavelski da Gama e Rafael de Brito Dias
- 193 **O ciberespaço e as redes sociais como domínio das apoiadoras de Bolsonaro**
Victoria Vicente Rodrigues Lopes e Nilton Abranches Júnior
- 216 **Ciberqueerizando autorias LGBTQIA+ na cibercultura: resignificando currículos**
Fábio dos Santos Coradini e Edméa Oliveira dos Santos
- 241 **O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter**
Fernanda Medeiros Evanovitch e Aderli Goes Tavares
- 263 **Quem somos?**

Prefácio

O ciberespaço é, sem dúvida, um espaço de interações e sociabilidades e vem se tornando uma das principais temáticas de estudo, devido ao fato de ser um ambiente que envolve as práticas de produção, divulgação e compartilhamento de narrativas e de vivências digitais por diferentes grupos sociais. A obra “Conectando saberes: gênero, tecnologia e informação na era digital” apresenta, como recorte epistemológico, algumas realidades específicas sem abandonar a perspectiva mais ampla com um “jogo de escala”, que consente a percepção de que as conexões se fazem notar conforme as motivações que provocam as pesquisas aqui compartilhadas. Para tanto, categorias de análise são acionadas ao longo dos capítulos com vistas a subsidiar, teoricamente, quem busca o aprofundamento dos temas que envolvem as relações sociais de gênero e suas interfaces com a educação, a saúde, a mídia, a política e a sexualidade.

As dinâmicas sociais e culturais, geradas pelas tecnologias da informação e comunicação, tornaram-se objeto de pesquisa em diversas áreas de conhecimento, exigindo uma postura dialógica entre pares acadêmicos com vistas a se alcançar o modo mais adequado para compreender as realidades contemporâneas e suas complexidades. Cabe notar que as mudanças em questão se expressam na vida social

e cotidiana, nos novos padrões de comportamento, nas releituras de práticas socioculturais existentes e que foram transportadas para o ciberespaço. As relações virtuais expressam, portanto, os padrões comportamentais desenvolvidos de acordo com a socialização, aplicados e adaptados a novos ambientes nos quais a praticidade, a fluidez e a rapidez da informação e da comunicação são as peças-chave.

Os estudos sobre as conexões sociais mediadas pela rede mundial de computadores se inserem nesse contexto, viabilizando oportunidades de debates acerca das dinâmicas que povos originários, populações tradicionais e coletivos de diferentes matizes têm vivenciado nas décadas recentes. Portanto, é inegável que a complexidade contemporânea se faça notar por diversos grupos sociais e em diferentes ramos de conhecimento. Além do debate interdisciplinar, e a depender da temática principal de estudo, o viés dialógico insere diferentes saberes e conhecimentos, inclusive, dos grupos sociais que trazem, em suas bagagens epistemológicas, o que lhes é repassado tradicional e ancestralmente.

A Internet tem sido utilizada como um ambiente profícuo para a produção e a potencialização dos discursos sociais, mobilização e circulação de informação. Nesse cenário, a disseminação viral de informações e o impacto na redução de distâncias tornaram-se importantes meios para os movimentos articulados virtualmente. A ocorrência da comunicação, de forma potencializada, em ambientes tecnológicos criou o que Manuel Castells¹ chama de redes de indignação e esperança, conexões entre pessoas que, fisicamente, talvez jamais pudessem se encontrar e conversar, relação entre grupos

¹ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

antes desconhecidos que, por assuntos em comum, visões de mundo, frustrações ou desejos de mudança, encontram-se em ambientes no quais podem dialogar e trocar experiências. Desse modo, os estudos ora apresentados nesta coletânea contribuem sobremaneira para as reflexões acerca de relações sociais alteradas, continuamente, pelos usos de ferramentas tecnológicas. Considerando-se que à medida que os avanços tecnológicos se tornaram populares e passaram a exercer papel comunicativo, vimos a ampliação do alcance da informação aumentar exponencialmente devido à grande parte da população mundial fazer uso de redes sociais virtuais.

Além da interdisciplinaridade, inerente aos estudos sobre o ciberespaço, a que se considerar que os temas elencados nas propostas de pesquisa também acionam diferentes referenciais teóricos e metodológicos. Por conseguinte, a apresentação de temáticas, que envolvam a diversidade étnico-racial e de gênero, os direitos humanos de pessoas historicamente subalternizadas, as práticas antidemocráticas e as questões de equidade, inclusão e acessibilidade, evidencia que assuntos, anteriormente considerados irrelevantes e desnecessários, passaram a ser pautados nas pesquisas, nas políticas públicas, nas mídias e em diferentes espaços.

“Conectando saberes: gênero, tecnologia e informação na era digital” apresenta debates sustentados na interseção de distintos marcadores sociais. Desde o aprimoramento conceitual e metodológico dos estudos acerca das relações sociais de gênero, observa-se que há uma ampliação da compreensão do que venha a ser o masculino e o feminino, pois há décadas os estudos em diversas áreas de conhecimento já sinalizam que nem sempre coincide com o ser homem e o ser mulher. Aliás, perceber-se que a relação social

de gênero é rica em termos de identidades, orientações sexuais, papéis sociais, *performances*, entre outros. Assim, a naturalização de ser homem e ser mulher pelo sexo biológico vem recebendo críticas, deixando de prevalecer e dando lugar à compreensão do que as sociedades atribuem culturalmente.

Historicamente, a naturalização das diferenças hierárquicas foi sendo, de forma estratégica, consolidada ao longo de séculos na sociedade ocidental. Silvia Federici² aponta a transição do modo de produção feudal para o modo capitalista, como um dos principais períodos favoráveis à naturalização da ideia de que o masculino seria superior ao feminino. Tal lógica tem sido continuamente reforçada, impactando as relações sociais contemporâneas. Nessa lógica, aos homens são atribuídas qualidades de superioridade, por ser masculino, em detrimento daquelas atribuídas às mulheres, consideradas, de maneira arbitrária, femininas. Consequentemente, um homem com características ditas femininas e mulheres com características consideradas masculinas fogem às regras sociais impostas por essa visão dualista e hierárquica.

Um dos grandes desafios sociais atuais se refere às pessoas trans e suas demandas que ferem os interesses que se sustentam nos binarismos e nas relações hierarquizadas por gênero. Esse conflito de interesses evidencia a luta por direitos e o enfrentamento ante as diversas formas de violências de gênero. Ao tratar das demandas da população LGBTQIA+ no ambiente escolar, no espaço acadêmico, nas mídias sociais e nos ambulatorios de saúde, os estudos ora apresentados perpassam questões relacionadas ao currículo, às

² FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

narrativas e aos discursos nos quais deveriam estar incluídas, com equidade, as pessoas trans. Pautar estudos com esses temas já demonstra avanço no que se refere à inclusão de grupos que, tradicionalmente, são considerados hierarquicamente inferiores.

Ressalta-se a importância de ultrapassar esses binarismos, tal como sugere Judith Butler³ acerca da *performance*, na medida em que, além dos discursos, as pessoas agem, comportam-se, revelam-se e ocultam-se em sociedade. Não estamos limitados a ser uma combinação exata do que se definiu como a norma de ser homem ou de ser mulher. Há variações e variedades criadas numa combinação de elementos corpóreos, afetivos e de comportamento.

A discussão sustentada na perspectiva interseccional proporciona, ao longo dos diferentes capítulos desta obra, uma leitura mais inclusiva no tocante às relações sociais de gênero, por considerarem que os processos sociais trazem esse tipo de hierarquia centrada em dualismo, dicotomias e binarismo a partir do sexo biológico. Somando-se a tais dicotomias, incluem-se os marcadores sociais de raça/etnia, classe e geração. De maneira crítica, esta obra nos oferece oportunidades ímpares de reflexão, posto que apresenta ambientes diversos em que ocorrem a exclusão, o preconceito, o racismo, o machismo, o sexismo, a transfobia, a lesbofobia, o capacitismo e outras tantas formas de violências. Inclusive, ambientes de espaços nos quais deveriam ocorrer, por questões éticas, boas práticas profissionais, como é o caso do ambiente acadêmico, em que ainda se faz necessário buscar a equidade de gênero nas agências de fomento, nas instituições de pesquisa e nas editoras científicas.

³ BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

Desde a chamada Antiguidade Clássica Ocidental, as mulheres aparecem de modo depreciativo ou são silenciadas. Defende-se, desde esse período, o suposto predomínio da superioridade masculina sobre a feminina em todas as profissões. O discurso se reproduz ao longo de séculos e vem se perpetuando para além do pensamento filosófico, médico e religioso, ganhando destaque no discurso científico da modernidade⁴. Os discursos não são apenas explicações racionais acerca do corpo feminino, mas também integram um conjunto mais amplo de poder e de biopoder.

As ideias de Michel Foucault⁵ explicam os modos como os discursos influenciam os comportamentos, os valores e as práticas de homens e mulheres desde tempos praticamente imemoriais. Os dispositivos são evidenciados conforme os discursos em diversas áreas de conhecimento e em outros tempos. Em que se pese o avanço dos estudos específicos sobre mulher e gênero, nota-se que muito tem sido discutido também em termos teóricos e metodológicos em outras frentes de estudo, tais como: masculinidades, conjugalidades, *performance* de gênero e novas vertentes no feminismo acadêmico. Grupos que foram subalternizados, e que ainda se ressentem com a tentativa constante de apagamento de seus corpos, histórias e territórios, resistem e enfrentam utilizando diferentes estratégias, incluindo os usos do ciberespaço como lugar de expressão artística, ciberativismo, apresentação de suas próprias narrativas acerca dos fatos que as envolvem em seus respectivos contextos socioculturais.

⁴ CARDOSO, Denise Machado. Corpo, Gênero e Discurso. In: ALBERTO, Diana; ANDRADE, Rubens de; NINO, Aldones. (org.). **Paisagem e gênero: estratégias identitárias e subjetivação de corpos**. v. 1. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas; Escola de Belas Artes da UFRJ, 2020. p. 32-49.

⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

As pessoas subalternizadas estão cada vez mais expondo suas críticas ao modelo vigente, imposto pelos colonialismos. Desse modo, vista sob a ótica médica e voltada como um elemento de produção do chamado mundo do trabalho, a corporeidade passa a ser debatida e vivenciada para além das regras capitalistas. Contraditoriamente, como haveria de ser, o próprio sistema capitalista oportuniza às pessoas ultrapassarem os limites impostos pelas corporações, organizações governamentais e empresariais, tornando-se produtoras de conteúdo e de informações.

Mais do que apresentar uma coletânea de pesquisas voltadas para as questões de gênero, tecnologias informacionais e suas interfaces com diversas realidades socioculturais, “Conectando saberes: gênero, tecnologia e informação na era digital” complexifica conceitos e categorias voltadas à compreensão de discursos e práticas hegemônicas, contribuindo para efetivar a inclusão e a equidade. Dessa maneira, o debate produz reflexões no que tange às demandas de saúde específicas que envolvem a transexualidade, enfatizando a relevância da despatologização que ainda se faz notar nos discursos médicos, na mídia e nas práticas religiosas marcadas pela intolerância.

Somada ao seu contributo acadêmico, esta obra inclui importantes reflexões no que concerne às produções artísticas, como é o caso do cinema, e as narrativas elaboradas nesse tipo de produção, marcadamente influenciadas por discursos hegemônicos centrados no binarismo heteronormativo. Ao se considerar a complexidade que

envolve as masculinidades, é imperioso notar a inclusão dos múltiplos aspectos acerca desse construto social, notadamente, aspectos étnico-raciais e de classe social.

De modo geral, este livro debate temas que proporcionam diálogos que não se encerram em determinada área de conhecimento, nem se restringe ao que é pautado por movimentos sociais que envolvem as relações sociais de gênero. Esta obra trata da democratização de conhecimento a partir da relevância que é dada à diversidade, à equidade, à inclusão e à acessibilidade. Particularmente, a responsabilidade que se insere nas produções, nos compartilhamentos e na divulgação emerge nos capítulos como um dos principais direcionamentos orientados para a produção e a circulação do conhecimento. Em termos mais amplos, a cibersegurança de dados e informações, o combate à proliferação de *Fake News* e a observância à inclusão social são os pontos centrais para fomentar leituras críticas envolvendo direitos sociais. Esta coletânea viabiliza percepções instigantes no que tange aos aspectos macros e micros inerentes à diversidade e às suas implicações nas práticas e discursos que envolvem gênero e demais marcadores sociais da diferença.

Denise Machado Cardoso⁶

⁶ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Realizou estágio doutoral na Universidade do Algarve/Portugal. Mestra em Antropologia Social pela UFPA. Atualmente, é Coordenadora Adjunta da Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS/UFPA), pesquisadora do Laboratório de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA). Participa do Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (CAV/ABA) desde 2019. É membro da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMAS). Atua como Conselheira no Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará (SECULT). Coordena o

Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (VISAGEM) e o Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Gênero Eneida de Moraes (GEPEM), do Grupo de Trabalho (GT) sobre Cultura Oceânica, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Violência na Amazônia (NEIVA) e do Projeto Recursos Naturais e Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas (RENAS/MPEG). Realiza pesquisa sobre políticas de ações afirmativas voltadas para povos originários e populações quilombolas.
E-mail: denise@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

Este livro é resultado do encontro de pessoas de diferentes áreas de formação, filiação institucional e cidades de residência, que se reuniram no Simpósio Temático “Informação, Tecnologias e Gênero em Contexto LGBTQIA”, promovido no Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial e de Gênero, o CINABETH. A 11ª edição ocorreu em novembro de 2023, no *campus* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi um encontro atípico, marcado por imprevistos que não deveriam ocorrer em um evento desse porte. Apesar das dificuldades, conseguimos realizar o simpósio. A paciência, a boa vontade e a solidariedade, manifestadas pelas pessoas participantes, precisavam ser recompensadas de alguma forma. A organização desta coletânea, acrescida de três trabalhos inéditos, é o nosso modo de retribuir esse carinho.

Quando propusemos o Simpósio Temático ao CINABETH 2023, nosso objetivo era reunir pessoas que experimentavam as interseções entre gênero e tecnologia em seus estudos. Partíamos do princípio de que a informação é um *componente* fundamental na construção social dos gêneros, o que se tornou mais perceptível com a ampla oferta de conteúdos produzidos e disseminados na Internet. Quem poderia imaginar que as inovações tecnológicas no campo das telecomunicações e da computação, impulsionadas pela Guerra Fria,

criariam as condições para uma explosão da informação sobre gênero e sexualidade? Esse fenômeno ampliou não somente os horizontes da pesquisa acadêmica de caráter interdisciplinar, como também impulsionou os estudos autônomos, permitindo que pessoas de diferentes classes sociais, idades, sexos e etnias, ao redor do mundo, iniciassem uma jornada informacional na compreensão de si mesmas.

Há algum tempo, entendemos essa jornada de autoconhecimento como um processo simultaneamente individual e social. Ela envolve experiências, sentimentos e significados distintos para cada pessoa, pois lida com incertezas, dores e medos e, ainda assim, é extremamente libertadora. Citando Nicholas Belkin¹, esse processo começa com o que ele chama de “estado anômalo de conhecimento”, ou seja, com o despertar para uma lacuna de conhecimento que desencadeia a busca da informação. Para as pessoas heterossexuais, tal experiência talvez seja menos angustiante porque a tradição já se encarregou de fornecer respostas prontas, do ponto de vista social, religioso e jurídico, para a construção do sentido de ser homem e de ser mulher, bem como dos papéis masculinos e femininos. Para aquelas que não se encaixam nesse modelo binário, questões relacionadas ao gênero, à identidade de gênero e à sexualidade são mais complexas, principalmente, devido ao preconceito, à discriminação, à violência e, até mesmo, à negação de direitos civis a que estão submetidas. Entretanto, contra todas as formas de opressão, é nesse grupo bastante heterogêneo de pessoas que os gêneros e as identidades de gênero se manifestam

¹ BELKIN, Nicholas J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, May 1980. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Baaj7>.

em todo o seu potencial e diversidade. As áreas públicas, os espaços privados, a televisão, os jornais, as revistas, o cinema e as diferentes plataformas digitais que surgiram com o aperfeiçoamento da Internet não nos deixam mentir.

Ao entendermos que, ao lado da informação, a tecnologia está associada ao processo de construção dos diferentes gêneros, não queremos reificá-la como a responsável pelo que somos ou pelo que podemos nos tornar em nosso potencial existencial. Todavia, como uma ferramenta que se tornou indispensável à totalidade das nossas práticas sociais, em especial, às comunicativas, nossas interações são cada vez mais remotas, envolvendo uma complexa estrutura formada por provedores, redes, protocolos de comunicação, computadores, telefones móveis, cabos, satélites e transmissão de sinais de dados que nos oferecem experiências inovadoras com o outro para além dos limites do bairro, da cidade, do país e do continente em que vivemos. Graças a essa estrutura, nas cidades com acesso à Internet, permanecemos conectados 24 horas por dia, sete dias por semana, ao longo do ano inteiro. Não podemos negar que a tecnologia já foi incorporada às nossas atividades de estudo, trabalho, lazer e às experiências de desejo e afeto, todas elas envolvidas na construção contínua da nossa subjetividade.

No mundo conectado, o Google assume as funções de uma espécie de biblioteca universal, como um dia sonhou Paul Otlet. Para alguns, esse buscador assemelha-se a um oráculo digital: tudo perguntamos a ele e, para quase tudo, obtemos respostas minimamente satisfatórias. Se uma pessoa se encontra em um “estado anômalo de conhecimento” sobre gênero, identidade de gênero e sexualidade,

as respostas podem ser encontradas em revistas científicas *on-line*, *e-books*, dissertações, teses e vídeos. Sem prescindir da interação humana, *chats*, aplicativos de comunicação instantânea e comunidades virtuais também fazem parte dos recursos que podem auxiliar na compreensão de quem somos (dimensão subjetiva da identidade) e do que somos (dimensão social da identidade). Contudo, em meio à vasta oferta de informações e recursos tecnológicos atualmente disponíveis, somos nós quem decidimos sobre o que é significativo, útil e o que realmente queremos, além de como e o quanto queremos.

A facilidade com que as pessoas circulam pelas redes digitais ou interagem nos aplicativos de comunicação instantânea parece ampliar a sensação de liberdade no ciberespaço. Nessa espacialidade digital, as pessoas podem ser quem e o que quiserem, quase que completamente protegidas pelo anonimato. Marcel Mauss e Jean Baudrillard, certamente, ficariam encantados com as possibilidades que a Internet oferece ao estudo dos simulacros digitais representados, entre outras coisas, pelos avatares, *fake accounts*, filtros de realidade aumentada, influenciadores virtuais gerados por Inteligência Artificial (IA) e pelos *deepfakes*.

Há de se admitir que ser no mundo *on-line* e ser no mundo *off-line* são experiências biográficas e ontológicas distintas, pois, tal como analisou Manuel Castells², as interações tecnológicas criam formas de existência que nos fazem definir quem somos em uma sociedade global interconectada. Na fina linha invisível que interliga realidades

² CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

distintas, as identidades³ e os gêneros se fazem presentes. Ora, como simulacro ou como *performance* – em referência à Judith Butler –, é preciso que nos apresentemos, de algum modo, nesses dois mundos, seja nas situações de interação efêmera, seja naquelas que permitem construir laços mais duradouros. Nos *chats*, nos classificados *on-line* e nos perfis criados nas diferentes mídias sociais, as pessoas precisam de um nome, de um gênero, de uma nacionalidade, de uma etnia e de uma idade. Essas credenciais mínimas sobre quem somos e o que somos podem fazer muita diferença nas nossas interações remotas, no lugar em que estamos ou onde queremos estar.

Como observou Pierre Lévy⁴, a tecnologia não é algo bom ou mal, uma vez que depende dos usos que fazemos dela. Ela também não é uma construção neutra, porque toda ferramenta é concebida humanamente para satisfazer um propósito ou uma necessidade predefinida. Marshall McLuhan já possuía essa compreensão ao analisar os efeitos do jornal, da televisão e do rádio sobre a opinião pública. Dessa maneira, quando pensamos nas tecnologias tradicionais utilizadas na transmissão de informações no sentido de *um para muitos*, seu uso pelas grandes empresas de comunicação é sempre em favor da manutenção do *cistema*. Apesar das frestas que, às vezes, abrem-se para os segmentos menos favorecidos da sociedade, às vezes, ornamentadas pelos belos discursos progressistas, nessa estrutura comunicativa ainda bem sólida, o conteúdo veiculado reafirma o domínio branco, masculino, heterossexual, economicamente bem-sucedido e cristão.

³ Incluindo, neste grupo, as pessoas agênero.

⁴ LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

Da mesma forma que não são neutras, as tecnologias também não estão imunes à apropriação social, sendo surpreendentemente submetidas a usos nem sempre previstos por seus criadores. As inovações tecnológicas do final do século XX e início do século XXI na Internet alicerçaram as condições para a experimentação de novas práticas comunicativas e informativas de longo alcance na base da pirâmide social, particularmente, entre pessoas e grupos sem voz nos grandes meios de comunicação. Na adaptação geracional às mudanças culturais, sociais e tecnológicas ocorridas nas três últimas décadas, as redes digitais se tornaram o novo laboratório de produção de subjetividades, em que as gerações *Millennials*, Z e Alfa aprofundam a sua dupla condição de criadores e consumidores de conteúdos digitais.

Aberta às novas estruturas da comunicação em rede e às formas de sociabilidade virtual propiciadas pelo rápido avanço tecnológico, a geração X assume uma postura mais crítica e cautelosa quanto às vantagens e às armadilhas de um mundo digital sedutor, vendido pelo mercado de tecnologia com promessas de “liberdade”. Nesse contexto, o que significa liberdade no mundo *on-line*? Esse valor tem sido bastante reivindicado por pessoas e grupos com o advento da pós-verdade. Para aquelas alinhadas às ideologias extremistas políticas e religiosas, a liberdade no mundo *on-line* também se estende ao pretense “direito irrestrito” de ofender, ameaçar, perseguir, matar oponentes e cometer atentados terroristas, em uma escalada da violência em todas as suas formas que desafia as instituições democráticas, inclusive, no Brasil.

Nas mídias sociais mais utilizadas atualmente, informação e contrainformação são as armas simbólicas das guerrilhas digitais travadas do norte ao sul global. Entre os grupos conservadores,

instrumentalizados pelo uso político da religião, a pauta é, sobretudo, voltada aos costumes, explorados pela estratégia midiática de difundir *Fake News* para gerar pânico na população. Para esses grupos, a família idealizada, o corpo biológico e os papéis sociais, atribuídos a homens e mulheres, são, ardorosamente, defendidos em desacordo com os novos tempos. Lideranças religiosas, sobretudo, neopentecostais, esforçam-se para fazer a Bíblia sobrepor-se à Constituição Federal nas questões sociais, políticas e jurídicas em uma tática tenaz para minar as bases do Estado Democrático de Direito na realização de um projeto teocrático. Os grupos progressistas, por sua vez, entram nesse campo de disputa recorrendo à informação, à ciência, aos princípios humanos e às garantias constitucionais para reafirmar e conquistar novos direitos para mulheres, dissidências de gênero, pessoas negras, migrantes, populações tradicionais e outros grupos vulnerabilizados em termos legais e econômicos.

Nas redes digitais, plataformas como TikTok, Instagram, Facebook, X (Twitter) e YouTube foram convertidas em verdadeiras arenas virtuais nas quais são travados ferozes embates textuais e imagéticos. Nesses espaços, o confronto entre *Fake News* e fatos adquire profunda dimensão emocional na busca por audiência e engajamento. Nessa acirrada disputa simbólica, o número de seguidores não determina, necessariamente, ganhadores e perdedores, pois tudo depende do ponto de vista das pessoas ou do que elas escolhem acreditar, ainda que por conveniência. Ao contrário disso, os números apenas sugerem a magnitude das “bolhas” digitais pouco permeáveis entre si. Desse modo, o verdadeiro impacto dos conteúdos que produzem/disseminam reside, essencialmente, na capacidade de

moldar as percepções e as realidades de seus adeptos para fidelizá-los, em vez de estimular a busca autônoma pela verdade.

O modo pervasivo pelo qual as tecnologias avançam na sociedade revela o quanto estamos dispostos a incorporá-las em nossas vidas. Ansiamos por explorar o seu potencial informativo e interativo. Não somente desejamos acessar o *outro*, mesmo que de maneira remota e exclusivamente virtual, mas também buscamos nos conectar ao nosso *Eu*, a fim de encontrarmos respostas para as nossas inquietações mais íntimas, nem sempre compartilhadas com membros da nossa família ou com as pessoas do nosso círculo de amizade. Nesse contexto, os trabalhos reunidos nesta coletânea nos ajudam a compreender ao menos um pouco dessa nossa complexa relação com a tecnologia e a informação, mas sob a perspectiva dos gêneros.

A intersecção entre informação, tecnologia e transgeneridade revela um campo dinâmico e transformador que influencia, profundamente, as experiências individuais e coletivas das pessoas trans na contemporaneidade. Desde o surgimento da Internet, a disseminação ampliada de informações sobre gênero ofereceu novas perspectivas para a compreensão e a visibilidade das identidades trans. No ensaio “Informação, tecnologia da informação e transgeneridade ontem e hoje”, Rubens Ferreira explora como as plataformas digitais informam e promovem a reflexão e desafiam os estereótipos enraizados na sociedade brasileira. Ao facilitar a conexão entre comunidades trans *on-line*, essas tecnologias oferecem suporte, resistência à intolerância e um espaço para a construção de identidade e pertencimento. No entanto, além da revolução digital, o autor destaca a necessidade de engajamento político e mobilização

no mundo *off-line* para enfrentar as estruturas que perpetuam a discriminação, refletindo um desafio contínuo na luta pelos direitos humanos e pela inclusão plena de pessoas trans na sociedade.

O segundo capítulo é assinado por Luiz Almeida, Fabiane Garcia e Rita Almeida. Como bem destacam esses autores, a pesquisa científica desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento e no avanço da sociedade. Todavia, para que as pesquisas sejam verdadeiramente eficazes e representativas, é crucial que os princípios da Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) sejam adotados em todas as suas fases, desde o planejamento até a divulgação dos resultados para a comunidade científica e para a sociedade mais ampla. Nessa direção, o ensaio “A intersecção entre diversidade, equidade, inclusão, acessibilidade na pesquisa científica e a ciência aberta: um ensaio para compreensões preliminares” analisa a importância desses princípios, bem como as diretrizes SAGER, que visam orientar os pesquisadores na consideração adequada de sexo e gênero em suas pesquisas. Os conceitos da SAGER e DEIA são apresentados com a proposta de refletirmos como as pautas de identidade, gênero e sexualidade estão, possivelmente, avançando nas ciências, demonstrando que as mudanças sociais e culturais repercutem nas práticas científicas.

Julianna Motter, Ana Paula Coelho e Bianca Gonçalves são as autoras do terceiro capítulo intitulado “Lesbocentrar ou alimentar privilégios? Como redes lésbicas feministas radicais se movimentam no Twitter diante de controvérsias”. O objetivo das autoras consistiu em mapear e analisar os discursos levantados sobre a prática de lesbocentrar, baseando-se em uma postagem específica na rede social

X (Twitter) realizada no dia de julho de 2023. Nessa postagem, uma usuária da plataforma afirmou: “a pessoa que fala em lesbocentrar está imediatamente falando em: apenas lésbicas cis, apenas lésbicas brancas, apenas lésbicas de uma classe social específica. Deus nos dibre”. O termo “lesbocentrar”, conforme utilizado no microtexto, refere-se à prática de circulação de sociabilidades, afetos e desejos focada, exclusivamente, em pessoas lésbicas. Os ataques virtuais direcionados à usuária servem como fio condutor da análise autoral apoiada na Cartografia de Controvérsias (CC), destacando como os discursos na rede mobilizam questões sobre lesbianidades, sapatonices e pontos de vistas conflitivos em relação às ideias publicamente compartilhadas.

No quarto capítulo, intitulado “Transição tecnológica e o processo transexualizador: ensaio sobre aspectos tecnológicos e a produção subjetiva do cuidado nos ambulatorios de saúde trans”, Thenessi Matta, Cristiane Costa e Maria Clara Dias propõem explorar as densidades tecnológicas presentes no Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), com um enfoque renovado nas tecnologias relacionais, uma vez que a aplicação de normas, procedimentos e práticas podem modificar, positivamente, a maneira como o cuidado é prestado a essa população. Entretanto, pessoas trans ainda enfrentam barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde, incluindo discriminação, negação do nome social e falta de cuidados adequados. Para enfrentar esses problemas, os ambulatorios de saúde surgem como espaços cruciais dentro dessa rede fragmentada, facilitando o acesso e contribuindo para uma nova configuração no cuidado à saúde. No cerne desse ensaio, Thenessi,

Cristiane e Maria Clara argumentam que essa abordagem amplia a eficácia do cuidado ao contemplar a subjetividade dos profissionais de saúde, como também avança na desconstrução da cisgeneridade institucionalizada no SUS, promovendo um ambiente mais inclusivo e sensível às necessidades da população trans.

Azure Flora, Amanda Bortoluzo e Anna Luz escrevem “*(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras*”. Nesse quinto capítulo, a cibercultura é explorada como um catalisador para o avanço das narrativas de gênero, em especial, aquelas que enfatizam experiências transgêneras, utilizando as redes virtuais como ferramentas para acelerar processos de conscientização social e impulsionar a discussão sobre justiça e equidade no ensino. A escolha autoral pela reflexão no campo educacional decorre de um quadro de estatísticas assustadoras: mais de 80% das pessoas trans e travestis não concluem o Ensino Básico no Brasil. Esse dado é um reflexo preocupante da marginalização persistente dessas pessoas nas instituições educacionais, evidenciando uma lacuna na garantia dos direitos concernentes à educação. Nas escolas, nas quais prevalece uma Pedagogia da Violência, a inclusão do discurso de gênero, nos currículos oficiais, permanece emperrada, enquanto crianças e adolescentes transgêneros/as precisam lidar, cotidianamente, com variadas formas de preconceito e discriminação que impactam suas oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento humano.

No sexto capítulo “Marighella: masculinidade negra em cena”, Jorge Freitas e Leandro Brito discutem como o cinema pode ser uma poderosa ferramenta para desestabilizar certezas e desafiar as

percepções sobre raça e gênero ainda comuns na mentalidade de brasileiros e brasileiras. Analisando o filme “Marighella” de Wagner Moura, os autores destacam como a cinematografia recente no Brasil vem ressignificando as masculinidades ao apresentar figuras masculinas que fogem dos estereótipos tradicionais. Essa experiência é oferecida ao espectador com o protagonista do filme, retratado como uma liderança na resistência à ditadura militar brasileira. Mais do que um símbolo de força e coragem, Marighella é apresentado como um pai afetuoso que precisa lidar com a complexidade das masculinidades negras. Por meio da análise da trama e do personagem, Jorge Freitas e Leandro Brito fazem um convite para que reflitamos sobre as normas e aos estereótipos que aprendemos acerca do significado de ser homem e negro na sociedade brasileira.

Os autores Vannie Gama e Rafael Dias escrevem o sétimo capítulo, intitulado “Rios voadores: compartilhamento da técnica artística do DIY no ambiente digital como desmantelamento de representamentos antidemocráticos”. O texto tece tramas entre a cultura pop digital e as práticas de DIY, discutindo como essas manifestações se contrapõem aos resquícios autoritários da ditadura militar brasileira e à crise democrática recente. Analisando a relação entre arte, cultura *queer* e representatividade, os autores investigam as interconexões entre hidrologias brasileiras e questões antidemocráticas no Ocidente. Entre outros pontos, o texto destaca a importância das expressões artísticas *queer* na paisagem cultural e política no Brasil, evidenciando a resistência da comunidade LGBTQIA+ frente à violência e à censura. Com uma abordagem interdisciplinar, o capítulo convida à reflexão sobre a interdependência entre arte, copo, política e natureza,

ressaltando como as práticas culturais digitais possibilitam promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

O oitavo capítulo, intitulado “O ciberespaço e as redes sociais como domínio das apoiadoras de Bolsonaro”, é de autoria de Victoria Lopes e Nilton Abranches Júnior. O texto realiza uma interessante análise sobre o uso das redes sociais digitais pelo eleitorado feminino do ex-presidente Jair Bolsonaro. O paradigma da sociedade em rede não apenas revolucionou os meios tradicionais de interação e informação, mas também criou formas de organização social e política. No contexto brasileiro, o ciberespaço ganhou nova repercussão como um campo de batalha ideológica durante a campanha presidencial de 2018 e o subsequente governo Bolsonaro, no qual as mídias sociais desempenharam um papel vital na disseminação de *Fake News* com o propósito de moldar a opinião pública e mobilizar apoio político. Os autores destacam o movimento “Mulheres com Bolsonaro” como um exemplo emblemático da forma como as plataformas digitais podem ser utilizadas para promover ideologias conservadoras e fundamentalistas.

Fábio Coradini e Edméa Santos assinam o capítulo nono, intitulado “Ciberqueerizando autorias LGBTQIA+ na cibercultura: ressignificando currículos”. De maneira provocativa, os autores discutem o impacto das práticas culturais digitais em uma comunidade marcada pela diversidade. No âmbito da cibercultura contemporânea, mediada pelo digital em rede, Fábio e Edméa discutem como as pessoas e os grupos encontram espaço para criar, compartilhar, reconfigurar e subverter suas identidades, autorias e expressões. Pelas lentes analíticas do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPD OC),

iniciado em 2007 na UERJ e continuado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o capítulo revela como o ciberespaço amplia e transforma as possibilidades de educação e pesquisa. Ao adotar a metodologia da pesquisa-ação, os autores mergulham nas intersecções entre gênero e sexualidade na cibercultura, destacando como essas questões atravessam o currículo educacional e desafiam as normas estabelecidas em busca do reconhecimento dos corpos dissidentes na educação contemporânea.

Fechamos o livro com o capítulo escrito por Fernanda Evanovictch e Aderli Tavares. Em “O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter”, as autoras discutem as dinâmicas afetivas e sexuais vivenciadas por mulheres negras nos aplicativos de relacionamento, precisamente discutindo a personagem Molly da série *Insecure*. O estudo revela como esse tipo de plataforma reproduz e perpetua estereótipos racistas, expondo as mulheres negras à objetificação e à hipersexualização, promovendo relações marcadas pela superficialidade e pela falta de comprometimento. Fernanda e Aderli empregam uma abordagem crítica para evidenciar as complexas intersecções entre racismo e sexismo na estruturação de um fenômeno que afeta, profundamente, as experiências afetivas dessas mulheres. As questões elucidadas no capítulo nos fazem refletir sobre quem tem acesso ao amor mediado pela tecnologia e qual é o conteúdo das relações sexuais e afetivas em rede quando uma mulher negra está por detrás da tela de um celular ou de um computador.

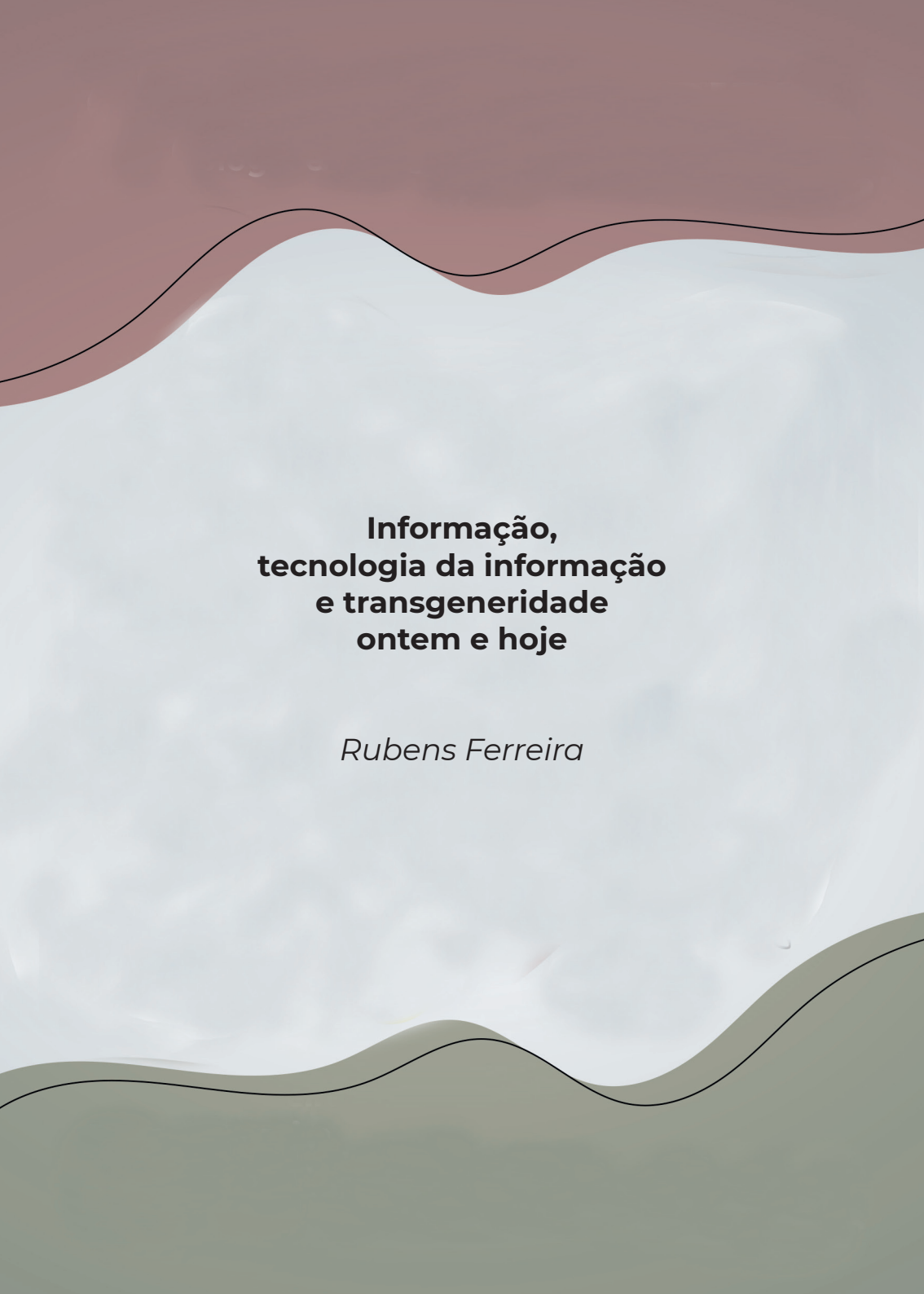
Apresentado este conjunto diversificado de trabalhos, rico em abordagens, esperamos que eles possam lançar luzes sobre os aspectos

emancipadores e os mecanismos que perpetuam as desigualdades de gênero no mundo *on-line* e *off-line*. Com base nas diferentes perspectivas e metodologias, acreditamos que os trabalhos, cuidadosamente produzidos pelas autoras e autores, enriquecerão as investigações, as discussões e as reflexões futuras no entrecruzamento entre gênero, tecnologia e informação. Quiçá, essas contribuições avancem em direção ao aperfeiçoamento da sociedade no diz respeito à inclusão, à ética e à justiça social.

Para finalizar, queremos registrar nosso profundo agradecimento a todas as pessoas que tornaram esta publicação possível. Nosso muito obrigado à Prof.^a Dr.^a Denise Cardoso pela qualidade e profundidade do prefácio, que enriquece, significativamente, este livro; ao talentoso artista Vannie Gama, que doou o seu tempo e criatividade na elaboração da arte da capa e da abertura dos capítulos; à competente e gentil Juliana de Araujo, que trabalhou na revisão desta coletânea; à dedicada e paciente Ione Sena, pela diagramação da publicação; ao bibliotecário Luiz Otávio Maciel, pela atenção aos trâmites junto à Câmara Brasileira do Livro (CBL); aos gestores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA, Prof. Dr. Armando Lírio de Souza (Diretor-Geral) e Prof. Dr. Paulo Moreira Pinto (Diretor-Adjunto), bem como ao Conselho Editorial do ICOSA, representado pelo Prof. Dr. Gilberto de Souza Marques, pelo uso do selo editorial; e, por fim, a cada uma das autoras e autores, que fazem do seu intelecto, de suas vivências, e do teclado do computador, um poderoso recurso contra aqueles que só conseguem vislumbrar as pessoas e o mundo pelas sombras distorcidas da realidade projetadas nas paredes escuras da caverna da ignorância que escolhem habitar.

Belém-PA, 18 de maio de 2024.

Rubens Ferreira, Luiz Almeida e Rita Almeida



**Informação,
tecnologia da informação
e transgeneridade
ontem e hoje**

Rubens Ferreira

1 Introdução

Os seres humanos são, comumente, enaltecidos por sua capacidade racional. Em “O capital”, Karl Marx ([1867] 2023) destaca esse atributo, sobretudo, ao discutir a categoria trabalho. Ao contrário de outras espécies de animais, os humanos não transformam a natureza orientados apenas pelo instinto, como fazem as aranhas ao tecer suas teias ou as abelhas ao construir as colmeias. Independentemente do nível educacional e da classe social, tudo o que seres humanos produzem é primeiro elaborado como uma representação mental. Em outras palavras, de maneira consciente, os seres humanos concebem o resultado desejado antes de iniciar o processo de trabalho.

A respeito do processo analisado por Marx, não há como discordar. No entanto, desejo observar outro aspecto que, pelo menos, ao longo de quase cinco décadas, tem chamado a minha atenção, mas também a de muitas pessoas acadêmicas ou não, ao redor do mundo. Refiro-me à capacidade consciente que as pessoas têm para modificar seus corpos. Do uso de recursos externos aos mais invasivos, e para além da orientação sexual, pessoas de diferentes grupos etários investem tempo e dinheiro na realização dos corpos que projetam em suas mentes. A rigorosa disciplina alimentar e de treino dos fisiculturistas para definir músculos de maneira simétrica, a notável perda de peso alcançada por pessoas que viviam em condições limitantes e a jornada

empreendida por mulheres e homens *trans*¹ na realização do gênero são algumas expressões admiráveis dessa capacidade.

Muitas podem ser as motivações que alimentam os processos de transformação corporal em nossa sociedade. Considero duas delas como as mais perceptíveis. A primeira tem um fundo estético, visando à busca pela beleza, ou seja, todo um esforço empreendido para o alcance de uma referência estética nem sempre realizável. No Brasil, apenas no primeiro semestre de 2023, o setor de beleza em massa registrou um faturamento da ordem de US\$ 203 milhões². Já a segunda motivação é a genderização, que busca a adequação do corpo ao gênero com o qual as pessoas se identificam.

Enquanto as modificações no corpo com propósitos estéticos são desejadas e aceitáveis por pessoas de diferentes classes sociais, aquelas relacionadas ao gênero enfrentam barreiras, particularmente, entre os segmentos cristãos fundamentalistas. Embora as pessoas transgêneras também detenham interesse pela beleza, o acesso à tecnologia farmacêutica e médica é, antes de qualquer coisa, uma questão de cidadania e de bem-estar.

¹ É importante entender que o termo *trans* é um rico guarda-chuva que abriga diferentes identidades de gênero e orientações sexuais que não se reduzem ao binarismo masculino/feminino. Como em DeMello (2023), o termo abarca pessoas que se identificam como homens, mulheres, pessoas com características masculinas e femininas, transexuais, travestis, pessoas andróginas e outras expressões de transgeneridade existentes em diferentes sociedades, como *mahus*, na Indonésia, *hijras*, na Índia, *katoey*, na Tailândia, e *two-spirits* (ou *berdaches*), presentes em algumas etnias indígenas na América do Norte.

² Ver a matéria “Setor de Beleza tem alta de 24% nas vendas no primeiro trimestre de 2023”. Disponível em: <https://encurtador.com.br/psxkO>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Para elas, a incompatibilidade entre a identidade de gênero e o sexo biológico é um fator de grande sofrimento e de inibição do seu potencial de desenvolvimento humano. Estudos evidenciam, inclusive, que o sofrimento relacionado ao corpo, a vulnerabilidade socioeconômica e a discriminação são os fatores que mais contribuem para a ideação e para o suicídio entre pessoas transexuais, em especial, entre as mais jovens (Corrêa *et al.*, 2020; Erlangsen *et al.*, 2023).

Feita essa breve introdução, neste ensaio, discutirei como a informação e a tecnologia da informação participam cada vez mais da experiência da busca de si no contexto da transgeneridade. Diferentemente do que acontecia em período anterior à popularização da Internet, os sentidos de ser *trans* eram acessados, principalmente, por meio da sociabilidade vivenciada nos espaços públicos e privados do mundo *off-line*.

A partir de 1995, com a abertura da Grande Rede Mundial de Computadores para a sociedade, essa experiência adquiriu uma nova dinâmica em virtude de maior acesso às informações sobre gênero, o que foi impulsionado pelo auxílio das tecnologias. Dessa maneira, a disseminação e a produção de conhecimento sobre gênero foram amplificadas por dentro e por fora da academia, contribuindo para um aumento significativo das discussões sobre o tema na era digital.

2 A informação produzindo diferença

Com a inovação e a propagação massiva das tecnologias de imagem a partir do século XXI, os corpos dos seres humanos foram “bitficados”. O bit (*binary digit*) é a matéria-prima desse processo

de transição do mundo *off-line* para o *on-line*. Por intermédio das plataformas digitais, fotografias e vídeos que representam corpos de diferentes idades, etnias, classes sociais, estéticas e gêneros circulam, incessantemente, para o consumo de quem está conectado à Internet. No mundo *on-line*, são os algoritmos que assumem a responsabilidade de selecionar, com base no comportamento e no gosto de usuáries, os padrões dos corpos que serão exibidos nos *feeds*.

Com o advento da Web 2.0, a produção imagética foi socialmente ampliada, rompendo o monopólio das organizações públicas e privadas. Apesar das divergências sobre a maneira como Tim O'Reilly (2006) e Alex Primo (2007) definem a fase da *World Wide Web*, que emergiu nos finais dos anos de 1990, ambos concordam que a interação e a colaboração entre usuáries caracterizam os novos usos da Internet e de suas ferramentas. A Web 2.0 é, assim, o terreno virtual da concretização dos *prosumers*, como anunciado pelo futurista Alvin Toffler (1980) no livro "A terceira onda", ao possibilitar que as pessoas não apenas consumam, mas também produzam informações.

A noção de informação é bastante difusa, permeando todas as dimensões da sociedade, inclusive, os variados domínios disciplinares da ciência. No cotidiano, as pessoas associam a ideia de informação à ideia de mensagem, ou seja, ao conteúdo da comunicação. No entanto, nos anos de 1940, um matemático e engenheiro norte-americano demonstrou, cientificamente, que mensagem e informação são conceitos distintos. Claude Shannon (1948), em seu artigo *A Mathematical Theory of Communication* publicado no *The Bell System Technical Journal*, definiu a informação como a redução de incerteza. Conforme essa abordagem, quanto maior a quantidade de informação, menor será a incerteza em relação ao desconhecido.

A mensagem, por sua vez, corresponde a uma sequência de sinais transmitidos de um ponto a outro em um sistema. Como se vê, o foco de Shannon não era a comunicação face a face entre pessoas, mas a transmissão de sinais em equipamentos elétricos. Por essa razão, ele admitiu ter desconsiderado as questões relacionadas à semântica, uma vez que seu foco de investigação correspondia ao processo mediado pela tecnologia.

Na época da elaboração da Teoria Matemática da Comunicação, que também recebeu contribuições do matemático Warren Weaver³, o aperfeiçoamento dos sistemas de telecomunicações, em meio à Guerra Fria, tornava-se uma questão prioritária para a recém-criada *Central Intelligence Agency* (CIA). Nesse contexto, a disputa política, econômica e ideológica entre Estados Unidos e União Soviética contribuiu para a execução do *Advanced Research Projects Agency Network* (ARPANET) no âmbito do *U.S. Department of Defense* no final dos anos de 1960 (Castells, 1999; 2003).

Gradativamente, a estratégia norte-americana de utilizar uma rede descentralizada e segura para a comunicação entre centros de pesquisa e instituições militares adquiriu outras feições pela adoção do Protocolo TCP/IP⁴ e, posteriormente, com o desenvolvimento da *World Wide Web* por Tim Berners-Lee, no final da década de 1980. A Internet, então, substituiu a ARPANET, abrindo-se ao uso comercial e doméstico nos anos de 1990.

³ Em 1949, Claude Shannon e Warren Weaver publicaram o livro *The Mathematical Theory of Communication* pela editora da University of Illinois.

⁴ *Transmission Control Protocol/Internet Protocol* – Protocolo TCP/IP corresponde a um conjunto de regras amplamente aceitas que estabelecem o padrão de envio de mensagens na Internet.

Foi também nos EUA que, paralelamente ao desenvolvimento da ARPANET, a informação começou a ser pensada não apenas do ponto de vista matemático, despontando interesses de estudos nas Ciências Sociais para contemplar os aspectos que não foram tratados por Claude Shannon. O antropólogo, biólogo e linguista Gregory Bateson, por exemplo, caminhou pelas investigações no campo da Comunicação, influenciado pela Cibernética⁵ de Norbert Wiener. Em 1972, no livro *Steps to an ecology of mind*, Bateson apresentou a seguinte definição de informação: “uma diferença que faz diferença” (Bateson, [1972] 2000, p. 315)⁶.

Procurando aplicar os princípios da Cibernética, Bateson investigou a natureza da informação para compreender os padrões da comunicação, maiormente, em sistemas vivos, fornecendo às Ciências Sociais uma importante contribuição sobre as interações humanas. Ao dizer que a informação é a diferença que faz diferença, Bateson mostra como as pessoas reagem à novidade em um processo adaptativo, como na situação hipotética que apresento:

⁵ O matemático Norbert Wiener é considerado o “pai” da Cibernética que, em uma perspectiva interdisciplinar, dedica-se ao estudo da comunicação em sistemas biológicos, mecânicos e sociais.

⁶ Gregory Bateson, com sua visão holística sobre a comunicação, não estava alheio aos estudos que avançavam sobre a informação, tendo compreendido bem a Teoria de Shannon e Weaver. Além disso, seu interesse pelo conceito de *feedback* e *feedback* negativo o levou a participar como membro das famosas conferências sobre Cibernética promovidas pela Fundação Mancy na década de 1940. Nessa ocasião, Bateson teve a oportunidade de dialogar com Warren McCulloch, Norbert Wiener, John von Neumann, Evelyn Hutchinson e outros que influenciaram seus estudos a partir da II Guerra Mundial (Bateson, 2000).

Em um grupo de apoio on-line para mulheres trans, o tema da adequação corporal é constante no enfrentamento da disforia de gênero. Nesse espaço virtual, as participantes compartilham experiências, trocando informações sobre diferentes métodos de feminização. A condição social de algumas participantes faz com que o silicone industrial seja mencionado no grupo como uma alternativa mais viável. Ao observar o crescente interesse de parte das pessoas pelo uso dessa substância, uma participante contribui para a discussão com um relato pessoal sobre os riscos e os danos à saúde decorrentes do uso do silicone industrial. Ela destaca informações sobre procedimentos mais seguros realizados sob o acompanhamento de profissionais especializados em hospitais públicos, que oferecem atendimento humanizado a pessoas trans. A nova abordagem [a diferença] produz uma perspectiva diferente para as participantes, [produzindo a diferença] levando-as a repensar seus projetos diante de uma alternativa que não conheciam – ou sobre qual não estavam minimamente informadas – e que se mostra mais acessível e segura.

Um aspecto que merece atenção, no exemplo acima, é o conceito de redundância, assimilado da Teoria Matemática da Comunicação e de *feedback*, trabalhado pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy em seu Teoria Geral dos Sistemas (TGS), sendo também incorporado à Cibernética de Norbert Wiener.

Para Bateson (2000, p. 393), a redundância é um padrão na comunicação nem sempre percebido pelas pessoas, pois funciona como “uma fonte importante e necessária de estabilidade, previsibilidade e integração” na organização de todos os sistemas. No exemplo fornecido, a redundância se manifesta na regularidade do tema da adequação corporal ao gênero, na constante troca de informações sobre as técnicas de feminização, bem como nos riscos à saúde e à vida associados ao uso do silicone industrial.

A regularidade é entendida por Bateson como hábito. É pelo hábito que as ideias repetidas, continuamente, tornam-se mais inflexíveis ao longo do tempo. Os discursos religiosos fundamentalistas que alimentam a homofobia e a transfobia são exatamente dessa ordem. Contudo, na dinâmica evolutiva da mente, a informação nova tem o potencial de modificar a constelação das ideias consolidadas nas pessoas.

A respeito do conceito de *feedback*, ele representa a contínua adaptação do sistema para aprimorar o seu desempenho. O grupo de apoio *on-line* para mulheres trans exemplifica um sistema no qual as entradas (*inputs*) são representadas pelas participantes, pelas experiências compartilhadas e pelas trocas de informações sobre as técnicas de intervenção no corpo para adequá-lo ao gênero feminino.

As expressões de interesse de algumas participantes em relação ao silicone industrial (*outputs*) recebem *feedback* por meio das contribuições de outra participante acerca dos riscos do uso desse tipo de substância e das informações sobre hospitais especializados no atendimento gratuito de pessoas trans. Esse *feedback* é imprescindível para a adaptação contínua do sistema por intermédio das mudanças produzidas na ótica das participantes.

Fascinado pelos sistemas vivos, Bateson forneceu uma profunda compreensão sobre a comunicação e a informação em contextos humanos⁷, mas, como destaca Etienne Samain (2005), ele ainda não recebeu a devida atenção nas universidades. Os estudos de Bateson

⁷ Como biólogo, Bateson também desenvolveu estudos sobre a comunicação entre animais como golfinhos e baleias. Parte desses estudos aparece no capítulo sobre Biologia e evolução de “*Steps to an Ecology of Mind*”.

balizados na Cibernética são fundamentais para vislumbrarmos a comunicação humana como um sistema complexo, tal como o papel da informação na dinâmica das interações sociais, seja para a manutenção de padrões de pensamentos e comportamentos, seja para alterá-los mediante a introdução da diferença.

Dito isso, a definição batesoniana de informação é de interesse para a discussão proposta neste ensaio, uma vez que a produção e a circulação de informações, tanto nos meios de comunicação tradicionais quanto *on-line*, sobre a existência da diversidade de gênero têm produzido diferença na sociedade, mesmo em cenários hostis projetados por grupos contrários ao avanço dos direitos sociais para pessoas LGBTQIAP+⁸.

3 Tecnologia da informação e transgeneridade

Ao contrário da ideia de informação, no cotidiano, muitas pessoas podem não estar familiarizadas com o conceito de tecnologia da informação. No entanto, as experiências com essas ferramentas são cada vez mais comuns e iniciam cada vez mais cedo. Diferentemente de pessoas adultas, crianças não hesitam em manusear equipamentos como *tablets* e celulares. As gerações nascidas a partir dos anos de 1980 estão mais familiarizadas com o uso dos recursos tecnológicos, que facilitam a comunicação e o compartilhamento de informações. Esse é o propósito desses recursos: servir para o armazenamento, o acesso, a análise e o envio de informações.

⁸ Ou também, LGBTQIAPN+, a saber: lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binárias, “+” (outras identidades não representadas na sigla).

Estudiosos da tecnologia da informação a definem de maneiras diversas, por vezes, adotando uma perspectiva mais abrangente que inclui os aspectos humanos de sua utilização. Em outras ocasiões, a ênfase recai na importância dessas tecnologias para o processo decisório nas organizações. Em alguns casos mais específicos, a definição é mais orientada para a função que desempenham na estrutura comunicativa e produtiva contemporânea. Essa última característica está presente na visão do sociólogo Manuel Castells (1999), que a situa como a base do informacionalismo, modo de desenvolvimento que, segundo o autor, emergiu a partir dos anos de 1960 nos EUA e teve reflexos significativos na sociedade, na cultura e na economia.

O informacionalismo, como proposto por Castells, é um fenômeno de alcance global que associa a produção de bens ao uso intensivo de tecnologia, informação e conhecimento. Essa abordagem representa uma transformação fundamental na organização e na interação social, destacando a centralidade da informação e sua influência nas dinâmicas social, cultural e econômica. A rede, ou seja, a interconexão global entre computadores por meio da Internet, conformou um novo espaço de interação no qual as pessoas se aglutinam mediante relações de afeto e de afinidade, sobretudo, temáticas. Assim, temas como gênero e identidade de gênero passaram a agregar pessoas em comunidades virtuais (Recuero, 2005; Rheingold, 2008) distribuídas nas diferentes plataformas da segunda geração da Internet.

Por certo, temas relacionados à sexualidade e ao gênero estiveram presentes nas mídias tradicionais antes mesmo da Internet

e ainda persistem. Entre 1980 e 1990, algumas emissoras de televisão brasileiras atraíam a atenção do público com programas de auditório com pautas sobre o que ainda se referiam como “homossexualismo” e “mudança de sexo”, além de exibir novelas com personagens que inseriam o gênero nas conversas cotidianas entre familiares e vizinhos(as).

Certamente, havia muitos problemas nesse processo e no conteúdo. De maneira geral, apresentadores(as) e convidados(as) reforçavam o estigma contra outras feminilidades, masculinidades e possibilidades de gênero, enquanto as pessoas diretamente afetadas não tinham voz nesses espaços que operavam segundo um modelo de comunicação no sentido de *um para muitos*.

A Web 2.0, chamada também de Internet social, representou uma mudança na interação remota mediada pelas tecnologias da informação. Ferramentas interativas e/ou colaborativas, como mídias sociais, *blogs* e plataformas de compartilhamento de vídeos, não apenas foram apropriadas por pessoas antes sem voz e visibilidade na grande mídia, mas também possibilitaram a produção e a disseminação de informações no sentido de *muitos para muitos*. O ódio e a intolerância contra a diversidade de gênero também se manifestaram nesses canais, possivelmente, antes da conformação das trincheiras virtuais de resistência construídas por coletivos de pessoas LGBTQIAP+.

Nos primeiros anos do YouTube⁹, lembro-me de ter assistido a alguns vídeos de programas policiais brasileiros sobre travestis

⁹ O YouTube foi lançado em junho de 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, três funcionários da empresa PayPal, com o propósito de facilitar o compartilhamento de vídeos na Internet (Burgess e Joshua, 2009).

que haviam sido presas. As matérias procuravam reforçar estereótipos negativos e ridicularizar a expressão de gênero feminino dessas pessoas. Quatro anos depois, Luiza Marilac demarcou um espaço de resistência nessa plataforma, produzindo conteúdos que mesclam ativismo, reflexões e fragmentos de sua biografia ainda em construção.

Luiza, junto com outras mulheres trans, tem desempenhado um papel fundamental na desconstrução do estigma projetado nessas pessoas. Em um processo de comunicação mais interativo e com espaço para diversos pontos de vista, esses novos criadores de conteúdo, com lugar de fala, estão produzindo diferença ao atingir famílias e humanizar pessoas trans.

Acredito que pessoas travestis, possivelmente, formam o grupo identitário mais popular entre os(as) brasileiros(as) devido à presença delas em telenovelas, em filmes e no Carnaval. Por contraste, pessoas cuja identidade de gênero está relacionada à transexualidade ainda são pouco compreendidas pela sociedade, especialmente, nas situações em que necessitam ou decidem passar por intervenções cirúrgicas para a alteração de algumas características biológicas que causam disforia de gênero.

Em 2001, a novela “As filhas da mãe”, escrita por Silvio de Abreu para a TV Globo, apresentava uma personagem transexual, Ramona, interpretada por Cláudia Raia. O tom de humor e a condição cisgênera da atriz fizeram com que Ramona passasse quase completamente despercebida como mulher trans. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o autor da trama explicou que faltavam referências aos

telespectadores das classes mais populares para compreender as questões relacionadas à personagem¹⁰.

Na paisagem televisiva, enquanto a transgeneridade recebe uma abordagem mais esclarecedora nos canais da televisão por assinatura, voltados para cultura, comportamento e estilo de vida, na televisão aberta, ela é modulada pela influência de segmentos religiosos fundamentalistas. Nos programas de auditório de canais menos assistidos pelo público, o viés religioso permeia as discussões sobre gênero e sexualidade trazidos para o debate. Não é incomum encontrar pastores(as) nesses programas, muitas vezes, tentando desviar o foco de questões relacionadas à transexualidade, como direitos humanos, garantias civis e saúde pública, para negar a existência da diversidade sexual e gênero, utilizando pretextos bíblicos.

Para as gerações anteriores à era da Internet, a televisão representava um papel importante no processo de subjetivação, transmitindo ideias, opiniões e comportamentos em uma sociedade, profundamente, enraizada no binarismo de gênero. Durante os anos de 1980 e 1990, programas de variedades como o Show de Calouros, exibido no SBT, e o Clube do Bolinha, transmitido pela TV Bandeirantes¹¹, ofereciam entretenimento com a performance de artistas transformistas e travestis. Nessas ocasiões, essas pessoas eram designadas pelo nome civil e, diante dos espectadores, tinham

¹⁰ Ver a matéria “Há 20 anos, novela da Globo fracassou com Claudia Raia em papel transexual. Disponível em: <https://11nk.dev/BQWTK>. Acesso em: 6 fev. 2024.

¹¹ Algumas *performances*, juntamente com o tratamento constrangedor infligido às artistas, podem ser vistas no canal Alê Flash Back TV (<https://encurtador.com.br/aF9Fe>).

de confirmar o sexo biológico¹². As aparições de personalidades como Rogéria e Roberta Close em programas de entrevista também eram acompanhadas, frequentemente, de perguntas invasivas sobre “mudança de sexo”, sendo essa a forma popular pela qual as pessoas se referiam à cirurgia de afirmação de gênero.

Em um cenário midiático que produzia conteúdos voltados para uma audiência heterossexual, o acesso a informações sobre transgeneridade, geralmente, ocorria por meio de interações sociais presenciais. Era nas ruas ou nos espaços de sociabilidade privada (D’Incao, 1992), como as boates frequentadas pelo público LGBTQIAP+, que pessoas trans se encontravam em busca de apoio, do compartilhamento de suas vivências identitárias e da troca de conhecimentos sobre o uso de hormônios. Dessa forma, a rua também se tornava um espaço de construção de identidades de gênero, com frequência, negadas e interditas no espaço privado do lar quando não estavam alinhadas com o sexo biológico.

Expandindo a observação de Didier Eribon (2008) de que a subjetividade *gay* é forjada no constrangimento, percebo que as masculinidades e as feminilidades subversivas ao sistema também compartilham dessa experiência. Quantas pessoas não tiveram a sua identidade de gênero reprimida? Quantas pessoas trans ouviram de seus pais o pedido – ou, mesmo, o decreto – para não ultrapassar o limite do “aceitável”? Esse limite é, inicialmente, demarcado pelo vestuário e, mais tarde, pela recusa de qualquer procedimento cirúrgico.

¹² Ver, por exemplo, o desconfortável diálogo entre o apresentador Silvio Santos e as artistas Sandra Pfeiffer e Tamara Boneker em: <https://encurtador.com.br/orCD3>.

Diante das inúmeras pressões enfrentadas dentro e fora de casa, aliada à escassez de informações de qualidade, pessoas trans embarcam em uma verdadeira jornada de autodescoberta, por vezes, experimentando diferentes identidades, estacionando, temporariamente, em algumas delas como estratégia de autopreservação. Nessa busca de si, atravessada por aspectos incompreendidos, a única certeza que essas pessoas carregam consigo desde cedo é a de que não se encaixam no gênero que lhes foi atribuído ao nascer.

Antes da Internet, a televisão, provavelmente, viabilizou o primeiro contato visual de pessoas trans, permitindo-lhes obter a primeira noção de uma identidade sobre a qual ainda não conheciam ou sabiam muito pouco. No entanto, esse contato carecia de conteúdo de qualidade, notadamente, no que concerne à representação positiva de mulheres e homens trans. Com o advento da Web 2.0, essa realidade foi gradativamente alterada.

Os *blogs*, as redes sociais digitais e as plataformas de compartilhamento de vídeo emergiram como ferramentas essenciais para pessoas trans na busca de apoio e informação para entender sua identidade, gênero e sexualidade. Todavia, isso não significa dizer que as interações sociais presenciais, em espaços públicos ou privados, tenham sido suprimidas. De acordo com as análises de Maria Ângela D'Incao (1992), desde os anos de 1980, as tecnologias, progressivamente, impactaram as formas de sociabilidade, naquele momento, tendendo a restringi-las ao ambiente doméstico, no qual as famílias se reuniam à frente da televisão ou as pessoas conversavam pelo telefone fixo.

Contudo, a partir dos anos 2000, o avanço tecnológico ofereceu ferramentas mais interativas que ampliaram a comunicação entre usuáries. As conexões estabelecidas no Facebook, Twitter/X, Instagram, assim como os conteúdos acessados em *blogs* e canais do YouTube, ofereceram às pessoas de diferentes idades, classes sociais e escolaridade a oportunidade de interagir para além do espaço físico da rua, do bairro, da cidade e mesmo do país.

Nas plataformas digitais, em que ainda estamos aprendendo a (con)viver, as pessoas trans encontraram um espaço simbólico para demarcar sua posição social, expressar suas identidades de gênero, compartilhar experiências pessoais e disseminar informações para outras pessoas trans. Embora os conteúdos em circulação nessas plataformas sejam direcionados para pessoas trans, em decorrência da natureza especializada dessas informações, famílias, vizinhos, colegas de estudo ou de trabalho e, até mesmo, desconhecidos(as) são potenciais consumidores(as).

Essas informações genderizadas, processadas, analisadas e disseminadas por pessoas trans são muito mais representativas e significativas na perspectiva da produção de diferença dentro e fora da comunidade LGBTQIAP+ em comparação com aquelas produzidas nos meios de comunicação tradicionais, apesar de algumas iniciativas em favor da tolerância e contra a transfobia. Aos poucos, o caminho está sendo alicerçado, criando possibilidades novas para as gerações de ontem, de hoje e do futuro.

4 Considerações finais

Ao longo deste ensaio, procurei explorar a relação entre informação, tecnologia da informação e transgeneridade, destacando como esses elementos se entrelaçam, sobretudo, com o advento da Web 2.0, oferecendo novas condições para as experiências individuais e coletivas de pessoas trans na sociedade contemporânea. Importante nesse sentido é reconhecer que a capacidade humana de modificar não apenas o meio ambiente ao redor, mas o próprio corpo, reflete a nossa busca incessante por nossa autenticidade e pela expressão de nossa identidade. Em uma época na qual o acesso à informação desempenha um papel fundamental em todas as dimensões da vida, no que diz respeito à transgeneridade, a tecnologia tem exercido função instrumental na busca por compreensão, apoio e visibilidade.

Com base no pensamento de Gregory Bateson sobre a informação, vimos que esta representa uma lente valiosa para compreendermos a dinâmica entre informação, tecnologia da informação e transgeneridade. Quando apliquei essa perspectiva ao contexto, tornou-se evidente como a disseminação de informações do interesse de pessoas trans não só informa, mas potencialmente *transforma* as percepções e as atitudes das pessoas em relação ao tema. Vimos, assim, que cada nova informação positiva compartilhada simboliza uma oportunidade para produzir diferença em direção a uma sociedade mais inclusiva e respeitosa para com todas as pessoas.

Nas plataformas digitais destes tempos, nas quais a informação é compartilhada, acessada e amplificada no sentido de muitos(as)

para muitos(as) sem escala nem precedentes, cada interação, cada biografia e cada conteúdo disseminado representa a oportunidade para desafiar noções preconcebidas, desconstruir estereótipos e alargar a compreensão da sociedade sobre a diversidade de gênero. Esse fluxo de informações, alimentado por pessoas trans, tem sido importante por desencadear um processo de reflexão no tocante aos sentidos das identidades e dos gêneros.

Com a popularização da Internet e das mídias sociais digitais na virada do século, testemunhamos a emergência de um novo modelo pelo qual as pessoas trans têm acesso às vivências, à informação e constroem formas de interação *on-line*. As comunidades virtuais constituídas nesses espaços têm oferecido importantes estratégias de resistência à intolerância e à transfobia, uma vez que propiciam um sentido de pertencimento, apoio, promoção e conscientização sobre gênero e identidade de gênero.

Para concluir, há de se reconhecer que as tecnologias e a disseminação de informações através das plataformas em voga são elementos essenciais de um projeto amplo de transformação social preconizado por Manuel Castells (1999), porém não são suficientes. Embora as mídias sociais digitais tenham se tornado espaços de expressão e de mobilização para o movimento LGBTQIAP+, é crucial que essas ferramentas não se limitem à simples função de repositório de indignação.

O engajamento político e a defesa dos direitos de pessoas trans devem ter a mesma força das mobilizações dos entregadores

por aplicativo¹³ e das pessoas negras diante do racismo¹⁴ e da discriminação social sofridos no mundo *off-line*. A presença física nas ruas da diversidade de pessoas abrigadas sob o amplo guarda-chuva da palavra trans é fundamental para fazer frente às estruturas que perpetuam o sistema.

Referências

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

¹³ Ver a matéria “Vídeo: entregadores protestam após agressão contra jovem em prédio”. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fijT6>. Acesso em: 8 fev. 2024.

¹⁴ Ver a matéria “Manifestantes protestam contra racismo em frente ao prédio em que morava o humorista Eddy Jr., alvo de uma vizinha” em: <https://encurtador.com.br/clQ29>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CORRÊA, Fábio Henrique Mendonça *et al.* Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. **J. Bras. Psiquiatr.**, [S.l.], v. 69, n. 1, p. 13- 22, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ewUY0>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DEMELLO, Margo. **Estudos do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP, São Paulo**, v. 4, n. ½, p. 95-109. 1992.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ERLANGSEN, Annette. *et al.* Transgender identity and suicide attempts and mortality in Denmark. **JAMA**, [S.l.], v. 329, n. 24, p. 2145-2153, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1001/jama.2023.8627>

MARX, Karl. **O capital**. v. 1. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

O'REILLY, Tim. **Web 2.0 compact definition: trying again**. 12 out. 2006. Disponível em: <http://radar.oreilly.com/archives/2006/12/web-20-compact.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, [S.l.], v. 9, p. 4-21, 2007. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/153>. Acesso em: 1 fev. 2024.

RECUERO, Raquel da Cunha. Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet: uma proposta de estudo. **E-Compós**, [S.l.], v. 4, p. 1-27. 2005. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/57>. Acesso em: 5 fev. 2024.

RHEINGOLD, Howard. Virtual communities: exchanging ideas through computer bulletin boards. **Journal for Virtual Worlds Research**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-5, Jul. 2008. Disponível em: <https://jvwr-ojs-utexas.tdl.org/jvwr/article/view/293>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SAMAIN, Etienne. Por uma antropologia da Comunicação: Gregory Bateson. *In*: MARTINS, J.; ECKERT, C.; CAIUBY NOVAES, S. (org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 129-155.

SHANNON, Claude. A Mathematical Theory of Communication. **The Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379-423, Jul./Oct. 1948. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ginA4>. Acesso em: 10 jan. 2024.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

**A intersecção entre diversidade,
equidade, inclusão, acessibilidade na
pesquisa científica e a ciência aberta:
um ensaio para compreensões
preliminares**

*Luiz Fernando Correia de Almeida
Fabiane Maia Garcia
Rita de Cássia Viana de Almeida*

1 Introdução

A pesquisa científica desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento e na promoção do avanço da sociedade. No entanto, para que essa pesquisa seja verdadeiramente eficaz e representativa, é crucial que princípios de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) sejam adotados em todas as suas fases, desde o planejamento até a disseminação dos resultados.

Nesse contexto, este ensaio busca contextualizar a importância desses princípios, bem como as diretrizes SAGER, que visam orientar os pesquisadores na consideração adequada de sexo e gênero em suas pesquisas. Tais conceitos da SAGER e DEIA serão apresentados a seguir com a proposta de refletirmos como as pautas identidade, gênero e sexualidade possivelmente estejam avançando nas ciências, demonstrando que as mudanças sociais também afetam o fazer científico.

O papel do viés, tanto na pesquisa intencional quanto na não intencional, nas sociedades científicas, incluindo na publicação científica e toda estrutura de comunicação científica, está recebendo uma atenção e discussão crescentes em torno da categoria identidade, gênero e sexualidade. O conteúdo avaliado para publicação em periódicos científicos e os artigos, eventualmente, publicados não estão imunes ao viés. Na verdade, o viés contra indivíduos em virtude de sua raça, gênero, religião, deficiência, educação, contexto

institucional, *status* de carreira, orientação sexual, idioma falado e outras características continua a ser uma questão premente na publicação científica (Jack Jr, 2023).

Podemos considerar que em consonância com o que é apontado no parágrafo anterior, temos os aspectos em torno do colonialismo que contribuiu para a forma como a ciência foi desenhada na modernidade, onde definiu quem teria visibilidade na comunidade científica e quem sofreria algum tipo de apagamento ao longo da história, em que elementos como raça e gênero estão intimamente ligados ao que poderia ser tratado como ciência e quem poderia fazer a ciência (Collyer, 2018).

A partir dessa perspectiva, é fundamental reconhecer que a produção de conhecimento ao redor do mundo ainda é marcada por diferenças e desigualdades, muitas vezes enraizadas em tradições coloniais e pós-coloniais. Escritos de figuras como Gandhi e Said ressaltam a influência do imperialismo, racismo e colonialismo na formação das ciências e nas instituições acadêmicas. Essa herança continua a desafiar as teorias tradicionais da ciência e a produção do conhecimento, destacando a necessidade de diversidade e multiplicidade nas narrativas históricas e acadêmicas (Collyer, 2018).

As práticas emergentes de diversidade, equidade e inclusão estão se tornando cada vez mais importantes para promover ações equitativas que avancem a diversidade de disciplinas, racial, étnica, institucional, de gênero, diversidade geográfica, linguística e cultural, campos interdisciplinares, bem como a inclusão de perspectivas representadas por essa diversidade (Jack Jr, 2023).

As diferenças entre sexo e gênero desempenham um papel preponderante na pesquisa e na publicação científica. Enquanto o termo “sexo” refere-se às características biológicas e fisiológicas que distinguem organismos masculinos e femininos, o conceito de “gênero” abrange papéis, comportamentos, identidades e relações de poder socialmente construídos e atribuídos a mulheres, homens e pessoas com diversas identidades de gênero (Canadian Institutes of Health Research, 2012).

Primeiramente, é importante reconhecer que o sexo biológico de um indivíduo (como masculino, feminino ou intersexo) é apenas uma parte da sua identidade global. Enquanto isso, o gênero refere-se às características, aos papéis e às identidades socialmente construídos associados ao ser homem, mulher ou a outras identidades de gênero, como não-binário, agênero, entre outros. Portanto, compreender e considerar a diversidade de gênero é essencial para uma pesquisa verdadeiramente inclusiva e representativa. Essas diversas identidades refletem na pesquisa, como apontam Fontes e Mello (2022), como ocorrido durante a pandemia de Covid-19:

[...] observou que o número de autores com nomes masculinos cresceu mais do que o de mulheres, o que confirma a dificuldade delas em participar do desenvolvimento da ciência; sinalizou que a menor proporção de mulheres e outras minorias na condução de pesquisas sobre o coronavírus pode alterar a ênfase em aspectos da pandemia relevantes para populações específicas. O incentivo à DEI na publicação científica não se refere apenas ao reconhecimento das mulheres e a outras minorias na ciência, mas é fator fundamental para o próprio avanço da pesquisa como um todo (Fontes e Mello, 2022, p. 26).

Na atualidade, há um movimento crescente de reconhecimento e respeito pela diversidade de identidades de gênero, acompanhado pela demanda por pesquisas que reflitam tal diversidade. Os indivíduos estão cada vez mais conscientes de sua identidade de gênero e demandam representação adequada nas pesquisas científicas, tanto para garantir a precisão dos resultados quanto para promover a igualdade e a justiça social. Para além disso, podemos em algum grau considerar que esse espaço rico em pesquisadores diversos, poderia contribuir em algum grau para criatividade e inovação de pesquisas nas ciências.

Nos últimos anos, tem havido uma evolução significativa na compreensão da identidade do pesquisador e cientista, refletindo as mudanças sociais e culturais mais amplas que têm ocorrido na sociedade. Anteriormente, a figura do pesquisador, com frequência, era vista como distante, objetiva e desprovida de aspectos pessoais ou emocionais. No entanto, à medida que as teorias sociais têm destacado a complexidade e a fluidez da identidade humana, essa visão está sendo questionada e reconstruída.

Assim como Hall (2006) descreve a identidade como um processo contínuo de construção e reconstrução influenciado por uma variedade de fatores, incluindo experiências pessoais, histórias e contextos culturais, os pesquisadores também reconhecem, cada vez mais, a importância de sua própria identidade na condução da pesquisa. Eles não são mais vistos como entidades neutras e objetivas, mas, sim, como sujeitos sociais inseridos em contextos históricos, culturais e políticos específicos.

Essa mudança na percepção da identidade do pesquisador tem contribuído para tornar a ciência mais diversa e inclusiva. Ao reconhecer e valorizar as múltiplas identidades dos pesquisadores, incluindo raça, gênero, orientação sexual, origem étnica e experiências pessoais, a comunidade científica está se tornando mais representativa da sociedade como um todo. Isso enriquece a diversidade de perspectivas e abordagens na pesquisa, mas também ajuda a promover a equidade e a justiça na produção e na disseminação do conhecimento científico.

Além disso, a ênfase na subjetividade e na posição do pesquisador dentro de discursos culturais e sociais tem contribuído para uma significativa reflexão sobre o papel da ética e da responsabilidade na pesquisa científica. Os pesquisadores bastante conscientes da relevância de considerar o impacto de suas próprias identidades e posições privilegiadas na pesquisa, bem como de reconhecer e mitigar possíveis vieses e preconceitos.

Dessa forma, mudança na percepção da identidade do pesquisador contribui para uma ciência mais diversa, inclusiva e reflexiva. Ao reconhecer a complexidade e a fluidez da identidade humana, os pesquisadores estão se distanciando da imagem de “sem humanidade” e assumindo um papel mais engajado e consciente na produção de conhecimento científico.

Nesse sentido, é fundamental considerar tanto o sexo quanto o gênero no desenho, na condução e na publicação de estudos, com o objetivo de promover uma ciência rigorosa, reprodutível e responsável. A omissão das dimensões de sexo e gênero na pesquisa

pode resultar em imprecisões nos resultados, no desperdício de recursos e nas dificuldades na generalização das conclusões. Por outro lado, a integração adequada desses aspectos pode impulsionar a descoberta e a inovação científica.

Um bom exemplo têm sido as lutas feministas por garantias mínimas e permanentes para mulheres que buscam ingressar na pós-graduação, em que, no desenrolar dessa caminhada, a mulher algumas vezes tem de assumir cuidados parentais de filhos, as vezes na condição de mãe solo ou de figuras paternas que não desempenham suas atribuições de cuidados parentais, além de durante a pós-graduação virem a desenvolver a gestação. Em consonância disso, algumas agências de fomento que têm feito referência à licença-maternidade ou adotante em editais de pós-graduação e fomento à pesquisa, como aponta Ivo e Ferreira (2019) em suas respectivas pesquisas.

Desde o início do século XXI, tem havido uma crescente conscientização e esforços no meio científico para incorporar o sexo e o gênero em todas as fases da pesquisa, especialmente, na área da saúde. Destacam-se as iniciativas de agências internacionais de fomento e da comunidade editorial nesse sentido. Em 2010, o Instituto Canadense de Pesquisa em Saúde (Canadian Institutes of Health Research – CIHR) endossou a integração de sexo e gênero na pesquisa, seguido pela Comissão Europeia em 2014. Posteriormente, em 2016, os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (National Institutes of Health – NIH) tornaram obrigatória a inclusão do sexo como variável biológica em pesquisas.

2 Iniciativas

Estabelecido em 2012, o Comitê de Política de Gênero da The European Association of Science Editors (EASE) trabalhou para a comunicação científica no avanço de reportagens e comunicações sensíveis ao gênero e ao sexo na ciência. O objetivo é não apenas uma ciência melhor, seja nas ciências da vida, naturais ou sociais, tal como melhores práticas, intervenções e oportunidades baseadas em evidências para todos. O Comitê é composto por especialistas com diversas formações, tradições linguísticas e experiência profissional, compartilhando entusiasmo para avançar na igualdade de sexo e gênero para investigação e inovação responsáveis.

Em consequência deste trabalho, culminaram as diretrizes Sex and Gender Equity in Research (SAGER) desenvolvidas em resposta à crescente conscientização sobre a imprescindibilidade de considerar as diferenças de sexo e gênero na pesquisa científica. Essas diretrizes visam fornecer orientações claras para os pesquisadores sobre como relatar informações sobre sexo e gênero em seus estudos, análises de dados e interpretação de resultados. Elas foram desenvolvidas por meio de colaborações entre pesquisadores, profissionais de saúde, organizações acadêmicas e agências governamentais, com o objetivo de garantir que as pesquisas reflitam, adequadamente, a diversidade de experiências e necessidades relacionadas ao sexo e ao gênero (Garcia, 2022).

Por seu turno, o *Committee on Publication Ethics* (COPE) é uma organização internacional cujo objetivo é orientar e educar editores, autores e revisores sobre práticas éticas na publicação acadêmica.

Fundado em 1997, o COPE fornece diretrizes e recursos para ajudar na resolução de questões relacionadas à ética editorial, como plágio, má conduta e conflitos de interesse. A importância do COPE reside na promoção da integridade e confiabilidade da literatura científica, assegurando que os padrões éticos sejam mantidos em todas as etapas do processo de publicação. Isso é primordial para a credibilidade da pesquisa e para a confiança do público na ciência.

Nesse sentido, por se alinhar à pauta da ética na pesquisa e na publicação científica, o COPE (2018) endossou as diretrizes da SAGER, desenvolvidas pela EASE, em um esforço conjunto para promover uma ciência mais inclusiva e sensível ao gênero.

A visão do Comitê de Política de Gênero da EASE evidencia que se busca mais diversidade de gênero na ciência e nas práticas de publicação, visando aprimorar a qualidade, a diversidade e a transparência, de tal modo que a ciência continue na vanguarda da inovação. Esse comitê trabalha, ativamente, para promover relatórios e comunicações sensíveis ao gênero e sexo na ciência, reconhecendo que isso melhora a qualidade da pesquisa, mas também fomenta práticas, intervenções e oportunidades baseadas em evidências de forma equitativa para mulheres e homens.

As diretrizes SAGER representam um marco importante nesse esforço. Elas fornecem um procedimento abrangente para relatar informações sobre sexo e gênero em todas as fases da pesquisa, desde o desenho do estudo até a interpretação dos resultados. Embora projetadas, sobretudo, para orientar os autores na preparação de seus manuscritos, essas diretrizes são valiosas para revisores e editores,

pois ajudam a integrar a avaliação de sexo e gênero em todo o processo editorial.

A importância das diretrizes SAGER na orientação de pesquisadores, autores, revisores e editores referenda a incorporação adequada de sexo e gênero na pesquisa científica. Essas diretrizes são fundamentais para promover uma ciência mais inclusiva e transparente, garantindo que os estudos considerem, devidamente, essas variáveis em todas as etapas do processo de pesquisa e publicação.

No contexto da ciência aberta, as diretrizes SAGER são ainda mais relevantes, visto que promovem a transparência e a qualidade dos dados ao encorajar a inclusão de informações detalhadas sobre sexo e gênero nos estudos. Ao seguir essas diretrizes, os pesquisadores contribuem com a construção de um corpo de conhecimento mais robusto e confiável, permitindo uma melhor compreensão das complexidades das questões de saúde e trabalho.

É importante destacar os desafios enfrentados na incorporação das dimensões de sexo e gênero na pesquisa em saúde, ressaltando a necessidade de superar barreiras como a terminologia inconsistente, a falta de reconhecimento do impacto do sexo e gênero nos desfechos e as dificuldades na coleta de dados. Esses desafios destacam a relevância contínua do desenvolvimento e implementação de diretrizes como a SAGER para orientar os pesquisadores na produção de trabalhos científicos de alta qualidade.

Considerar as diretrizes no processo de pesquisa e publicação científica é essencial para garantir que os estudos reflitam, de forma precisa e abrangente, a diversidade das populações estudadas e favoreçam para avanços significativos no conhecimento científico.

Outro aspecto a se considerar é a identidade do próprio pesquisador, que, às vezes, pode se chocar com o processo avaliativo de periódicos em decorrência de preconceitos e racismo no sujeito que avalia.

Deve-se ressaltar que muitas publicações científicas ainda não relatam potenciais diferenças e semelhanças entre sexos e gêneros em estudos que incluem ambos. Os editores de revistas desempenham um papel vital na ciência e podem viabilizar a desagregação dos dados por sexo como uma prática rotineira, além da inclusão da análise de gênero, quando apropriado. Esse compromisso com a equidade de gênero na pesquisa fortalece a qualidade e a confiabilidade dos resultados científicos, mas também contribui para a constituição de uma comunidade científica mais inclusiva e responsável.

A última iniciativa apresentada tem se desenvolvido no âmbito europeu, mas há também um caso americano. A *Council of Science Editors* (CSE) desenvolveu diretrizes para a Promoção da Integridade nas Publicações de Periódicos Científicos, um guia essencial para garantir a qualidade e a ética na publicação acadêmica. Desde sua primeira publicação em 2006, essas recomendações passaram por atualizações periódicas para refletir as mudanças no campo da pesquisa e as evoluções nas práticas editoriais. O Comitê de Política Editorial (EPC) do CSE tem sido crucial nesse processo, trabalhando, continuamente, para incorporar novas informações e melhores práticas.

Uma das atualizações recentes do documento destaca a importância da diversidade, equidade e inclusão (DEI) na publicação acadêmica. Esse aspecto é relevante para favorecer uma comunidade científica mais justa e representativa, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e todas as perspectivas sejam consideradas. As diretrizes

revisadas incentivam os editores a adotar práticas que promovam a diversidade entre os membros da equipe editorial, revisores, autores e demais envolvidos no processo de publicação. Além disso, o documento destaca a imprescindibilidade de garantir uma linguagem inclusiva e a coleta de dados demográficos para assegurar uma representação equitativa em todas as etapas do processo editorial.

Essas mudanças têm evidenciado o compromisso do CSE de fomentar a integridade e a excelência na publicação científica, adaptando-se às necessidades e aos desafios em constante evolução do campo da pesquisa. Os leitores são incentivados a explorar o conjunto completo de Recomendações do CSE para obter uma compreensão abrangente das práticas recomendadas para garantir a qualidade e a integridade na publicação de periódicos científicos que são orientadas no *site* da entidade.¹

No âmbito brasileiro, temos avançado e consolidado os princípios de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) como valores éticos fundamentais, mas também como elementos essenciais para a qualidade e a relevância da pesquisa. Na área da saúde, a aplicação dos princípios DEIA exerce um papel fundamental no sucesso dos diagnósticos e tratamentos. Lamentavelmente, tem-se observado uma disparidade na qualidade do atendimento oferecido a grupos minoritários em comparação com a população majoritária. Mesmo entre profissionais de saúde que valorizam a igualdade, a qualidade dos serviços prestados a esses grupos ainda deixa a desejar, muitas vezes, devido a vieses sociais, em sua maioria, inconscientes.

¹ Disponível em: <https://www.councilscienceeditors.org/>.

A Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e a SciELO têm sido essenciais na promoção dos princípios DEIA na pesquisa científica. O Espaço DEIA, criado pela ABEC, oferece um fórum para discussão e divulgação de práticas alinhadas com a diversidade, a equidade, a inclusão e a acessibilidade na publicação científica. Além disso, a SciELO incorporou esses princípios em seus critérios e políticas para a admissão e a permanência de periódicos em sua coleção, garantindo que a pesquisa publicada atenda aos mais altos padrões de inclusão e acessibilidade. Em suas diretrizes, a SciELO tem orientado aspectos sobre a composição da comissão editorial dos períodos, estimulando que os avaliadores sejam diversos.

Os princípios DEIA são uma derivação dos princípios SAGER, que se concentram, especificamente, na incorporação adequada das dimensões de sexo e gênero na pesquisa científica. Enquanto os princípios SAGER fornecem diretrizes para garantir que os estudos considerem, devidamente, as variáveis de sexo e gênero, os princípios DEIA ampliam essa abordagem para abranger uma gama mais ampla de dimensões da diversidade, incluindo raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade, habilidade, *status* socioeconômico e outras características que podem influenciar as experiências e os resultados de saúde.

Dessa forma, os princípios DEIA refletem uma evolução das preocupações em torno da equidade e da inclusão na pesquisa científica, reconhecendo que a ciência deve ser sensível e responsiva às diversas necessidades e experiências das comunidades estudadas. Ao derivarem dos princípios SAGER, os princípios DEIA mantêm um foco na promoção da equidade e da transparência na pesquisa, ao

passo que também reconhecem a importância de considerar uma ampla gama de fatores que possam influenciar os resultados e a interpretação dos estudos científicos (Garcia, 2022; ABEC²).

As iniciativas buscam conscientizar e ser resistentes aos vieses implícitos, também conhecidos como vieses sociais ou culturais, os quais podem influenciar atitudes e avaliações, resultando em comportamentos discriminatórios, frequentemente, não percebidos. Esses vieses são caracterizados por associações automáticas, difíceis de controlar, e podem entrar em conflito com crenças e valores declarados. É preocupante quando esses vieses perpetuam estereótipos ou refletem preconceitos em relação a grupos sociais específicos.

Profissionais de equipes científicas têm sido incentivados a desenvolver competência cultural para melhorar sua eficácia em contextos diversos. Isso implica cultivar a autoconsciência em relação a vieses implícitos, compreender as diferenças culturais da população atendida e adquirir habilidades que promovam a adaptabilidade e a disposição para aprender mais acerca da população atendida, assim como de seus próprios preconceitos (Dalben e Nabuco, 2021).

Apesar dos apelos à competência cultural, ainda existem desafios significativos, como o reconhecimento insuficiente do racismo, das particularidades da comunidade LGBTQIAP+ e de outros grupos minoritários, além dos desequilíbrios de poder e da necessidade de autorreflexão. Muitos profissionais não reconhecem suas próprias limitações quanto à busca da competência cultural e, conseqüentemente, da adesão aos princípios DEIA.

² Informações disponíveis em: <https://www.abecbrasil.org.br/deia/>.

A relevância da competência cultural, no contexto pesquisa e práxis da saúde prestados às comunidades LGBTQIAP+, destaca a complexidade das identidades, desejos e comportamentos desses grupos. Essa discussão também circunda o ambiente da pesquisa científica, cuja sensibilidade às diferenças culturais e identitárias pode influenciar, significativamente, a qualidade e a relevância dos estudos realizados (Costa *et al.*, 2017).

Ao considerar a pesquisa científica, os princípios DEIA (Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade) são basilares no que tange ao respeito e à inserção social, de modo que a ausência da discussão pode invisibilizar pessoas trans de acenderem à carreira científica. Esses princípios intentam garantir que as pesquisas sejam conduzidas de forma ética e inclusiva, abordando as disparidades e promovendo uma ciência mais equitativa e acessível para todos os grupos, incluindo a comunidade LGBTQIAP+.

Da mesma forma, as diretrizes SAGE são essenciais para que as diferenças de sexo e gênero sejam, adequadamente, consideradas em todas as fases da pesquisa científica, do desenho do estudo à interpretação dos resultados. Isso é considerável para que os estudos reflitam, de forma precisa e abrangente, as realidades das populações estudadas, incluindo as nuances das identidades de gênero e orientações sexuais.

Diante disto, cabe ressaltar o papel preponderante das sociedades científicas, fóruns de editoras e demais atores, que passam a advogar pelo desenvolvimento de competências, destacando a educação e a capacitação dos pesquisadores para promover a sensibilidade cultural e o respeito à diversidade em suas práticas de pesquisa. Isso inclui

a necessidade de os pesquisadores reconhecerem e evitarem vieses implícitos que influenciem suas abordagens e interpretações.

Nesse contexto, emerge a interseção entre os princípios DEIA/SAGE e o movimento da Ciência Aberta, que preconiza a transparência em todas as etapas do processo científico, da coleta e análise de dados à disseminação dos resultados. Nessa seara, os princípios DEIA complementam essa abordagem ao enfatizar a imprescindibilidade de considerar a diversidade de perspectivas, garantir a equidade no acesso ao conhecimento científico e promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A Ciência Aberta propõe uma mudança fundamental na maneira como a pesquisa é conduzida e compartilhada, enfatizando a transparência em todas as etapas do processo científico, da coleta de dados à disseminação dos resultados. Nesse sentido, os princípios DEIA desempenham um papel crucial ao viabilizar que a pesquisa seja inclusiva e acessível a uma ampla gama de participantes e públicos.

Ao integrar os princípios DEIA na prática da Ciência Aberta, os pesquisadores se comprometem com a produção de conhecimento de alta qualidade e com a promoção da justiça social e da equidade na comunidade científica e na sociedade em geral. Isso implica adotar práticas que garantam a diversidade de perspectivas e as experiências na pesquisa, bem como a igualdade de acesso aos recursos e aos resultados da pesquisa para todos os interessados.

Em vista disso, a Ciência Aberta se torna uma questão técnica ou metodológica, mas também uma questão ética e social. Ao promover a abertura, a transparência e a inclusão na pesquisa científica, a Ciência Aberta contribui para a construção de uma comunidade científica

mais democrática, colaborativa e responsável, cujo conhecimento é compartilhado e utilizado de forma equitativa e acessível por todos os interessados.

As diretrizes SAGER são basilares na promoção da transparência e qualidade da pesquisa científica, especialmente, no contexto da ciência aberta. Essas diretrizes fornecem uma estrutura essencial para padronizar a divulgação de informações sobre sexo e gênero em publicações científicas. Nesse cenário, observamos que a divulgação respeita a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito brasileiro, reforçando que trabalhos e comunicações científicas não sofram com vieses preconceituosos e racistas, o que é primordial para uma ciência mais acessível e inclusiva.

Ao adotar as diretrizes SAGER, pesquisadores e autores contribuem, de forma significativa, com a construção de uma comunidade científica mais transparente e sensível às questões de diversidade de gênero. Essas diretrizes orientam autores sobre como relatar informações sobre sexo e gênero em seus estudos, mas também incentivam editores de revistas a integrar tais questões em seus processos editoriais.

No entanto, deve-se reconhecer que as diretrizes SAGER podem não abordar, explicitamente, as necessidades das populações com diversidade de gênero, como é o caso de pessoas transgênero. Ainda que, em um contexto de ciência aberta, seja essencial que pesquisadores e editores sejam sensíveis a essas lacunas e busquem maneiras de incluir e representar, de maneira adequada, essas populações em suas pesquisas e publicações.

Além disso, os editores de revistas são imprescindíveis na promoção da equidade de gênero na ciência aberta, endossando e implementando as diretrizes SAGER em seus processos editoriais. Isso inclui solicitar aos autores que forneçam dados desagregados por sexo e gênero em seus artigos, quando aplicável, e garantir que as revisões por pares levem em consideração questões de diversidade de gênero.

A inclusão da diversidade garante que a pesquisa reflita a realidade de uma ampla gama de experiências e perspectivas. Isso envolve a diversidade de gênero, raça e etnia, mas também a diversidade de habilidades, as origens socioeconômicas e outras características que influenciem a forma como as pessoas interagem com o mundo e respondem à pesquisa.

Nessa seara, o aspecto socioeconômico é um elemento de exclusão quando se lança um olhar sobre determinados grupos sociais historicamente marginalizados, que tendem a sofrer ainda mais com esse reflexo na ascensão da carreira científica. As diretrizes SAGER e as cobranças de *Article Processing Charges* (APC) por periódicos estão na busca por uma ciência mais inclusiva e transparente. Com frequência, revistas que adotam políticas alinhadas com a equidade de gênero e diversidade têm custos associados, como as APC, para cobrir os custos de revisão por pares, edição, aquisição de DOI e a publicação dos artigos.

Quando os pesquisadores seguem as diretrizes SAGER e produzem pesquisas que incorporam, adequadamente, questões de sexo e gênero, eles podem publicar seus trabalhos em periódicos

que compartilham esses valores. Em contrapartida, alguns pesquisadores podem enfrentar barreiras financeiras para publicar em revistas que cobram APC. Esse quadro pode atravessar corpos de maneiras diferentes, como mulheres em momento da amamentação ou pessoas trans que estão em acompanhamento médico, sendo que podem ter mais fragilidade para destinar recursos para publicações científicas que pessoas com privilégios garantidos, homens cis brancos, por exemplo.

Isso pode criar um desafio para a equidade na publicação científica, dado que pesquisadores e instituições com menos recursos podem ter dificuldade em acessar periódicos que promovem princípios DEIA em virtude das altas taxas de publicação. Portanto, é necessário que instituições e financiadores considerem formas de apoiar o acesso aberto e reduzir as barreiras financeiras para a publicação de pesquisas que promovem a equidade de gênero e a diversidade.

A equidade é necessária para garantir que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades para participar e beneficiar-se da pesquisa. Isso significa eliminar barreiras que impeçam o acesso de certos grupos à participação em estudos científicos e possibilitar que os resultados da pesquisa sejam acessíveis e relevantes para todos os segmentos da sociedade.

A acessibilidade assegura que os resultados da pesquisa sejam compreensíveis e utilizáveis por todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições. Isso pode incluir a disponibilização de materiais de pesquisa em formatos acessíveis, como linguagem simples, áudio ou formatos de texto alternativos.

3 Conclusão

Mediante o exposto, evidencia-se que a incorporação dos princípios Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade, na pesquisa científica, é um passo relevante para promover a igualdade de oportunidades e a representatividade em todas as áreas do conhecimento. Ao adotar medidas que priorizem a diversidade, a equidade, a inclusão e a acessibilidade, os pesquisadores contribuem, significativamente, com a construção de uma sociedade mais justa e progressista.

As diretrizes SAGER, juntamente com as iniciativas da ABEC e SciELO no Brasil, e o caso americano da CSE, demonstram o compromisso de promover uma pesquisa científica mais equitativa e acessível. No entanto, deve-se ressaltar que esse é um processo contínuo que requer o envolvimento e o apoio de toda a comunidade acadêmica. Cabe aos pesquisadores, aos editores, aos revisores e às instituições de pesquisa trabalhar em conjunto para implementar práticas e políticas que favoreçam a diversidade e a inclusão em todos os aspectos da pesquisa científica.

Tão somente pelo esforço conjunto e contínuo, será possível alcançar uma transformação na maneira como a pesquisa é conduzida e disseminada. Ao priorizar os princípios DEIA, por exemplo, poderemos garantir que a pesquisa científica avance em termos de conhecimento, mas também se torne um instrumento para promover a justiça social e a igualdade em nossa sociedade.

A adoção dos princípios DEIA na pesquisa científica oportuniza que a pesquisa seja relevante, inclusiva e acessível a todos os segmentos

da sociedade. Ao integrar a diversidade, a equidade, a inclusão e a acessibilidade em todas as fases da pesquisa, os pesquisadores promovem a inovação, a justiça e o avanço do conhecimento de forma mais abrangente e representativa. As diretrizes SAGER e a CSE, junto com as iniciativas promovidas pela ABEC e SciELO no Brasil, são passos importantes na direção de uma pesquisa científica mais equitativa e inclusiva, portanto, devem ser incentivadas e apoiadas por toda a comunidade acadêmica.

Referências

CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH. **What a difference sex and gender make: a gender, sex and health research casebook.** Ottawa: CIHR, 2012.

COLLYER, Fran M. Global patterns in the publishing of academic knowledge: Global North, global South. **Current Sociology**, v. 66, n. 1, p. 56-73, 2018. <https://doi.org/10.1177/0011392116680020>.

COPE. **COPE endorses EASE SAGER guidelines.** Disponível em: <https://publicationethics.org/news/cope-endorses-ease-sager-guidelines>. Acesso: 12 fev. 2024.

COSTA, Luana Dias da *et al.* Competência Cultural e Atenção à Saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 105-119, 2017.

DALBEN, Tatiany Pertel Sabaini; NABUCO, Gabriela Trojan. A importância da competência intercultural para a gestão da diversidade e da diferença cultural em equipes globais. **Políticas Culturais em Revista**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 314-333, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/pcr.v14i1.37807>

DEIA: Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade na pesquisa científica (SIBi). Disponível em: <https://encurtador.com.br/bgkxY>. Acesso em: 12 fev. 2024.

GARCIA, Leila Posentato. Equidade de sexo e gênero na pesquisa e na publicação científica: as diretrizes SAGER e suas listas de verificação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.l.], v. 47, p. e21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369nt122pt2022v47e21>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDARI, Shirin *et al.* Sex and gender equity in research: rationale for the SAGER guidelines and recommended use. **Research integrity and peer review**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-9, 2016.

A intersecção entre diversidade, equidade, inclusão, acessibilidade na pesquisa científica e a ciência aberta: um ensaio para compreensões preliminares

IVO, Andressa Aita; FERREIRA, Caroline Foggiato. Maternidade e produção científica: análise dos editais de fomento à pesquisa nas universidades públicas do Rio Grande do Sul. **Diversidade e Educação**, [S.l.], v. 7, n. Especial, p. 165-182, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9428>. Acesso em: 12 fev. 2024.

JACK JR, Leonard. Complete Republication: Recent Updates to CSE Recommendations for Promoting Integrity in Scientific Journal Publications: 7 Ways to Integrate Diversity, Equity, and Inclusion Into Scholarly Publishing. **Preventing Chronic Disease**, [S.l.], v. 20, 2023.

MELLO, Sigma de; Fontes, Ilda. Diversidade, equidade e inclusão na ciência. In: MORAIS, Ana; RODE, Sigmar de Mello; GALLETI, Silva. **Desafios e perspectivas da editoria científica: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2021**. 2022.

**Lesbocentrar ou alimentar privilégios?
Como redes lésbicas feministas
radicais se movimentam no Twitter
diante de controvérsias**

*Julianna Paz Japiassu Motter
Ana Paula Pereira Coelho
Bianca Bortolon Gonçalves*

1 Apresentação

Este estudo tem como objetivo cartografar e analisar os discursos levantados sobre a prática de lesbocentrar a partir de uma publicação na rede social Twitter/X. A análise tem como ponto de partida uma publicação postada no dia 3 de julho de 2023, em que uma usuária do Twitter/X publicou a seguinte afirmação: “A pessoa que fala em lesbocentrar está imediatamente falando em: apenas lésbicas cis, apenas lésbicas brancas, apenas lésbicas de uma classe social específica. Deus nos dibre”.

O termo “lesbocentrar”, utilizado na postagem, refere-se a uma prática de circulação de sociabilidades, afetos e desejos voltada, exclusivamente, para pessoas lésbicas. A publicação foi fechada para interações pela usuária após o alto volume de ataques. Dessa forma, as interações foram limitadas, tendo 136 comentários, 20 compartilhamentos e 233 curtidas. Esse acontecimento revela uma importante discussão acerca de uma crescente nas interlocuções entre as lesbianidades e as sapatônicas nas redes sociais. Além de evidenciar como esse discurso circula com diferentes pontos de vista na rede, despertando discussões que envolvem variadas correntes, como a feminista radical transexcludente. Para tanto, utilizaremos técnicas de análise de texto apoiadas na Cartografia de Controvérsias (CC), que se mostra como alternativa para estudos complexos com movimentações diversas e imprevisíveis.

Na perspectiva deste estudo, as interações entre atores nos ajudam a recompor e analisar narrativas e modos de ser e sentir com participação intensa da tecnologia. A análise textual das controvérsias levantadas por essa postagem, junto às limitações do próprio site, faz parte do conteúdo de análise deste trabalho.

2 Como viemos parar aqui? Como a rede social X pode ser um campo frutífero para análises e debates

A pessoa que fala em lesbocentrar está imediatamente falando em: apenas lésbicas cis, apenas lésbicas brancas, apenas lésbicas de uma classe social específica. Deus nos dibre.

No dia 3 de julho de 2023, esse *tweet*/mensagem foi publicado na plataforma de rede social X (antigo Twitter) e levou outros perfis a uma reação negativa. A reação, rápida e massiva – mensurada por *respostas* ou *compartilhamentos comentados* –, permite-nos levantar alguns pontos de vista a serem discutidos: 1) a velocidade através da qual usuáries respondem a opiniões, adotando uma perspectiva, rapidamente, binária e/ou polarizadora sobre o que está sendo posto; 2) como existem controvérsias em torno de termos, aparentemente, consolidados em certo “vocabulário sapatão”.

Para uma breve análise, mediante as controvérsias surgidas, investigamos alguns aspectos acerca dos embates e da sociabilidade da comunidade lésbica e sapatona dentro da rede social X. Para isso, deve-se ressaltar que a própria plataforma de rede social, com base na qual essa análise se desenrola, detém um histórico de possibilitar interações mais intensas entre usuáries.

O formato de miniblog permite publicar mensagens curtas de até 240 caracteres, ao passo que cada publicação pode ser replicada (*reply*), respondida (*quote*) ou compartilhada (*retweet*) infinitas vezes, com ou sem respostas posteriores. Se o perfil em questão for aberto, essa publicação pode aparecer na aba “Para você” de demais usuáries, como uma sugestão de interesse a partir das preferências estipuladas da plataforma para aquele perfil. Esse fluxo, na circulação das publicações, facilita um rápido espraiamento do debate.

Figura 1 – Tweet gerador da controvérsia analisada

A pessoa que fala em lesbocentrar
está imediatamente falando
em: apenas lesbicas cis, apenas
lésbicas brancas, apenas lésbicas
de uma classe social específica.
Deus nos dibre

11:46 · 03 jul. 23 · **86,7K** Visualizações

Fonte: X/Twitter (2023).

O debate nessa plataforma mantém o formato de rede em sua infraestrutura, de modo que uma publicação pode desencadear outras e relacionar-se com publicações anteriores. Além disso, publicações e usuáries se conectam, mesmo que momentaneamente, dado que “as plataformas se apropriam das lógicas de conexão e as potencializam como parte de uma estratégia” (D’Andréa, 2020). Em vista disso,

proliferam-se diferentes perspectivas, versões ou narrativas de um mesmo assunto ou acontecimento, todas conectadas entre si em redes, mais ou menos, movimentadas.

Válido elucidar que compreendemos que rede é uma palavra de múltiplos sentidos, seja no mundo digital ou na linguagem matemática, por exemplo. Sendo prudente enfatizar que, para este artigo, usamos uma definição específica de rede como uma metáfora relevante que materializa a estrutura relacional dessas plataformas, manifestando sua característica sociotécnica. Para fins metodológicos, essa distinção é importante porque a rede pode tanto representar infraestrutura quanto sociabilidade. Ademais, imprime outras formas de relacionamento através de recursos técnicos e sociais de cada plataforma.

Se o Facebook foi capaz de ressignificar a “amizade” (Bucher, 2017), o X pode ressignificar “seguidor”, “perfil”, “nome”. Dentro dessas plataformas, a sociabilidade se dá em novos termos, instituindo novas culturas mediadas e estruturadas por plataformas digitais e seus algoritmos (Roberge e Seyfert, 2016).

No caso da plataforma X, compreendemos que os recursos dados pelos algoritmos promovem uma interação intensa por mensagens e postagens, estimulando a expressão de opinião de usuáries, sobretudo, porque é um espaço em que não se exige assumir a verdadeira identidade – salvo personalidades públicas. Dessa maneira, cada vez mais usuáries se valem disso para publicar com maior liberdade, mesmo que isso signifique violentar alguém ou assumir um crime.

A publicação que utilizamos como prelúdio apresenta vários termos que, juntos, causaram um alto volume de interação, em

sua maioria, ataques pessoais e confrontações. Todas as respostas não pareciam ter como horizonte fomentar um debate mais amplo sobre o que foi exposto, mas, sim, a reprodução de uma lógica de aniquilação do outro, própria do fenômeno do discurso de ódio nas redes sociais (Motter, 2018). Essa recusa ao debate, que facilmente se transformou em ataques pessoais, despertou nosso interesse em analisar, textualmente, os entendimentos sobre os termos pela própria comunidade. Essas interações possibilitam uma análise textual do comportamento lésbico e sapatão no *site*, uma amostra dos pontos de vista que surgem a partir de uma discussão acerca do que poderia significar a prática de “*lesbocentrar*”.

A publicação foi fechada para interações pelo perfil autor após o alto volume de ataques e ofensas. Sendo assim, resultaram em 136 compartilhamentos comentados (*reposts*), 20 compartilhamentos e 233 curtidas, um volume relevante de interações com opiniões e pontos de vista válidos para análise. O perfil autor da publicação é @velcrochoque, pertencente a uma das autoras deste artigo. Nele são compartilhadas opiniões pessoais, além de algumas observações no que concerne às dinâmicas interacionais de lésbicas e sapatonas.

Na ocasião, houve a pretensão de tensionar uma discussão que havia sido exposta por diferentes usuárias do *site* quanto à prática de “*lesbocentrar*” as relações. Primeiramente, tentaremos explicar melhor o que essa prática significa e/ou quais seus objetivos e, na sequência, elucidar a problemática que a postagem pretendeu trazer para o debate público. Em seguida, analisar essas cadeias de textualidades e caminhar para as considerações.

3 O que significa e o que poderia significar “lesbocentrar”?

O termo “lesbocentrar”, utilizado na postagem, refere-se a uma prática de circulação de sociabilidades, afetos e desejos voltada exclusivamente para pessoas lésbicas. Isso pode se expandir para uma dimensão econômica ou de outras trocas de valores entre pessoas de um mesmo grupo. O termo deriva da discussão sobre “afrocentricidade” e a prática de “afrocentrar” (Asante, 1980), as quais, orientadas por uma dimensão ético-filosófica de priorização de trocas entre sujeitos negres, envolvem essas mesmas práticas de circulação de sociabilidades, afetos e desejos, além da valorização de trabalhos e saberes, que buscam mitigar os danos de um racismo estrutural que orienta a dinâmica social brasileira.

Uma mesma derivação tem dado conta desse fluxo de trocas e valorização entre pessoas trans*, sob a justificativa de construir um esforço para “transcentrar” relações, ou seja, também deslocar os referenciais de sujeitos trans* da cisgeneridade. De modo enxuto, a centralização de relações e/ou interações, no bojo de um determinado grupo, deve ter como horizonte, portanto, minar as violências e/ou as discriminações externas a esses grupos. No entanto, o questionamento levantado partir do *tweet* pretende interrogar se e em quais medidas a prática de lesbocentrar pode servir como uma justificativa para fomentar lógicas estruturais de discriminação e exclusão.

Tratando-se das lesbianidades e sapatônicas, mas considerando o racismo e a transfobia como violências estruturais, o que se pretendeu enunciar foi a maneira como o uso do argumento de “lesbocentrar” poderia servir para fazer a manutenção de determinados privilégios

internos ao grupo e, em alguma medida, reiterar essas violências sistêmicas que estão engendradas no social. Hipótese que, conforme mostraremos em nossas análises, pode ser verificada mediante respostas ao *tweet* inicial, como esta em que um perfil afirma: “*cis’ é um termo inútil e imbecil, só existe um tipo de lésbica, homens que se identificam como mulheres lésbicas não são lésbicas*”, a qual demonstra uma profunda recusa ao uso do conceito de cisgeneridade e, conseqüentemente, nega a existência de pessoas trans*. Isso apenas reforça a crença de ser fundamental o exercício coletivo de autocrítica e auto-observação para grupos identitários, de modo geral, para que, de fato, exista uma reformulação das possibilidades de luta coletiva.

As contradições presentes nas lesbianidades e sapatónicas foram expostas por distintas teóricas, em especial, quando são observadas as incidências desse caráter de exclusão, que atinge, especificamente, expressões ainda mais contra-hegemônicas ou dissidentes das lesbianidades – como as lesbianidades não cisgêneras, racializadas, periféricas, com deficiência etc. Essa aparente contradição foi destacada por Gloria Anzaldúa (1987) e na obra de Audre Lorde (1983), quando esta questiona o lugar da mulher negra e lésbica em distintos espaços de pertencimento e de luta social, ressaltando a maneira como esses espaços parecem esquecer a imbricação de diferentes identidades/identificações em corpos constituídos a partir de marcadores específicos e que se interseccionalizam.

Nesse contexto, é importante, também, adotar o posicionamento ético-político de referir-se às lesbianidades e sapatónicas no plural, assumindo sempre a coletivização dos termos. Esse uso no plural remonta à necessidade de assumir a heterogeneidade do

ser-lésbica em conformidade com diferentes fatores e implicações, que vão dos atravessamentos raciais até as *performances* de gênero, contextos geopolíticos e socioculturais, entre outras interpretações e apropriações de termos e significados para essa identidade em processo de aparente devir social (Hall, 2006) e, simultaneamente, sua incidência nos distintos processos de subjetivação (Foucault, 2014; Butler, 2015; Preciado, 2020).

Assim, avalia-se que, comumente, os comentários apontam para uma crença negacionista e conspiratória que questiona a validade da existência de sujeitos trans, além da reiteração de uma cisheteronormatividade como único horizonte crítico possível para as lesbianidades e sapatônicas. Nesse sentido, é válido ressaltar que o termo “cisheteronormatividade” se refere ao complexo jogo de poder que impõe aos corpos a heterossexualidade compulsória (Rich, 2012), mas também o cissexismo ou a cisnormatividade como padrões de gênero e *performance* a serem cumpridos¹.

4 Qualificação do debate

Nosso objetivo é analisar, textualmente, os pontos de vista que se apresentaram durante os momentos de maior volume de discussão, ou seja, antes que a publicação fosse fechada para novas interações. Isso possibilitou um espaço temporal menor para análise, mas suficiente para registrar rastros e identificar as controvérsias.

¹ Para se aprofundar na discussão, sugere-se a leitura do artigo “Cisheteronormatividade como instituição total” (Rosa, 2020).

O primeiro passo foi identificar as funcionalidades e as possibilidades do *site*. Com a facilidade de expressar opiniões curtas em formato de resposta ou compartilhamento, foi possível rastrear essas publicações e qualificar cada uma. Inicialmente, as interações foram analisadas e qualificadas como: 1) contra; 2) a favor; ou 3) neutra. Contabilizamos um total de 263 publicações a partir do *post* inicial e todas foram tabuladas para fornecer um panorama mais amplo da discussão gerada nesse espaço.

Para este artigo, preocupamo-nos, sobretudo, com o conteúdo das interações, a fim de analisar o conflito de ideias e quais conceitos podem despertar essas redes de pontos de vista. Para isso, baseamos-nos em duas abordagens teórico-metodológicas: a Cartografia de Controvérsias (Venturini, 2010, 2012) aliada ao método perspectivista (Malini, 2016). Ambos viabilizam uma análise centrada nas perspectivas que participam da controvérsia e quais narrativas sobre um mesmo conceito são reveladas. Conforme destaca Malini (2016, p. 2):

O método perspectivista de rede parte de uma reflexão que articula a teoria antropológica formulada por Eduardo Viveiros de Castro (de onde retiramos os conceitos de perspectiva e relação); a concepção de Bruno Latour sobre a teoria ator-rede (de onde retiramos os conceitos de cartografia, grupos, mediadores e intermediários); e a teoria dos grafos (de onde retiramos o conceito de clusterização, modularidade, centralidade e densidade).

Os dois métodos se baseiam na Teoria Ator-Rede (Latour, 2012; Callon, 2021), da qual também nos apropriamos de algumas contribuições para realização desta análise, como o próprio conceito

de controvérsia, compreendida como uma chave para entendimento do social e de suas manifestações.

Alega-se que, para compreender as formações de grupo e suas apropriações, é necessário observar as controvérsias, ou seja, os conflitos em seu instante de maior agitação. Momento em que os agenciamentos ficam mais perceptíveis, dinâmicas sociais ficam mais visíveis e passíveis de descrição e as análises mais detalhadas (Lemos, 2013). Os agenciamentos, nesse caso, são compreendidos como “*design*, leiaute, organização, arranjo e relações, tendo como enfoque não o conteúdo, mas as relações – relações de padrões” (Puar, 2013, p. 356).

A controvérsia revela, como afirma Venturini, o “magma” social. Quando finda a controvérsia, cristalizam-se as ações, enrijecem as relações, estabilizam-se os problemas e só aguardando novos acidentes poderemos ver as caixas-pretas voltarem a se abrir e delas saírem novos problemas. Enquanto “magma”, as relações não estão nem no estado líquido (onde ainda não temos actantes, apenas indiferenciação), nem sólido (onde só temos caixas-pretas, resolução e estabilização). A controvérsia é o momento onde ficam mais visíveis os actantes (Lemos, 2013, p. 106).

No caso de nosso objeto, a controvérsia foi aberta por uma instabilidade no conceito de “lesbocentrar”, provocada pela publicação inicial. Como diria Bruno Latour (2017), uma caixa de pandora foi aberta e dela saiu uma grande quantidade de informações sobre o social. Agenciamentos e associações precisaram ser feitos para uma formação de grupos em torno de pontos de vista conflitantes, uma eclosão de controvérsias em torno de distintos conceitos preestabelecidos nos campos de gêneros e sexualidades.

A desestabilização do conceito “lesbocentrar” permitiu notar o quão frágeis podem ser conceitos aparentemente cristalizados ou, em caixas-pretas (Lemos, 2012; Malini, 2016; Latour, 2017; Venturini, 2022), fechados e estabilizados, aguardando por momentos de desestabilização. Nessa seara, observou-se o surgimento de uma rede de controvérsias em torno de um conceito, mas, principalmente, visualizar como diferentes grupos reagem e como seus pontos de vista são dispostos publicamente.

A disputa entre usuáries se dá a partir de seus pontos de vista que reorganizam narrativas ao redor do significado do termo para o que serve e a quem “pertence”. Quando o sentido é desafiado, abre brecha para novas versões entrarem em cena e aumentar a rede de associações provocadas.

Desafiar o termo “lesbocentrar” fez surgir o desafio de outros conceitos relacionados, ao afetar uma teia de significados que antecedem o conceito. A definição de lésbica também foi desestabilizada e reorientada a novas versões, com cada perfil apresentando seu ponto de vista e sua crença no que concerne a cada conceito envolvido.

Nesse ponto, escolhemos o método de análise perspectivista (Malini, 2016), uma vez que favorece abordar a análise de redes sociais de uma maneira mais voltada para a expressão coletiva e das disputas que o contraditório produz em espaços digitais, aproveitando-nos da possibilidade de coleta dos rastros do desenvolvimento desses acontecimentos.

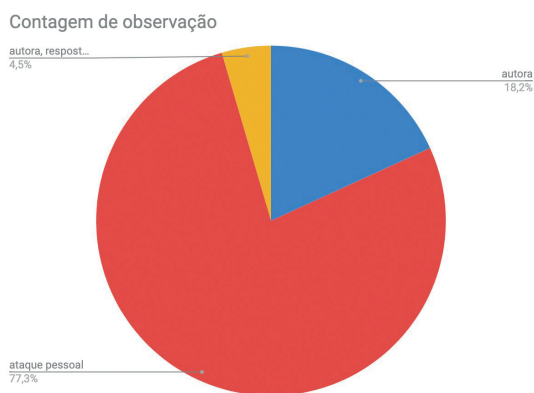
Três aspectos desse perspectivismo em rede, emulados do pensamento de Viveiros, devem ser realçados em toda cartografia baseada na análise perspectivista de rede. O primeiro: os pontos de vista se apresentam como força conceitual aglutinadora (o ponto de vista), baseada em relações de afinidades, representadas na forma de clusters, que analisados separadamente operam discursos, imagens, laços sociais e discussões internos que dão a substância para o conceito existir e a comunidade prosperar de relações. O segundo: pontos de vista estão sempre em uma posição (temporal ou espacial), possuem uma topologia que os permite se localizar numa relação de proximidade ou distanciamento, de antagonismo ou de convergência; de centralidade ou periferia a outras perspectivas em um mapa de relações. E terceiro: pontos de vista empreendem dinâmicas de poder, que se traduzem em disputa pela hegemonia das narrativas sobre fatos, ideias, marcas e produtos, elegendo seus operadores (perfis) mais influentes, numa tentativa de neutralização ou de sobreposição da perspectiva alheia (Malini, 2016, p. 12).

A produção de subjetividade, conhecimento e afetividade, nas análises de ponto de vista, podem nos render frutos muito importantes de análise do social em pleno momento de construção e desconstrução de conceitos, ideias em contextos de rede e sociabilidade mediados pela tecnologia, que também detém papel central nessas manifestações.

O formato do *site* da rede social X permite acompanhar conflitos em formato de rede, mesmo que, atualmente, as coletas automatizadas estejam cada vez mais restritas no *site*. O formato de rede ainda possibilita que encontremos os registros de ação dos atores, além de criar, então, uma narrativa de acontecimentos

e desenvolvimento das controvérsias levantadas. Seja curtindo, respondendo ou compartilhando com respostas, a textualidade dessas ações ajuda a compreender para onde se movimenta a opinião desses grupos e quais são seus espaços de pertencimento. Para conseguir realizar tal coleta, aproveitamo-nos do pouco volume de interações para, manualmente, tabular as interações e tornar esses dados visíveis para análise.

Gráfico 1 – Interações relacionadas à postagem



Fonte: Elaborado pela autoria (2023).

Das 263 interações coletadas, 77,3% eram ataques pessoais, cuja maioria estava carregada com conteúdo violento. A discordância com o conteúdo da postagem gerou uma onda de ataques ao perfil autor, um dos motivos para o fechamento da postagem para novas interações. Mesmo diante dos ataques, o perfil autor ainda conseguiu manter uma conversa com alguns outros usuáries, com mensagens menos ofensivas, construindo respostas mais neutras.

Dentro do quadro ofensivo, visualizou-se, também, como esses ataques pessoais giraram em torno da própria sexualidade do perfil autor. Sua sexualidade – enunciada em outras publicações – passou a ser questionada, com um aparente intuito de desacreditar seu engajamento político e invalidar o conteúdo da postagem.

Outros termos surgiram no processo de debate e, também, sofreram desestabilização, como: “bissexual”, “lesbofobia”, “lésbica”. O termo “bissexual” e a própria bissexualidade apareceram como atributos e/ou características negativas e/ou desacreditadoras, situadas, também, no campo das ofensas.

Para elucidar os principais termos acionados à construção de textualidades diante da controvérsia, construímos uma nuvem de palavras com os termos usados mais de cinco vezes nas respostas da postagem. Na Figura 2, encontramos uma série de termos que ajudam a demonstrar o tom do embate no momento de maior engajamento da audiência.

A controvérsia sobre o significado do conceito de “lesbocentrar” e o desafio do contraditório trouxeram à tona outros conceitos que elucidam as outras camadas e agenciamentos derivados tanto do grupo quanto do conceito e do próprio meio em que se deu a discussão. Se “lesbocentrar” se cristalizou como significado de um comportamento ético e válido entre lésbicas, ao ser desestabilizado, outros conceitos são acessados e novos agenciamentos são produzidos, abrindo a caixa-preta do vocabulário lésbico e liberando novas controvérsias.

4 Considerações finais

Um, ou mais conceitos, foi desafiado em poucos caracteres. Porém, a controvérsia, mesmo que aparentemente encerrada pelo perfil autor, não se encerra em si, na verdade, reverbera para outros campos e cria novas redes de controvérsias e acontecimentos que podem, enfim, ressignificar conceitos como “lesbocentrar”, “bifobia”, “feminismo radical” ou “radfem”.

O acontecimento escancara a rápida polarização viabilizada pela própria plataforma, além da estratégia de invalidação dos argumentos que tentaram ser levantados pelo perfil autor da postagem. Ambos os aspectos dizem respeito à reiteração de uma lógica cada vez mais própria das redes sociais, que tendem a simplificar discussões a partir de táticas que desacreditam, ridicularizam e desqualificam, de modo a emperrar o contraditório numa clara disputa de território de poder e significado, gerando diferentes níveis de violência em plataformas digitais.

Tendo em vista as limitações do exercício analítico proposto, acreditamos que um volume maior de interações possibilitaria a elaboração de um quadro mais amplo para análise das textualidades emergentes ali. Ainda assim, o episódio libera uma grande quantidade de informações que contribuem para trabalhos empenhados em uma amostragem de dados digitais maior sobre a sociabilidade lésbica na Internet.

Análises mais profundas podem ser empreendidas sobre a incidência de discursos de natureza violenta (transfóbicos, bifóbicos,

biologizantes, capacitistas etc.) a partir de conceitos-chave do vocabulário lésbico, como fizemos com o termo “lesbocentrar”, que liberou uma grande quantidade de discussões que expandem seu significado.

Todas as agressões próprias do fenômeno das *radterf* – feministas radicais transexcludentes –, por exemplo, nas plataformas de redes sociais, indicam uma resistência às desestabilizações de conceitos e pontos de vista, que se manifestam de maneira violenta. O que demonstra, claramente, que os conceitos e os pontos de vista não estão estáveis, na verdade, estão em disputa por uma variedade de grupos e coletivos.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. São Paulo: A Bolha Editora, 2021.

ASANTE, Molefi. K. **Afrocentricity: The theory of social change**. Buffalo: Amulefi, 1980.

CALLON, Michel. Elementos para uma sociologia da tradução A domesticação das vieiras e dos pescadores da baía de Saint-Brieuc. *In*: ALZAMORA, G., ZILLER, J.; COUTINHO, F. Â. (ed.). **Dossiê Bruno Latour [online]**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 67-96. Debates contemporâneos collection. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786558580485>

COELHO, Ana Paula Pereira. **Do sujeito ao ciborgue: ciberfeminismo e teoria feminista para o século XXI – Narrativas de ativismo feminista em rede no Twitter**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 1-93.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2012.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. 1983. Disponível em: <https://encurtador.com.br/DGJV8>. Acesso em: 9 set. 2021.

MALINI, Fábio. Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologia e temporalidade em rede. **Compós**, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/1P9SutE>. Acesso em: 12 set. 2021.

MOTTER, J. P. J. Como falar do ódio fora do ódio? Buscando novas linguagens de enfrentamento e resistência. **Revista Periódicus**, [S.l.], v. 1, n. 10, p. 184-207, 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hsDLW>. Acesso em: 21 nov. 2023.

VENTURINI, Tommaso. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, v. 21, n. 7, p. 796-812, dez. 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qtH14>. Acesso em: 21 nov. 2023.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 258-273, maio 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jpALN>. Acesso em: 18 nov. 2023.

**Transição tecnológica e o processo
transexualizador: ensaio sobre aspectos
tecnológicos e a produção subjetiva do
cuidado nos ambulatórios de saúde trans**

*Thenessi Freitas Matta
Cristiane Maria Amorim Costa
Maria Clara Dias*

1 Introdução

O primir identidades sexuais e de gênero, diferentes do que estabelece como norma, é um processo histórico que se acirrou no século XVIII em prol do capital (Foucault, 1988). Pactuouse, conseqüentemente e à semelhança do pacto da branquitude, a cisgeneridade, visando à manutenção dos privilégios das pessoas cis em detrimento da existência das pessoas trans (Bento, 2016; Hining e Toneli, 2023).

Saúde é um direito básico estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), tendo a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Brasil, 1990a), que estabelece o Sistema Único de Saúde (SUS), o seu maior garantidor, a partir da formulação de políticas públicas. Estabelecido governamentalmente, o SUS conta com a participação comunitária e o controle social, juntamente à sua gestão, para, dentre outros motivos, conseguir atender melhor às necessidades reais de saúde da população (Brasil, 1990b, 2013a).

Na lógica de cumprimento dos princípios do SUS: universalidade sendo o acesso universal aos serviços de saúde; equidade a oferta de cuidado reconhecendo diferenças nas condições de vida; e integralidade como a conjunção dos serviços de saúde em diferentes níveis de atenção – a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicada pelo Ministério da Saúde em 2011, marca um importante avanço nos cuidados com

a saúde LGBT+, ao estimular a promoção da saúde, o combate a estigmas e, principalmente, o acesso à saúde (Brasil, 2013a, 2017).

Assegurar acesso é fundamental para promover, proteger, recuperar e habilitar a saúde de todos indivíduos de acordo com suas demandas e necessidades. Não obstante, para acessar equipamentos do SUS, a população LGBT+, historicamente, encontra a existência de várias barreiras: preconceito, atendimento discriminatório; negação do nome social; condutas inadequadas; não reconhecimento de especificidades; e negação de cuidados. Nessa perspectiva, nota-se que o acesso é facilitado por serviços específicos do Processo Transsexualizador, principalmente, os ambulatórios de especialidades, conhecidos como ambulatórios trans, definindo uma nova trama na rede de atenção (Arán; Murta e Lionço, 2009; Brito-Silva; Bezerra e Tanaka, 2012; Popadiuk; Oliveira e Signorelli, 2017).

Apreende-se, de estudos, que as travestis, por exemplo, pouco frequentam a atenção primária pelo medo de estigma, preferindo serviços de emergência apenas quando necessário. Vê-se que mesmo as pessoas trans que recorrem à atenção primária enfrentam barreiras impostas pelo preconceito, mascarado por discursos de não saber, dificultando ou impedindo seu acesso (Sehnen *et al.*, 2017). Justamente nesse cenário é que os ambulatórios de especialidades facilitam o acesso e definem uma nova trama.

Deve-se reconhecer e entender as especificidades de saúde da população LGBT+ para compreender suas necessidades e não dificultar o acesso. Prevenir discriminação deve constar como compromisso ético e político em todas as instâncias e agendas do SUS, desde o nível central até a ponta (Brasil, 2013a).

Um fenômeno chamado “síndrome do braço quebrado trans” pode ser encontrado nos estudos sobre saúde da população transexual, referindo-se à invisibilização de necessidades de saúde. Profissionais de saúde assumem que todas as necessidades de pessoas trans são transespecíficas, ou seja, devem-se apenas ao fato de serem pessoas trans, ignorando a integralidade da saúde humana e, conseqüentemente, negligenciando outras possíveis causas, prejudicando, gravemente, o atendimento adequado de saúde (Pereira e Chazan, 2019).

Considerando a sociedade heterocentrada e machocentrada, qualquer processo que objetive a “feminilização” de corpos designados como masculinos é vista como uma afronta à supremacia do “sexo masculino”, advinda do binarismo de gênero dado, compulsoriamente, como *status quo*. Nessa linha de pensamento, “masculinizações” em corpos designados como femininos invadiriam o local de privilégio do “sexo masculino”. É evidente, pois, como isso afeta o acesso da população trans ao SUS (Amaral, 2013).

No que tange às especificidades de saúde da população travesti e transexual, foram promulgadas Portarias que estabeleceram o Processo Transexualizador (PT) no SUS, de forma a atender às demandas e às necessidades dessa parcela da população, ao usufruírem de seu direito ao uso do SUS e aos cuidados com a saúde no geral.

A Portaria nº 1.701, de 14 de agosto 2008 (Brasil, 2008a), estabeleceu o, até então nomeado, Processo Transexualizador. Naquele momento, a Portaria apenas apontou diretrizes superficiais, prevendo a integralidade da atenção, a humanização do atendimento e a capacitação da rede. Esse momento embrionário traria contradições

na própria política, como o fato de prever uma integralidade que os procedimentos incluídos, posteriormente, não corroboraram.

Na sequência, a Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008 (Brasil, 2008b), considerada a principal daquele ano por incluir os procedimentos na tabela SUS, complementou a anterior com um forte viés para tecnologias consideradas pesadas dentro da nomenclatura estabelecida por Merhy (2013), ou seja, voltada para procedimentos cirúrgicos, sem considerar a possibilidade de Terapia Hormonal que não fosse pré-cirúrgica e sem incluir a Atenção Primária no escopo da saúde trans com a devida relevância. Tais Portarias foram construídas considerando, e poder-se-ia dizer baseadas, a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.652/2002, que autorizava a realização de cirurgias de redesignação sexual, naquela resolução chamada de “transgenitalização”, em ambos os sexos. Porém, para homens trans, ainda em caráter experimental.

Isso levou pessoas transmasculinas a ficarem de fora do Processo Transexualizador em 2008, bem como outros procedimentos cirúrgicos como a mastectomia ou implante de silicone. Tal resolução do CFM focou, exclusivamente, no aspecto cirúrgico da atenção à saúde, característica dura herdada pelo processo em sua primeira resolução (CFM, 2002).

Após reformulação, a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 (Brasil, 2013b), vigente até o presente momento, incluiu procedimentos que consideram a Terapia Hormonal *per se* e não obrigatoriamente ligada a um desejo por intervenções cirúrgicas, bem como um enfoque maior na integralidade da saúde do indivíduo, ao incluir a importância da atenção primária.

Essa Portaria já foi construída considerando a Resolução CFM nº 1955/2010, que ainda era voltada ao aspecto duro da cirurgia (CFM, 2010). Contudo, ao contrário do antecessor, o processo agora assumiu um escopo mais voltado à integralidade, prevendo aspectos mais leves da atenção à saúde e, a despeito da Resolução CFM, considerando a relevância de outros aspectos não cirúrgicos para pessoas trans.

É relevante notar que a construção dessas Portarias, particularmente, a de 2008, assumiu um caráter de normatização dos corpos para garantir o direito à saúde. Faz-se necessário todo um diagnóstico, baseado no discurso científico, para regular corpos que ficam fora da norma social, podendo, desse modo, serem mercedores de saúde (Foucault, 2021). Costa (2015, p. 39) ainda chama atenção para “pessoas transexuais que desejam as modificações corporais, mas não querem a realização da cirurgia de redesignação sexual”, aspecto previsto tão somente na Portaria de 2013. Contudo, apenas em serviços do Processo Transexualizador, ou seja, numa lógica de readequação corporal à norma e não um “olhar para a pessoa transexual buscando sua singularidade”.

Discursos compulsoriamente binário-biologizantes sobre os corpos levaram à patologização de pessoas LGBT+ pela área da saúde, havendo mais recentemente um movimento inverso de despatologização com a retirada dos manuais de referência das profissões de saúde (Bento e Pelúcio, 2012).

Mediante o exposto, a afirmação da transexualidade faz uma experiência política que pode colocar em risco a vida da pessoa. Nesse sentido, a passabilidade, característica de ser lido(a) publicamente pelo gênero ao qual se identifica, pode ser considerada tanto para

proteção contra violências quanto para acesso aos serviços de saúde. Evidentemente não se pode limitar a passabilidade a isso, sendo parte da identidade do indivíduo, visto que aparência e imagem são traços com relevância nas sociedades contemporâneas ocidentais (Lyons *et al.*, 2016; Rocon *et al.*, 2016).

Vislumbra-se, assim, a possibilidade de uma assistência à saúde cumpridora do princípio de equidade e integralidade, de forma que utilize uma ênfase maior em tecnologias mais leves e leve-duras, relacionais e de conhecimento qualificado, com uma tendência a promover a saúde ao se considerar a produção subjetiva que os profissionais desse equipamento podem oferecer.

Nesse contexto, este ensaio objetiva refletir as densidades tecnológicas, de leves à duras, empregadas nas Portarias que estabelecem o Processo Transexualizador no SUS, buscando, também, pensar a valorização das tecnologias relacionais no ato de fazer saúde.

2 Método

Este ensaio, de abordagem teórico-reflexiva, advém de projeto de pesquisa que será desenvolvido para tese de doutorado. Trata-se, pois, de uma reflexão acerca do Processo Transexualizador no SUS, utilizando, como base teórica, conceitos estabelecidos por Emerson Merhy e Túlio Franco (2013a).

Será exposto o acesso da população trans ao SUS, tendo por base literatura pertinente que mostre as dificuldades impostas pelo sistema para o acesso à atenção primária, considerada porta de entrada do SUS. Refletir-se-á acerca dos ambulatórios de especialidade em

saúde da população trans poderem prestar atenção mais qualificada a essa população, o que pode, em certo grau e idealmente, inserir melhor o usuário na rede de atenção à saúde, mas também colaborar com um cuidado mais integral e equânime. Serão discutidos, ainda, os tipos de tecnologia dominantes no Processo Transexualizador, bem como uma breve consideração no que tange à produção subjetiva do cuidado pelo profissional de saúde.

3 Discussão

Merhy e Franco (2013) inspiram a pensar o momento de encontro entre um profissional de saúde e o usuário do sistema de saúde para refletir sobre conceitos relacionados tanto a esse momento de contato quanto ao modelo assistencial no qual o SUS se organiza.

A tipificação das três tecnologias, a dura, leve-dura e leve, talvez seja os conceitos mais relevantes nesse momento. Nessa ocasião de encontro do profissional com o usuário, pode-se vislumbrar a presença de instrumentos, saberes e a relação interpessoal estabelecida entre os sujeitos em cena. Merhy (2013) nomeia tais elementos como tecnologias duras, tecnologias leve-duras e tecnologias leves, respectivamente.

Em outras palavras, as tecnologias duras referem-se aos aparatos aos quais já se aplicou um trabalho pregresso, ou seja, em que há o predomínio de um trabalho morto (Merhy e Franco, 2013). Quanto às leve-duras, podemos apreender o conhecimento técnico, os saberes estruturados, o conhecimento, os quais são uma tecnologia “dura estruturada e outra leve que diz respeito ao modo singular como cada

profissional aplica seu conhecimento” (Merhy e Franco, 2013, p. 114). Por fim, as tecnologias leves são assim denominadas no espaço da relação entre o profissional e o usuário, isto é, caracterizada por um trabalho vivo em ato (Merhy, 2013; Merhy e Franco, 2013).

Trabalho vivo e trabalho morto também aparecem como dois conceitos não menos relevantes. O trabalho vivo pode ser explicado como “o trabalho no momento em que este está produzindo [...] e o trabalho em ato, campo próprio das tecnologias leves” (Merhy e Franco, 2013, p. 114-115). Enquanto o trabalho morto “são os instrumentos e é definido assim porque sobre eles já se aplicou um trabalho progresso para sua elaboração” (Merhy e Franco, 2013, p. 115).

Nessa relação entre trabalho morto e trabalho vivo, encontramos o que é um recurso de análise qualitativa das tecnologias de cuidado no processo de trabalho dos profissionais da saúde. Dá-se o nome de Composição Técnica do Trabalho justamente a essa razão entre os dois tipos de trabalho definidos anteriormente (Merhy e Franco, 2013).

Ao utilizar esse recurso para tal análise, detectaremos o predomínio de um tipo de trabalho sobre o outro. Em uma perspectiva cujo trabalho morto predomina, infere-se a primazia de tecnologias duras e a reprodução de procedimentos, uma mecanicidade relacionada a um modelo prescritivo na saúde. Já no panorama do trabalho vivo tendo predominância, há uma produção de cuidado que se vê centrada no uso de tecnologias leves, ou seja, valorizando as relações interpessoais na construção do fazer saúde (Merhy e Franco, 2013).

Ademais, há de se entender que o trabalho em saúde é relacional em sua essência, depende do trabalho vivo, mas o nível de

importância que essas tecnologias leves assumirão no processo de trabalho é variável.

Vislumbra-se uma transição tecnológica em relação ao SUS: que possam ocorrer mudanças no fazer saúde, nos processos de trabalho, na maneira como as tecnologias ocorrem e interagem entre si e na composição técnica do trabalho como um todo. Esse processo de transição é maior do que uma simples reestruturação produtiva do trabalho, pois esta “é caracterizada por um modo de produzir saúde diferente [...] que impacta processos de trabalho, sem, no entanto, operar uma mudança na Composição Técnica do Trabalho” (Merhy e Franco, 2013, p. 116).

Enquanto a reestruturação produtiva do trabalho visa ao modo de produzir saúde, não implicando, necessariamente, a mudança das relações tecnológicas na produção do cuidado, a transição tecnológica visa a essas relações, havendo, preferencialmente, a promoção da ascendência da importância das tecnologias leves na produção do cuidado, as relações interpessoais. A transição tecnológica se faz mais relevante ao promover a viabilidade de considerável valorização do aspecto relacional do atendimento em saúde.

É imperioso perceber, por outro lado, que esse momento de relação entre o profissional de saúde e o usuário do sistema de saúde é a ocasião na qual há a predominância de um fazer saúde subjetivo. Há de se notar que, por mais que normas e políticas de saúde procurem padronizar o cuidado, é no momento da relação, em que o trabalho está vivo, que o profissional de saúde, com sua singularidade humana compoando a relação, definirá como esse cuidado se realizará (Franco e Merhy, 2013b).

O estabelecimento de uma relação que busque a integralidade do cuidado, bem como a equidade no atendimento, um vínculo do usuário com a equipe, o fluxo na linha de cuidado, entre outras características, dependerá do quão valorizadas pelo profissional de saúde essas características são em detrimento de uma hipervalorização de tecnologias mais duras. As demandas de saúde envolvem tecnologias para o cuidado, mas é no predomínio da tecnologia leve da relação humana, a partir de uma abertura para trocas afetivas e efetivas com respeito à autonomia do indivíduo, que necessidades mais amplas de cuidado aparecerão.

Evidentemente, as políticas de saúde valorizam, de forma explícita, a relação interpessoal. A predominância dessa tecnologia mais leve no fazer saúde não pode ser dispensável. Deve estar presente para o processo educativo de novos profissionais da saúde e para o processo organizativo de gestores de serviços de saúde, entre outros motivos. Algumas políticas materializam a importância dessa dimensão relacional no fazer saúde, como o Humaniza SUS e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que expõe a relevância de um acolhimento humanizado, a valorização da autonomia e o estabelecimento de vínculo, dentre outros aspectos essenciais na relação profissional-usuário (Brasil, 2010, 2017).

Políticas de equidade, como a PNSI-LGBT e o PT, inserem-se em um panorama de invisibilização dessas populações em outras políticas de saúde, como a Política de Saúde do Homem, da Mulher, da Criança, entre outras. Essas políticas de equidade reconhecem que a maioria das especificidades em saúde advém do estigma e do preconceito

social, possibilitando inferir que precarizam, de forma contundente, as relações humanas.

A reformulação do PT de 2008 para 2013 trouxe uma mudança significativa no paradigma de seu escopo. Enquanto a anterior não incluía as travestis, a mais atual as considera. Passa-se, então, a considerar não somente a existência de todo um grupo populacional para questões de saúde (Brasil, 2008b, 2013b).

Além disso, a Portaria de 2013 deixa de atrelar a terapia hormonal à realização de uma cirurgia futura, incluindo a possibilidade de existir ambulatorios exclusivos para hormonização com sua própria equipe mínima. Aspecto que a Portaria de 2008 só previa no contexto pré e pós-cirúrgico. Ou seja, enquanto antes o desejo pela utilização dos hormônios para obter as características secundárias corporais deveria estar, obrigatoriamente, atrelado ao desejo por uma cirurgia, entendendo-se que todos os procedimentos em tal Portaria eram descritos como pré e pós-cirúrgicos, na atualidade, já se encontram procedimentos ligados apenas à terapia hormonal, independentemente do desejo por cirurgias (Brasil, 2008b, 2013b).

É importante notar que ainda que as Portarias de 2008 idealizassem uma perspectiva integral, os procedimentos incluídos na tabela do SUS eram todos voltados a um futuro momento cirúrgico. O aspecto de integralidade não se sustentou nessas Portarias, visto que pensar procedimentos, unicamente, em prol de uma cirurgia quebra com essa lógica. Por outro lado, essas Portarias não evidenciam a imprescindibilidade da atenção primária no PT e na garantia da integralidade da atenção à saúde (Brasil, 2008a, 2008b).

A perspectiva tecnológica da política, de 2008 para 2013, não foi alterada substancialmente. Isso porque era uma Portaria que visava à disposição de tecnologias duras, procedimentos cirúrgicos e medicações hormonais para uma população que, mediante movimento social organizado por muitos anos, se fez ser ouvida. Contudo, poder-se-ia dizer que há uma mudança na densidade da dureza tecnológica de que dispõem ambas as Portarias.

Outro ponto relevante é que a perspectiva diagnóstica também não foi alterada em nenhum momento. Evidência disso é a necessidade de um código advindo do Código Internacional de Doenças e Agravos (CID), com alguns critérios estabelecidos nas resoluções CFM, para procedimentos cirúrgicos ou de hormonização. Trata-se de um paradigma de correção de corpos transgressores, baseando-se em discurso científico e dependendo cada vez mais de dureza tecnológica para readequação dessas dissidências. Mantém-se, assim, uma tendência patologizadora que vai na contramão de um atendimento baseado em tecnologias leves relacionais, abordando os desejos e as necessidades da pessoa.

Enquanto o foco estivera nas cirurgias, e a terapia hormonal estava atrelada apenas a isso, era entendível que o objetivo final seria um procedimento de alta complexidade, que envolveria diversos tipos de instrumentos tecnológicos, incluindo tecnologia leve-duras. Mesmo quando pensamos nos conhecimentos incluídos naquele processo, eram conhecimentos de alta especificidade. Técnicas cirúrgicas de alta complexidade, algumas das quais, até aquele momento, eram consideradas experimentais.

A Portaria mais recente, ao referendar a importância da atenção primária ao processo, introduz a relevância das relações humanas no cuidado à saúde, ou seja, insere uma tecnologia leve ao Processo Transexualizador.

A atenção primária é entendida, em todo o sistema de saúde, como a porta de entrada principal e a coordenadora que ordena a rede. Visa às ações que enfoquem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, os diagnósticos, os tratamentos e a reabilitação, bem como a redução de danos, a vigilância e os cuidados paliativos. A política prevê a construção de vínculo com os usuários, algo estritamente relacional (Brasil, 2017).

Nesse movimento, a Portaria de 2013 inclui, de maneira tímida, uma tecnologia leve ao seu escopo altamente intervencionista: as relações dos profissionais da saúde com o usuário do sistema de saúde. Por intermédio dessas relações nos serviços de atenção primária é que será estabelecido, ou não, o vínculo necessário para que o usuário se sinta bem ao entender que sua unidade de referência é aquela mais próxima de sua casa, posto que a atenção primária trabalha na perspectiva de territorialização. Visto de outro ângulo, são esses momentos relacionais que podem definir um melhor ou pior cuidado ampliado de saúde.

Por outro lado, essa perspectiva de territorialização pode trazer o agravante da publicização da identidade de gênero para aquelas pessoas que preferem o anonimato desse fator. Estar em um momento de não publicização de sua identidade de gênero e ter que, obrigatoriamente, atrelar-se a um equipamento de saúde territorializado, com outros usuários vizinhos e com agentes de

saúde também moradores do território, impõe uma barreira adicional e o receio que pode levar à não utilização do sistema de saúde por não haver uma porta de entrada viável para essas pessoas.

Sendo a confidencialidade uma característica primordial para a população LGBT+, Costa (2015, p. 56) elucida a inquietação de que “a definição de Atenção Primária como porta de entrada para o Processo Transexualizador não garante que a integralidade seja atendida”, justamente no confronto que pode haver entre a territorialização desses equipamentos e a confidencialidade de identidades.

Por sua vez, quando o foco se diluiu um pouco mais, foi exequível a possibilidade da terapia hormonal como protagonista, independentemente do desejo por cirurgias. Logo, o viés tecnológico da Portaria não mudou: cirurgias e medicações podem ser entendidas como tecnologias duras por seus equipamentos, tendo os saberes para a realização e a aplicação das delas como tecnologias leves. Em contrapartida, ao se dar mais espaço aos ambulatorios e ao considerar a hormonização exclusiva, dá-se mais espaço a outros tipos de tecnologias, incluindo a relação entre os indivíduos.

Isso porque, ao pensar serviços de especificidade em saúde voltados a uma população, ambulatorios de especialidade, da atenção secundária à saúde, são voltados a determinado público. Característica uniformizadora que pode ser entendida como positiva, considerando que os profissionais desses equipamentos terão, teórica e idealmente, capacidade e sensibilidade maior para o atendimento específico. Um fator que difere da atenção primária, que, por não ter um aspecto uniforme do público atendido, infere-se como mais suscetível a uma

produção subjetiva do cuidado por parte de seus profissionais, que não valoriza o aspecto relacional do atendimento em saúde.

Nesse contexto, ambulatorios de saúde trans têm sua origem no município de São Paulo, em 2009, cujo cerne é uma atenção mais qualificada e sensível à saúde da população trans, construindo um sistema que permita o acesso dessa população e possibilitando um atendimento mais humanizado por parte dos profissionais (Gianna; Martins e Shimma, 2018; Nascimento *et al.*, 2023).

Quando pensamos nos ambulatorios de saúde trans, ainda podemos vislumbrar a garantia de um acesso equitativo maior. Dada a barreira de acesso, esses equipamentos se evidenciam como pontos de acesso mais seguros. Alguns elementos que apontam para isso são a maior receptividade e sensibilidade da equipe, diminuindo a probabilidade de episódios transfóbicos que afastariam a pessoa do SUS aumentando, conseqüentemente, a probabilidade de vínculo e seguimento nos cuidados com a saúde.

Pode-se inferir, então, que a subjetividade do profissional de saúde, ao se fazer o cuidado, encontra um lócus privilegiado nos serviços de especificidade da atenção secundária, os ambulatorios, no caso da população trans. Sendo, portanto, uma valorização maior do aspecto relacional, das tecnologias leves, em detrimento do aspecto prescritivo-procedimental, das tecnologias pesadas. A partir desses equipamentos, com suas características vantajosas supracitadas, é exequível, ainda, abarcar mais amplamente as necessidades de saúde não identificadas pelo próprio usuário.

Não se trata de reestruturar o sistema de saúde para fazer dos ambulatorios a porta de entrada do SUS. Na realidade, as políticas

de equidade citadas, inclusive, põem a atenção primária como porta de entrada preferencial ao sistema. Contudo, entender que os ambulatorios, principalmente quando em modelos não regionalizados e de porta aberta, são utilizados como porta de entrada para o SUS, cabendo a seus profissionais aproveitar esse momento privilegiado para inserir esses usuários na rede de atenção à saúde como um todo, incluindo, particularmente, a atenção primária.

Esse movimento, que é bastante dependente da capacidade relacional dos profissionais dos ambulatorios de saúde trans, é privilegiado, na medida em que pode aprimorar o acesso de toda uma população ao direito básico que é a saúde.

Inserida a potência desse equipamento, tanto na produção do cuidado para com pessoas trans quanto para o acesso dessas pessoas ao SUS, sobretudo, no modelo destacado, põe-se, igualmente, a imprescindível valorização delas. Nota-se, infelizmente, a insuficiência numérica desses equipamentos.

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, existem poucos ambulatorios de especificidades à saúde da população trans. O Ambulatório Multiprofissional de Identidade de Gênero (AMIG), no nível de atenção secundária, do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE), é o primeiro do estado, porém atua via sistema de regulação, ou seja, via primeiro atendimento em Unidade Básica de Saúde ou tendo de procurar a Secretaria Municipal de Saúde, no caso de quem não é do município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2021). Esse modelo acarreta um tempo de espera, no momento da consulta dos dados para a escrita deste ensaio, de mais de 18 meses (Rio de Janeiro, 2024).

No mesmo estado, no município de Niterói, encontra-se outro serviço dessa especificidade que atende ao modelo destacado neste ensaio. Trata-se do Ambulatório de Saúde Trans João W. Nery, equipamento pioneiro no estado como porta aberta e não regionalizado, delimitado pelos serviços de especialidade da atenção secundária (Niterói, 2023).

Em outro exemplo, no município de Recife (PE), encontramos o Ambulatório LGBT Patrícia Gomes. Um equipamento mais ampliado, afinal, atende à população trans e à população LGBT+, que opera em um modelo ligado à atenção primária, portanto, regionalizado ao município, mas que atende em demanda espontânea. Mostra-se, *a priori*, um modelo interessante, dada a ampliação do escopo de cuidado pela ligação à atenção primária, no entanto, de reduzida possibilidade de acesso, dada a regionalização ao município (Recife, 2023). Não obstante, ainda se mostra um modelo interessante, posto que, nesse município, o serviço especializado concebe seu processo de trabalho centralizado no uso de tecnologias leves (Regino e Silva, 2022).

Os ambulatorios de saúde trans são essenciais no contexto atual, visto o exposto de que podem atuar para cumprir a integralidade do cuidado, bem como a equidade e ainda aprimorar o acesso ao SUS, em especial, se organizados fora de uma perspectiva prescritiva. Urge, pois, a ampliação desses equipamentos em modelos que intentem a ampliação do acesso e a qualificação do atendimento com vistas ao aspecto relacional do cuidado.

Algumas outras possibilidades podem, ainda, ser pensadas para a atuação desses equipamentos da atenção secundária de forma mais ampliada na rede de atenção à saúde:

- a) colaboração em sensibilizações e capacitações com profissionais de outros equipamentos da rede de saúde e assistência;
- b) afirmar o valor e a potência da população trans, valorizando e visibilizando suas necessidades de saúde;
- c) encorajamento do autocuidado, diminuindo a probabilidade de automedicação e uma atenção constante para com a própria saúde;
- d) promoção de uma mudança paradigmática da cisgeneridade impregnada no setor saúde, que ainda leva profissionais a assumirem uma postura biologizante e binária frente aos usuários do SUS;
- e) matriciamento junto a equipamentos da atenção primária à saúde; e
- f) promover o florescimento de indivíduos transexuais ao estimular seus funcionamentos básicos para a capacidade destes serem saudáveis.

No sentido dos funcionamentos básicos, entendendo a pessoa humana como um sistema utilitário com seus funcionamentos básicos, Costa (2015) mostra que, para essa garantia, faz-se crucial a garantia de acesso a todos os níveis de atenção do SUS, sendo imprescindível a atenção integral à saúde. A autora ainda assevera acerca da relevância de ambientes de respeito, que favoreçam o pertencimento e que sejam “pautado[s] no respeito às diferenças, sem discriminação de qualquer espécie e [que] deve[m] atender aos princípios de universalidade, equidade e integralidade” (Costa, 2015, p. 77).

Diante do exposto, é válido inferir, novamente, a potência dos ambulatorios de saúde trans como lócus privilegiado para a garantia

da saúde, em sentido ampliado, das pessoas transexuais. Assim sendo, esses ambulatorios poderiam estabelecer um acesso mais justo à saúde?

Utilizando a Perspectiva dos Funcionamentos, podemos entender que, para ser mais justo, é necessário ser capaz de proporcionar o florescimento dos indivíduos, assegurando seus funcionamentos mais básicos. É plausível de inferência que tais ambulatorios colaboram, certamente, com um SUS mais justo, uma vez que promovem a equidade do atendimento e colaboram com a integralidade do cuidado em saúde. Nesse sentido:

[...] pode-se dizer que a equidade coloca a diferença em questão de justiça, na medida em que requer que sejamos sensíveis para as singularidades dos contextos concretos e atentos para as diferenças entre os indivíduos e grupos sociais que podem impedir a igualdade [...] (Ribeiro, 2014, p. 954).

Desse modo, Ribeiro (2014, p. 954) reitera que “requer que sejamos sensíveis para as singularidades dos contextos concretos”, de modo que dialoga diretamente com Merhy e Franco (2013, p. 115), os quais afirmam que, quando o profissional de saúde “trabalha um projeto terapêutico mais relacional com o usuário [...] reconhece que aquele usuário [...] traz consigo uma certa origem social, relações sociais e familiares, uma dada subjetividade”. Nesse cenário, ao operar com uma atitude mais centrada no aspecto relacional, durante seus atendimentos de saúde, o profissional oportuniza uma melhor apreensão dos contextos e singularidades daquele usuário com o qual interage.

Não existindo essa relação de qualidade, a ação terapêutica se pautará em tecnologias duras, de forma desumanizada e robotizada, centrada, exclusivamente, nas mudanças corporais, seja através de procedimentos cirúrgicos ou apenas hormonização. Nessa perspectiva, a pessoa trans torna-se apenas um corpo que precisa ser consertado e readequado, controlando e retornando a um padrão de normalidade estabelecido.

A dimensão humana, com sua singularidade, junto a um profissional que não utiliza as ferramentas de tecnologia leve, ficará esquecida. Outros funcionamentos não serão promovidos, em um atendimento duro, ficando submetido tão somente ao controle de corpos dissidentes e à perspectiva normatizadora dos indivíduos considerados transgressores.

Em um último olhar, porém não menos relevante, os funcionamentos básicos de um indivíduo só podem ser entendidos mediante relação que pressuponha vínculo entre os envolvidos (Ribeiro, 2014). Afinal, para além disso, quem estipula quais funcionamentos são básicos, em si mesmo, é o próprio indivíduo. Pode-se, então, constatar, mais uma vez, o valor que assume um processo de cuidado centrado em tecnologias leves, em oposição a um enfoque do trabalho nas tecnologias duras.

Mehry e Franco (2013) alertam para o fato de a atenção secundária não ter tido a mesma atenção, em termos de mudança do modelo assistencial, que teve a atenção hospitalar, com seu modelo hegemônico, e a atenção primária, com seu projeto contra hegemônico. A atenção secundária ficou como um modelo cuja “atenção na questão da oferta e demanda, sem, no entanto, avançar

para imaginar um cenário de construção de um modelo mais interativo com os outros equipamentos” (Merhy e Franco, 2013, p. 119).

Por fim, considerando a Resolução CFM nº 2.265/2019, a mais recente, percebe-se um movimento de valorização significativa do acolhimento no cuidado à pessoa trans, trazendo a relevância de um Plano Terapêutico Singular de forma multiprofissional e sendo a primeira dessas resoluções, efetivamente, a citar o acolhimento (CFM, 2019). Pode-se pressupor, então, que futuras revisões do PT devem se debruçar ainda mais nos aspectos leves das tecnologias a serem utilizadas na atenção à saúde trans, essencialmente, nos espaços de especificidades que têm sido vistos como espaços privilegiados de acesso no momento atual do SUS.

4 Considerações finais

Acredita-se que este ensaio foi capaz de abordar a relevância da construção de um modelo assistencial cuja composição técnica do trabalho se dê com o enfoque no trabalho vivo e nas tecnologias leves de relação entre profissionais e usuários do sistema de saúde.

Sugestões foram feitas, visando a uma transição tecnológica, primordialmente, nos equipamentos ambulatoriais que compõem o Processo Transexualizador, visto que a atenção secundária “tem sido um ‘nó crítico’ para gestores e usuários, onde esses têm seu ‘caminhar na rede’ dificultado por falta de integração” (Merhy e Franco, 2013, p. 119). Dessa forma, propuseram-se maneiras de contornar esse nó, valorizando os ambulatórios de atenção à saúde trans por suas potencialidades argumentadas.

A melhor inclusão de tecnologias leves na reformulação anterior (de 2008 para 2013) do Processo Transexualizador é significativa, mas não o suficiente. É recomendável que possíveis revisões do Processo Transexualizador deem mais enfoque em tecnologias leves, nas relações e interações humanas, entendendo o processo como complexo e multifacetado, não passível de redução a procedimentos cirúrgicos, saberes especializados e aplicações hormonais, ou seja, irredutível às tecnologias duras e leve-duras.

Tal enfoque valorizaria o aspecto relacional no fazer saúde, aumentando a probabilidade de uma melhor produção do cuidado ao considerarmos a subjetividade dos profissionais da saúde, sobretudo, nos ambulatórios de especialidades que mais atentam a essa política em específico.

Trata-se de um movimento em prol da descisgenerização do SUS, processo entendido como uma tentativa de neutralizar a cisgeneridade impregnada no CISTema de saúde, promovendo o sentimento de pertencimento de pessoas trans ao SUS.

Nesse sentido, espera-se, também, valorização considerável de uma perspectiva integralizada da saúde com protagonismo da atenção primária, entretanto, não diminuindo a necessidade dos ambulatórios de atenção especializada à saúde trans como locus privilegiado de relação do setor saúde com a população travesti e transexual, principalmente, nos momentos em que esta não se sentir pertencente a outros níveis de atenção.

Indica-se, pois, o fortalecimento dos ambulatórios de saúde trans com estímulos à ampliação de modelos não territorializados, que não dependam de regulação, que disponham de equipes qualificadas e, sempre que possível, pertencentes à população LGBT+ numa lógica de promoção do acesso pelo reconhecimento de semelhantes.

Transição tecnológica e o processo transexualizador: ensaio sobre aspectos tecnológicos e a produção subjetiva do cuidado nos ambulatorios de saúde trans

Os aspectos ligados ao Processo Transexualizador devem ser entendidos mais no que tange às relações individuais e subjetivas do que aos procedimentos complexos e intervenções puras, para, só então, esses segundos aspectos assumirem um aspecto de maior importância no florescimento pessoal de cada indivíduo.

Referências

ALVES, Fernando de Brito. Travestis e transexuais no mercado de trabalho: reinserção social e efetivação da cidadania. *In*: DIAS, L. F.; ALONSO, R. P.; RAZABONI JUNIOR, R. B (org.). **Novos direitos na contemporaneidade**. Vol. 1. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 213-230. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-099-0.p213-230>

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades Abjetas. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 28-63.

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federada Brasília, DF: MS, 2008a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/V2S41>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: MS, 2013a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: MS, 2013b. Disponível em: <https://abrir.link/jbeJE>. Acesso em: 11 set. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008**. Brasília: MS, 2008b. Disponível em: <https://abrir.link/hnKNu>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília: MS, 2010.

Transição tecnológica e o processo transexualizador: ensaio sobre aspectos tecnológicos e a produção subjetiva do cuidado nos ambulatorios de saúde trans

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: MS, 2017. Disponível em: <https://abrir.link/NabrT>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRITO-SILVA, Keila; BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Direito à saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para sua efetivação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.l.], v. 16, n. 40, p. 249-260, jan. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução CFM nº 1.652/2002**. Brasília, DF: CFM, 2002. Disponível em: <https://abrir.link/fzHYn>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução CFM nº 1.955/2010**. Brasília, DF: CFM, 2010. Disponível em: <https://abrir.link/XMGEW>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução nº 2.265/2019**. Brasília, DF: CFM, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wBGQY>. Acesso em: 24 ago. 2021.

COSTA, Cristiane Maria Amorim. **Análise bioética do Processo Transexualizador no Brasil à luz da perspectiva dos Funcionamentos**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2015.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: Textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013a.

Transição tecnológica e o processo transexualizador: ensaio sobre aspectos tecnológicos e a produção subjetiva do cuidado nos ambulatorios de saúde trans

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. O reconhecimento de uma produção subjetiva do cuidado. *In*: FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013b. p. 122-140.

GIANNA, Maria Clara; MARTINS, Ricardo Barbosa; SHIMMA, Emi. Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais. **BIS** (Boletim do Instituto de Saúde), [S.l.], v. 19, n. 2, p. 98-104, 2018.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. e83266, 21 abr. 2023.

LYONS, Tara *et al.* Experiences of Trans Women and Two-Spirit Persons Accessing Women-Specific Health and Housing Services in a Downtown Neighborhood of Vancouver, Canada. **LGBT Health**, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 373, out. 2016.

MERHY, Emerson Elias. Um ensaio sobre o médico e suas valises tecnológicas: contribuições da análise do território tecnológico do trabalho vivo em ato em saúde para compreender as reestruturações produtivas do setor saúde. *In*: FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: Textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 74-85.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. Por uma Composição Técnica do Trabalho centrada no campo relacional e nas tecnologias leves. *In*: FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: Textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 112-121.

NASCIMENTO, Gabriella Bitancourt *et al.* Rede de cuidado em saúde e transexualidade: estudo de caso. **Peer Revier**, [S.l.], v. 5, n. X, p. 302-321, 2023.

NITERÓI. **Ambulatório para travestis e transexuais da Prefeitura de Niterói chega a 573 cadastrados**. Disponível em: <https://abrir.link/cTarJ>. Acesso em: 8 jan. 2024.

PEREIRA, Lourenço Barros de Carvalho; CHAZAN, Ana Cláudia Santos. O acesso das pessoas transexuais e travestis à atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Revista brasileira de medicina de família e comunidade**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. e1795, maio 2019.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 22, n. 5, p. 1509-1520, maio 2017.

RECIFE. **Dia Municipal de Combate à LGBTfobia: serviços de saúde do Recife oferecem atendimento especializado**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dZ037>. Acesso em: 8 jan. 2024.

Transição tecnológica e o processo transexualizador: ensaio sobre aspectos tecnológicos e a produção subjetiva do cuidado nos ambulatorios de saúde trans

REGINO, Fabiane Alves; SILVA, Felipe de Albuquerque. O processo transexualizador e a produção do cuidado. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 1-24, 2022.

RIBEIRO, Carlos Dimas Martins. Justiça como práxis, capacidades humanas e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 951-971, 2014.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Saúde do Governo do Estado. **IEDE é referência no estado no tratamento de hormonioterapia de transgêneros, de gênero não binário e travestis**. Disponível em: <https://abrir.link/kRypG>. Acesso em: 8 jan. 2024.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Saúde do Governo do Estado. **Regulação: lista de espera - ambulatório**. Disponível em: <https://abrir.link/GFaCQ>. Acesso em: 17 jan. 2024.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016.

SEHNEM, Graciela Dutra *et al.* Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento. **Revista de enfermagem UFPE on-line**, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 1676-1684, 2017.

**(Trans)icionando a escola: um ensaio
sobre a contribuição da cibercultura para
o avanço das narrativas de gênero com
ênfase em pessoas transgêneras**

*Azure Flora
Amanda Bortoluzo
Anna Rocha Luz*

1 Introdução

*“Eu determino que termine aqui e agora,
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo,
Determino que termine em nós e desate,
E que amanhã possa ser diferente para elus,
Que tenham outros problemas,
que precisem de novas soluções,
E que eu possa viver nelas, através delas,
E, em suas memórias” (Linn da Quebrada, 2020)¹.*

É sabido que mais de 80% das pessoas trans e travestis não terminam o Ensino Básico (Observatório de Ensino), conforme pesquisa realizada pelo Dr. João Paulo Carvalho Dias, presidente da comissão de diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esse dado permite enegrecer esses marcadores de gênero e sexualidade dentro das instituições educacionais, o que materializa e quantifica o resultado da reprodução da Pedagogia da Violência, conceito utilizado por Luma Nogueira de Andrade, primeira de sua classe a concluir o doutorado na rede pública de ensino.

Apesar de ser debatida a inserção do discurso de gênero dentro dos currículos oficiais, esta é uma medida pouco adotada no que tange

¹ Uma canção de Linn da Quebrada, intitulada “Oração” (2020), disponível em todas as plataformas de streaming e neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI>.

à existência dessa parcela da diversidade. Em vista disso, o termo “transfobia” é utilizado para nomear o preconceito, a discriminação, o medo e/ou o ódio sofrido por pessoas transgêneras. O termo transgênero é um “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (Carrilo, 2010, p. 25).

Tal prática, velada ou não, atua na rotina diária de pessoas trans e travestis dentro dos ambientes educacionais, ceifando a potência dentro do processo de ensino-aprendizagem. Compreendendo que o aprender deveria ser um direito de todos como consta no art. 205, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Evidencia-se um desafio para educadores que se veem comprometidos com a prática de “*aprenderensinar*”², de ir para além do currículo, visto o boicote estrutural nessas resistências. Para tanto, uma das formas a partir do currículo oculto é a utilização das redes virtuais como aceleradoras dos processos de conscientização social

² Esse termo, como outros, estará em destaque para que possamos exercitar uma outra forma de se pensar a dicotomia dentro da ciência moderna, percebendo, assim, suas fronteiras e as condições que as fazem ser complementares ou codependentes. Os termos estarão destacados em itálico e entre aspas duplas (Andrade; Caldas e Alves, 2019).

2 Desatando os nós, dando luz às escolhas do artigo

Sempre que nos indagados acerca do porquê da necessária utilização do ensino de gênero e sexualidade nas escolas, uma parte dos educadores progressistas se apega à justificativa de que a aprendizagem possibilitará a redução de casos de abusos sexuais infantis dentro e fora dos espaços educacionais, sendo essa umas das consequências positivas do engajamento nessas discussões. Entretanto, a despeito de ser de extrema relevância diminuir as taxas exorbitantes de abuso infantil – pois no Brasil são mais de 180 mil crianças vítimas de abuso sexual anualmente e 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa (Anuário de Segurança Pública, 2022) – para além dessa possível diminuição, é necessário ambicionar outros horizontes que não legitimem a ordem, mas que possam subvertê-la, discutindo a materialidade concreta e os porquês de mazelas como essa afetar tanto nosso país.

Dentro das escolas, não é de hoje que se observa a existência de projetos de homogeneização dos sujeitos que, de alguma forma, rompiam com a normativa social, estrutural e estética (Lopes, 2001).

Pessoas com Deficiência (PcD), pretas, indígenas, amarelas, gordas, lésbicas, *gays*, bissexuais, crianças transviadas, não binárias, de algum modo, não se sentiam pertencentes ao todo, como se não se encaixassem no espaço a que foram designadas a ficar (Foucault, 1979).

A partir do entrelugar, ou seja, de um arranjo espacial que se caracteriza como fronteira, que não separa, mas aproxima, existe uma busca por representatividade em outras redes (Trancoso, 2020). No que tange à elaboração de uma inteligência coletiva, observa-se

o atravessamento que a cibercultura passou a ter nesse processo, sobretudo, a partir dos anos de 1990 (Lévy, 2001; Lemos, 2002). Seu território não era mais uma limitação a partir desse contato, mas uma potência de não ser mais refém de sua localidade. Sendo assim, a imagem dominante da rede de Castells (1999) se apresenta como uma nova figura do poder, algo que se disseminou na América Latina, como ilustra o trecho a seguir:

A rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus membros; pela horizontalidade das relações entre seus elementos. [...] a rede opera por meio de um processo de radical desconcentração de poder (Castells, 2003).

É justamente essa descentralização do poder que possibilitou o avanço dessa corrente identitária que negou as produções antissistêmicas feministas produzidas desde os anos de 1960, cuja intenção era o não empoderamento da família, mas o fim dela (Lopes, 2001), em vista de sua influência na construção social de todas as opressões que serão pontuadas neste artigo.

Nessa seara, o feminismo foi sendo, extremamente, retraído ao eixo externo da instituição familiar, ou seja, as relações radicalizadas, LGBTQIAPN+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexos e assexuais, pansexuais e demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero). No tocante à prostituição, não foram alvo do debate até o resgate das epistemologias decoloniais (Passos, 2022).

(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras

Vislumbrar o fim da organização familiar não significa romper com as vinculações de autocuidado e de afeto. Na verdade, produzir uma nova estratégia política decolonial exige entender que nosso processo político econômico internacional é de reorganização da divisão do trabalho, em que o Brasil ocupa cada vez mais o lugar de produtor agropecuário para exportação, possibilitando uma retomada intensa das relações coloniais e intensificando também a racialização.

O que se atrela ao que é demonstrado ainda de maneira mais cruel nos últimos anos, nos quais as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no Brasil, fruto do histórico colonial escravagista: elas representam mais de 67% dos casos notificados em 2020, dos quais 61% são de mulheres pardas e 6% pretas, conforme os dados do Anuário de Segurança Pública (2022).

Tal argumentação só pode ser compreendida com base no entendimento lógico da sistematização da categoria gênero mediante a força de trabalho que cada sujeito desempenha, o qual, diretamente, produz a masculinidade tóxica. Masculinidade criminosa e capitalista, que agride, violenta e tira a potência de vida de diversas pessoas. Esta que começa a ser construída na primeira infância, tendo a escola papel fundamental para ressignificar tais reproduções de violência identitária.

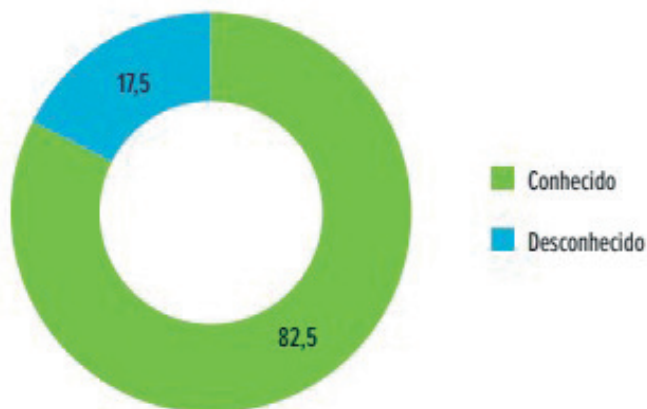
Compreender a função estruturante da família e esse sentido concretamente violento nos faz enxergar que quem está nesse polo externo a essa instituição terá essa violência se expressando em suas necessidades sociais. Para melhor percepção, foram, justamente, as lutas de mulheres negras, nos EUA, pelo direito à maternidade, com a intenção de que o Estado pudesse pagar pelo seu trabalho

reprodutivo, que inauguraram a narrativa de que ele se caracteriza como ofício, sob uma perspectiva política que apontava para o epílogo da família (Davis, 2016).

Apesar de ser indispensável o acesso às redes, a fuga por outras perspectivas, para além da escola, minimizou os desdobramentos das estratégias políticas, esvaziando a pauta, focando apenas em uma ação paliativa para superação dessas violências.

Um exemplo prático foi a inserção de banheiros sem gênero nas escolas. Como resolver essa problemática sem pensar no fator temporalidade? Como superar 4.000 anos de exploração misógina e patriarcal de subjugação do corpo feminino em algumas décadas? De que jeito superar o abuso infantil sendo que, na maioria dos casos, a vítima conhece seu agressor? Isso porque, geralmente, é alguém da própria família (Anuário de Segurança Pública, 2022), como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação vítima e autor



Fonte: Anuário de Segurança Pública (2020).

(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras

Essas e outras situações demonstram a complexidade do tema, porém não invalidam a contribuição que tecnologias digitais terão para acelerar a superação de tais demandas. A despeito da possibilidade democrática de inserção desses jovens num universo que espelha outros iguais, a cultura da diversidade dentro do digital em rede ainda está calcada no pensamento neoliberal transmitido através da semiótica “*pop*”, que, por sua vez, não permite a vazão de discussões mais profundas no cerne da própria comunidade (Passos, 2021). Em vista disso, de que forma o pensamento crítico vai competir com o *feat* das *divas* Beyoncé e Lady Gaga? Com a tatuagem da Anitta? Com a base da Virgínia?

É possível observar essa realidade dita por Ariano Suassuna, filósofo e intelectual brasileiro (Congresso Galego-português, 2001, p. 13), o qual refletiu que, para conseguir dominar e dar continuidade à exploração de nosso território, as culturas hegemônicas não mais nos enviam tanques de guerra, armamento bélico para repressão, mas “patrocinam a turnê da Madonna o que é muito mais rentável e funciona da mesma forma”.

Ainda que pareça eufemista, a cultura “*pop*” realmente se faz presente na comunidade LGBTQIANP+, em particular, sendo potencializada pelo digital *on-line*, ela enxergou esse coletivo como oportunidade de nicho de mercado, sendo uma das principais responsáveis pela romantização errônea da docilização dos corpos, reproduzindo o ideal da cisheteronormatividade. Algo que induz a ideia de que, para as pessoas não sofrerem as violências aqui citadas, elas devem ser iguais a seus agressores.

É necessário resgatar o entendimento de que o desenvolvimento do digital em rede teve sua origem na necessidade de os bancos sistematizarem e automatizarem a prestação de serviços, ou seja, a partir de uma lógica liberal informacional de mercado (Santos, 1996). Não é à toa que, em 2024, mais de 20 milhões de brasileiros não têm acesso à Internet (Cetic, 2019). Em virtude disso, percebemos, então, a necessidade de um ensino que seja crítico, bem como a identificação do educador como responsável por fazer com que os alunos entendam que o conhecimento deve ser adquirido por meio da aplicação crítica das relações na cibercultura (Santos, 2019).

Para autores como Paulo Freire (1996), a educação libertadora se dará através de um ensino problematizador, não trazendo certezas ou verdades acabadas, mas levantando problemas e provocando conflitos que sejam transformadores (Carvalho, 1999). O diálogo é um instrumento que fará com que se possa descobrir essa educação problematizadora e trará a possibilidade de criar conteúdos para o processo educativo, uma vez que não representa algo pronto, mas, sim, algo produzido em grupo, respeitando a identidade de cada indivíduo.

3 Os gatilhos iniciais do ensaio: paradigmas e contradições

Durante a última década, a falácia da ideologia de gênero dentro do projeto da Escola Sem Partido (Passos e Pinheiros, 2020) tem tido destaque nas instituições educacionais, desencadeando uma torrente de produções nos últimos anos. Com base em uma perspectiva biologizante, pautando-se pela narrativa de uma educação neutra (Miranda, 2018), ações discursivas conservadoras

(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras

tomaram frente apesar da constante violência contra diversas identidades resistentes no país.

A tentativa de homogeneização dessas existências dissidentes da cisheteronormatividade produz um ambiente hostil dentro das escolas, impossibilitando ou dificultando o desenvolvimento desses “sujeitos potentes” durante sua trajetória no processo de retenção do conhecimento (Mattos, 2021).

Invisibilizada, silenciada e desumanizada, a comunidade LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bi, trans, *queer*/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não binárias e mais) tem sido alvo de diversos ataques simbólicos e materiais desde o período da colonização (Ribeiro, 2021). Contudo, a partir do avanço das mídias sociais e a possibilidade de interação para além de seus limites geográficos, a comunidade pôde ter acesso a outras representatividades viabilizando suas práticas de empoderamento, cooptação de sujeitos e sua presença em diversos espaços.

Após 30 anos, em uma geração de “*influencers*” e produtores de conteúdo para Internet dentro das escolas, essas redes também se ampliam (Santos, 2019). Desde a promoção de valores à intenção de consumo, o capitalismo se apropria de mais uma nova forma de exploração.

São mais de 10,5 milhões de pessoas nesse mercado de trabalho, colaborando com a vasta produção de informação. Os corpos que foram expulsos das escolas encontraram nas mídias digitais uma forma de materializar seu manifesto (Ribeiro, 2021).

O transativismo, além de abordar as existências ceifadas, demarca um espaço de resistência, ressignificando o pensamento

de que pessoas trans não são apenas resultado da violência política e estrutural, fruto da vulnerabilidade, da prostituição e do empobrecimento (Couto Junior, Oswald e Pochay, 2018), mas poesia em forma de gente, a beleza de resistir e viver o depois, apesar de o Estado dizer o contrário (Passos, 2021).

Embora todas essas constantes, existem diversos fatores que impossibilitam que esses produtores de conteúdo cheguem à massa popular e modifiquem esse pensamento estrangeiro em nossas próprias raízes (Ribeiro, 2020). Os educadores não se abstêm desse imaginário perverso, visto que, em uma sociedade técnico-científica informacional, todos são influenciados em níveis diversos (Castells, 1999).

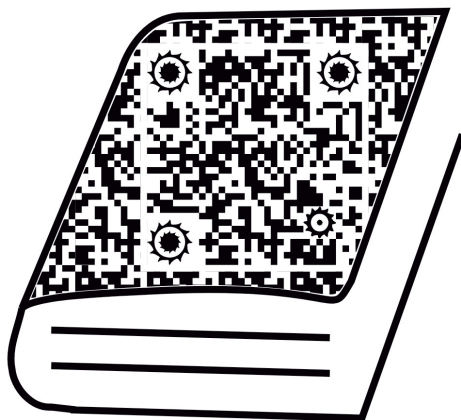
Estudos na área apontam a transfobia dos algoritmos como um dos dispositivos responsáveis por esse apagamento da comunidade trans em diversos nichos sociais (Lemos, 2022). Nesse sentido, como alcançar determinada conscientização sobre a desumanização dessas pessoas? Isso porque, das 10 horas que o brasileiro passa, em média, utilizando a Internet diariamente (Ribeiro, 2022), o algoritmo não dedica nem ao menos três minutos à escuta sincera de outra realidade não normativa?

Inúmeros trabalhos demonstram o aumento da discussão de gênero nos currículos escolares, com destaque para a comunidade trans, de forma a minimizar os impactos da transfobia estruturante, uma vez que a cibercultura muito tem a contribuir para esse processo (Couto, 2021). Contudo, apesar da tentativa positiva deste artigo de enaltecer essas potencialidades, percebe-se, também, a cibercultura como lugar de disputa, e nesta estamos perdendo feio para práticas

(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras

fascistas fantasiadas de um discurso neoliberal que defende a liberdade de expressão como pode ser percebido no *QR Code* a seguir (Figura 1), que ilustra, nos comentários da publicação, a materialização da transfobia estrutural.

Figura 1 – *QR Code* produzido por IA



Fonte: Elaborado pela autoria (2023).

Percebe-se, então, o extrapolamento para a tendência fascista em ascensão no país na última década, visto que só o fascismo tem a ganhar com a extinção da possibilidade do diálogo e da diversidade dentro dos espaços de produção de conhecimento (Frigotto, 2017).

Tal linha de pensamento torna-se fato quando resgatamos a memória hostil personificada no dia das mulheres de 2023, ocasião em que um deputado eugenista do PL-MG, também defensor da escola sem partido, subiu à tribuna da Câmara para deferir comentários biologizantes e fascistas contra a comunidade de mulheres trans

e travestis, deslegitimando todo o movimento de luta feito pelos movimentos sociais pela existência da comunidade³.

Identifica-se que, para além das câmaras federais, estaduais e municipais, esse discurso se reflete dentro dos ambientes educacionais, como mostra os diversos projetos de leis aprovados ou em aprovação pela Escola Sem Partido (Figura 2):

Figura 2 – Projetos de Lei inspirados no Escola Sem Partido



Fonte: SINDPRO-DF (2016)⁴.

³ Para saber a respeito, ler a matéria disponível em: <https://abre.ai/iVdw>.

⁴ Fonte: <https://www.sinprodf.org.br/escola-sem-partido-entenda-o-que-e-movimento-que-divide-opinioes-na-educacao/>.

(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras

Tudo isso, dado o vasto número de conservadores e a direção produtivista, voltada, completamente, ao mercado de trabalho que a educação pública brasileira vem tomando nos últimos anos (Louro, 2003). Então, por que falar em educação de gênero nas escolas, sendo que não se tem o tempo satisfatório nem para o currículo formativo?

No entanto, o desafio da educação vai além da simples transmissão de conteúdo escolar. O professor progressista que fala em democracia não pode boicotar os pensamentos e as realidades de seus alunos, senão o exemplo seria contrário ao seu discurso. Para que a educação seja verdadeiramente democrática, exige-se o reconhecimento e o comprometimento com a identidade cultural. Nesse sentido, o professor não pode isolar o conhecimento teórico da sua trajetória social e de seus alunos (Freire, 1996). Assim, falar em educação de gênero não é um desvio do currículo formativo, mas uma parte essencial dele, que contribui para a formação integral dos estudantes.

Paralelamente a esse cenário, emerge uma sociedade que exige novas competências e habilidades pautadas nesses desafios, ao passo que o debate educacional tem se concentrado em pensar o desenvolvimento de práticas educativas implicadas no contexto atual da cibercultura (Lévy, 1999; Silva 2003; Santaella, 2013; Santos, 2019; Lemos, 2020). O que exige, crescentemente, práticas personalizadas, interativas, colaborativas e críticas acerca do assunto. Assim sendo, discutir os desafios atuais da cibercultura e suas implicações para a educação e a diversidade é um dos objetivos de reflexão deste artigo.

4 A tecelagem das bases metodológicas

Apartir de epistemologias que consideram os desencadeamentos culturais, escolhemos outra forma para tecer a pesquisa, considerando

propor novos horizontes para além daquilo que a ciência moderna determina como verdade absoluta, além de compreender uma nova maneira que ultrapasse seu modelo rígido que tende a valorizar o todo e não as partes (Morin, 1996).

De forma a romper uma postura hierárquica e reducionista (Morin, 2003) e contemplar os saberes constituídos por Freire (1996), oriundo de uma dissertação desenvolvida pela PPGCEC, este artigo se propõe a dispensar uma neutralidade inexistente e realiza uma crítica ao ensino bancário que tanto nos mantém dóceis em nossa própria realidade, o que mina sua complexidade (Freire, 1996).

Compreendendo a ambiguidade que, provavelmente, será encontrada no campo, a reflexão desta não poderia ser feita de um modo inflexível. Isto posto, a partir da contribuição de diversos autores, o trabalho também se desafiou a trabalhar com a perspectiva dos cotidianos (Alves, 2008; Certeau, 2013). Nesse contexto:

Macedo (2020) afirma que o ato de pesquisar constitui um desafio, na medida em que nos obriga a enfrentar as incertezas próprias de um método que se faz no caminhar, num processo de aventura pensada, na vivência da experiência e da criatividade na pesquisa com os cotidianos. Nessa perspectiva, exige do pesquisador certa organização que o possibilite ir ao encontro de seu objeto de pesquisa, o que implica considerar o papel formativo que a experiência acontecimental da pesquisa, em si, produz (Brasil, 2023).

Em vista disso, o artigo se estruturou com base em um referencial bibliográfico, com uma perspectiva qualitativa que permite explorar e descrever a complexidade do tema e das problemáticas

(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras

a respeito da investigação, “permitindo aos pesquisadores analisar, compreender e investigar gerando contribuições para os indivíduos e seus praticantes” (Santos, 2016, p. 27).

O trabalho ainda está em fase embrionária e conta com os capítulos de referencial teórico em desenvolvimento, enquanto a pesquisa bibliográfica vem justamente antes para que possamos compreender melhor o campo quando assim o for feito.

5 Algumas considerações

Não obstante, é perceptível a necessidade de criar multiletramentos com relação ao tema, refletindo sobre o papel do digital em rede para a superação de tais demandas, tendo em vista sua potência aceleradora e democrática. Nota-se a indispensável criação de atividades que ressignifiquem as limitações do currículo atual, levando em consideração as diversas polarizações no cenário educacional. Tais polarizações só dificultam a ampliação do debate sobre a desumanização de pessoas trans nos ambientes educacionais (Couto Junior; Oswald e Pocahy, 2018).

De acordo com essa linha de pensamento, para que a qualidade da educação no Brasil melhore, é importante que tenhamos alunos ativos, criativos, insaciáveis e com vontade de aprender, porquanto isso faz com que os professores desistam do conservadorismo e passem a adotar uma visão de futuro ou uma atitude crítica em sua abordagem (Macedo, 2019).

Isto posto faz-nos refletir que a abundância de informação não significa formação, de modo que, para que consigamos seguir para a

ponte da transformação, é necessário aos educadores olharem com profundidade tais demandas, exercitando, reiteradamente, seu olhar de justiça social e as próximas estratégias que precisam ser colocadas em prática.

As redes devem fazer parte desse processo de maneira que propicie a aceleração dessas discussões nos ambientes escolares, mas sendo, continuamente, filtradas a partir do conhecimento crítico, efetuando a interseccionalidade das narrativas de classe, raça e gênero extraídas das realidades de seus próprios estudantes. Além disso, é preciso que colabore com o feitiço de pontes que nos impulsionam a buscar novos caminhos, encaminhem-nos para a superação de tais problemáticas, ou as minimizem.

Referências

ALVES, Nilda. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. *Rev. Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out./dez. 2010.

ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Sexual, os dados estão aqui, para quem quiser ver**. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Paul Preciado. *Revista Poiésis*, Niterói, v. 11, n. 15, p. 47-71, jul. 2010.

COUTO JUNIOR, Dilton; OSWALD, Maria; POCAHY, Fernando. Gênero, sexualidade e juventude(s): problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 124-137, jan./abr. 2018.

(Trans)icionando a escola: um ensaio sobre a contribuição da cibercultura para o avanço das narrativas de gênero com ênfase em pessoas transgêneras

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LOURO, Guacira. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 153-172.

MENDONÇA, Joseli Maria. **Legislação emancipacionista, 1871 e 1885**. In: SCHWARCZ, L. M; GOMES, F. D. S. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LEAL, Wellthon. **A construção das identidades dos homossexuais masculinos a partir do consumo das divas pop**. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 2020.

MACEDO, Renata Guedes M. **Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado**. 2019. 235 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PEREIRA, Severino; AYROSA, Eduardo. **Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca**. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 19, n. 61, p. 67, jun. 2012.

SANTOS, Edma dos. **Pesquisa – formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

TRANCOSO, Michele. **Educação Feminista e antirracista na cibercultura: um mapa de narrativas e conflitos e desconstrução**. Rio de Janeiro: Repositório UERJ, 2020.



**Marighella:
masculinidade negra em cena**

*Jorge Felipe Freitas
Leandro Teofilo de Brito*

1 Introdução

O cinema é uma linguagem que pode ser significada como arte e como um artefato cultural que mobiliza e desestabiliza “certezas”, uma vez que põe sob suspeita nossas escolhas, nossas formas de olhar e entender o mundo e a constituição das realidades que o cercam.

Um dos efeitos do cinema, na produção dos sentidos sociais, é sua articulação com gênero e sexualidade. Apostamos na premissa de que o cinema exerce uma pedagogia da sexualidade entre seus espectadores (Louro, 2017), pois os significados que se atribuem às identidades sexuais e de gênero são situados e disputados historicamente e, ao longo dos tempos, posições de sujeitos são ressignificadas nos filmes.

Conforme destacam Ferrari *et al.* (2021), os filmes nos incitam a problematizar ideias e práticas nos seus pertencimentos relacionados ao gênero e à sexualidade, de maneira que se pode afirmar que há uma presença pedagógica nos filmes e nas imagens, que ampliam nosso olhar sobre as identidades sexuais e de gênero, mas também no social contemporâneo e nas suas ações cotidianas de ensinar e aprender. Os autores complementam: “o cinema entendido como espaço que aciona, produz e problematiza currículos e sexualidades é um espaço que constrói saberes, relações de poder e sujeitos nas suas relações consigo mesmo e com os outros” (Ferrari *et al.*, 2021, p. 6).

Marighella: masculinidade negra em cena

Ao focalizar a masculinidade no cinema em sua articulação com as pedagogias da sexualidade, Louro (2017) aponta que nos clássicos, particularmente, nos filmes de faroeste, os homens – que faziam o papel de mocinhos – eram fortes, corajosos, decentes, por vezes, solitários e silenciosos, na maior parte das vezes, homens brancos e que lutavam contra índios, mexicanos e degenerados de todo tipo.

Entretanto, a autora também reconhece que as masculinidades contemporâneas não apresentam a força dessas marcas essencialistas do faroeste, ainda que vestígios e rastros delas ainda circulem em algumas produções. Nesse cenário de disputas, a cinematografia brasileira, sobretudo a mais recente, vem deslocando os sentidos do masculino em suas produções ao apresentar masculinidades alternativas e plurais que dão significados a modos outros de ser homem na contemporaneidade (Brito e Pontes, 2020; Fagundes e Lisboa Filho, 2021).

Este capítulo discute dados produzidos no projeto de pesquisa intitulado “Corpo e masculinidades no cinema brasileiro”, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo o primeiro autor o bolsista e o segundo o orientador. Como recorte da pesquisa, que se encontra em andamento, focalizamos a interpretação e a problematização do filme Marighella.

Nesse sentido, evidenciamos as discussões acerca das masculinidades negras, uma categoria nos estudos de gênero que focaliza a experiência negra no debate sobre as masculinidades, problematizando a invisibilidade do racismo e o reducionismo dos estereótipos que circulam, socialmente, quanto aos homens negros

como a atribuição de que são homens incompletos (Camilo e Silva Junior, 2022).

O filme *Marighella*, de Wagner Moura (2019), aborda a biografia do político, escritor e guerrilheiro em sua luta no período da ditadura militar brasileira. As interseções entre gênero e raça, por meio da centralidade da identificação do personagem como homem negro, são o foco central das análises empreendidas nesta produção cinematográfica nacional recente.

Desse modo, este capítulo apresenta como objetivo discutir sentidos no que tange às masculinidades negras presentes no filme *Marighella*. Na sequência, apresentamos os caminhos metodológicos que apostamos para o desenvolvimento de nosso objetivo.

2 Caminhos da pesquisa

As masculinidades no cinema são representações historicizadas, conforme destaca Baecque (2013). O autor considera que o cinema transforma o corpo – nesse caso específico, o corpo masculino – num fato social que afeta a experiência de todos e de cada um, cristalizando expectativas, medos e valores vigentes de uma sociedade. Entretanto, essas masculinidades, no tempo histórico de um espaço social, também têm o poder de virilizar e desvirilizar essa representação coletiva do “ser homem” presente nas telas, conforme o contexto apresentado.

Com o objetivo de realizar uma leitura e interpretação fílmica múltipla, rica em significados e, até mesmo, situada em processos de disputas, nossa aposta metodológica se baseia na metodologia etnografia de tela:

Marighella: masculinidade negra em cena

Essa estratégia discursiva é interessante para uma leitura de filmes ou mesmo de outras imagens, como de programas televisivos. Em vez de imaginarmos o que seria real ou mentira, poderíamos pensar que são citações que põem em campo determinados significados. A tela seria uma das possibilidades concretas de apresentar e constituir a chamada realidade. A tela torna-se uma teia de discursos. Discursos esses que fazem as realidades existirem, persistirem e, por vezes, modificarem-se. Entre as possibilidades do fazer etnográfico a partir de uma tela, consideramos que o cinema é um campo fértil para analisarmos os diferentes processos de significação envolvidos na manutenção, na construção e na desconstrução de determinados discursos (Balestrin e Soares, 2014, p. 92).

Além de potencializar a análise de imagens cinematográficas em movimento, a etnografia de tela é um caminho metodológico em que o sujeito pesquisador é interpelado, transformado, desfeito e reconfigurado, abandonando qualquer pretensão à objetividade e às certezas. Adicionalmente, é fundamental assumir que a linguagem é produzida e constitutiva do social e da cultura (Balestrin e Soares, 2014). Nesse sentido, reconhecemos que a linguagem cinematográfica é performativa (Butler, 2019), dado que cria realidades e participa das construções dos sentidos sociais em circulação na sociedade repetindo/deslocando significações sobre diversos temas.

Mobilizamos nossa compreensão sobre a categoria masculinidade também pela noção de performatividade em Butler, porque entendemos os sentidos do masculino como uma repetição estilizada de falas, atos, movimentos e gestos, enunciados por uma matriz heterossexual e pelo binarismo masculino e feminino, mas que é um fenômeno passível de fracasso e de ressignificações, posto que

“a transformação dos gêneros está na relação arbitrária desses atos, na possibilidade de um padrão diferente de repetição, na quebra ou subversão da repetição do estilo mobilizado” (Butler, 2019, p. 214).

Pensar as masculinidades por essa perspectiva significa reconhecer os inumeráveis e disputados processos de identificações do masculino performatizados nos diversos contextos – aqui nesta pesquisa, destaca-se o contexto do cinema. Tal viés contesta qualquer naturalização da identidade, uma vez que os processos de repetição/deslocamento de sentidos participam das disputas por significações que produzem as masculinidades no social. Apostar em performatizações das masculinidades significa assumir um movimento contínuo de adiamento de alguma estabilização definitiva dos processos de identificação do masculino na contemporaneidade (Brito, 2021).

Outra teorização, a interseccionalidade, mostra-se como uma ferramenta analítico-política potente para focalizar a categoria masculinidade negra em Marighella. A teórica feminista Kimberlé Crenshaw (2002, p. 174), pioneira na abordagem interseccional, afirma que o “gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos”.

Na ótica de Grillo (2013), a articulação da interseccionalidade com o pensamento antiessencialista se evidencia como uma ferramenta indispensável para não se cair nas armadilhas de achar que se está trabalhando para desmontar as estruturas das variadas opressões, quando, na verdade, ocorre o reforço de seus paradigmas vigentes. Também, nessa direção, cabe destacar que marcadores sociais em interseção, que não foram previstos, podem emergir nos

contextos de pesquisas, posto que interseccionalidade não se define como uma perspectiva que considere apenas mobilizações prévias, mas também contingentes.

Bilge (2020, p. 239) reforça que a abordagem interseccional não é um mero somatório de opressões, que sobrepõe e/ou hierarquiza uma identificação à outra, mas que “reflete a teoria transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades sociais e desigualdades através de uma abordagem integrada”.

Nesse contexto, a operacionalização da etnografia de tela seguiu os tais procedimentos, conforme Balestrin e Soares (2014): longo período de contato com o filme; observação sistemática e variada sobre as imagens, assistindo-as com o mínimo de interrupções e apenas com pausas para registros; escolha de cenas utilizadas para análises; uso de caderno de campo para anotação das imagens e cenas que serão problematizadas. Desse modo, apresentaremos, na sequência, duas cenas de Marighella, que arbitramos para interpretação e discussão neste capítulo.

3 Discussão dos dados

Marighella é um filme dirigido por Wagner Moura. Embora tenha fortes relações com a realidade, faz-se necessário destacar que se trata de uma obra fílmica não biográfica, isto é, seus fatos não condizem, em sua totalidade, com a realidade histórica. Carlos Marighella foi militante comunista e guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN), executado pela repressão da Ditadura Militar no Brasil em 4 de novembro de 1969 (Nova e Nóvoa, 1999).

Na primeira cena do filme, ouvimos o som de um trem passando em alta velocidade por trilhos e, em seguida, com a tela em fundo escuro, emergem os dizeres “São Paulo – Agosto de 1968”, ditando o período do filme. O ator Seu Jorge personifica Carlos Marighella, de terno e gravata, e entra em cena ao passar de um vagão para o outro, enquanto ouvimos vozes ao fundo. O olhar de Marighella, apesar de tenso, é de alguém extremamente concentrado. Ele não desvia o olhar para ninguém em momento algum.

Por conseguinte, vai ao encontro de um homem branco, de óculos, também de terno e gravata. Este questiona a vestimenta, em tom de zombaria, ao que Marighella responde: “disfarce”. O homem branco é Almir (ator Luiz Carlos Vasconcelos), companheiro de Marighella durante a trama. Nesse diálogo, diz “é agora”. O tom amarelado da imagem, além evidenciar um ambiente de época, traz consigo uma sensação de suspense, visto que não sabemos o que acontecerá “agora”.

Marighella se levanta e vai em direção à primeira classe, aproveitando o momento em que um garçom entra na cabine. De forma simultânea, enquanto Marighella caminha pelo vagão, outros homens se levantam de forma sincronizada e cruzam olhares com ele, denotando estarem juntos na mesma empreitada. Entrando na cabine, Marighella surpreende o garçom com um movimento por trás e aponta um revólver em sua nuca, mas pede calma e silêncio ao rapaz. Ao fundo, é possível ouvir e identificar o que está acontecendo: a composição está a ser sequestrada pelos membros da resistência de Marighella.

Marighella: masculinidade negra em cena

Com o garçom rendido, entra no vagão da primeira classe e pede calma e silêncio a todos, que se desesperam ao vê-lo segurando o garçom e a arma. Mais uma vez, ao fundo, ouvimos os jovens que cruzaram olhares com Marighella na classe econômica pedirem calma e dizerem que só querem “as armas”. Nesse instante, Marighella segue caminhando com o garçom rendido e a arma em punho em direção a um vagão de aparência alternativa, ou seja, não combinando com o *design* dos outros vagões que apareceram em cena.

Marighella se esconde atrás do garçom rendido e ordena que ele bata à porta. Vemos, pelo menos, dois militares atrás da porta da cabine, pela janela, o que denota, juntamente com o contexto apresentado pela cena, ser um vagão de transporte de carga militar. Quando abrem a porta para o garçom, Marighella rende os dois militares, ao passo que os jovens entram na cabine para concluir a missão: levar o conteúdo do vagão e, pelo contexto apresentado visualmente, não ferir ninguém, a menos que seja necessário.

No vagão da primeira classe, Almir discursa sobre a Ação Libertadora Nacional, explicando não ser uma ação criminosa. Ouvimos a voz de Almir, gradativamente, tornar-se mais distante, à medida Marighella se dirige ao lado externo, sinalizando para dois carros, que seguem o trem, que o conteúdo estaria no vagão do meio. Na sequência, rende o maquinista, acessando sua cabine pela lateral da composição, e ordena que pare.

Várias pessoas descem do carro para fazer a descarga, com o intuito de enfraquecer o poderio bélico militar. Nesse instante, começa a tocar a música “Monólogo ao pé do ouvido/banditismo por uma questão de classe”, de Chico Science e Nação Zumbi, enquanto

outra parte dos créditos iniciais toma conta do rodapé da tela. Nesse momento e com o contexto sonoro, vemos todos os envolvidos apressados para retirar a carga militar do vagão e colocar nos carros, antes que os militares percebam que algo aconteceu. A cena termina com os carros saindo em alta velocidade, e a música tomando a maior parte da cena, aos 7 minutos e 57 segundos de filme.

A segunda cena que descreveremos é a que vem logo após a primeira. Nela, que se inicia logo após o nome do filme nos créditos iniciais sumir da tela, ouvimos o que parece ser um vento suave ao fundo. Mais uma vez na tela de fundo escuro, surge: “Rio de Janeiro – Quatro anos antes”, mais uma vez marcando a data que será, em breve, apresentada na tela.

Logo, vemos um menino negro boiando na água da praia, com o Pão de Açúcar ao fundo. O menino está de olhos fechados, demonstrando confiança de estar ali. Vemos suas mãos passarem pela água, enquanto ouvimos o som do que parece ser um gravador ou toca-fitas antigo. Entre cenas do menino na água, ouvimos um trecho de áudio de Marighella, desejando feliz aniversário a seu filho.

Gradualmente, vemos que quem sustenta o menino na água, para que não afunde ou se debata com receio, é o próprio Marighella, o que possibilita entender que o menino boiando é esse filho para quem ele gravou o áudio. À medida que o áudio prossegue, Marighella se lamenta por não poder estar com o menino no dia de seu aniversário. Na sequência, são mostradas cenas de pai e filho brincando inocentemente na água, sem preocupações aparentes, sem nenhum outro tipo de sentimento que não a interação entre pai e filho.

Marighella: masculinidade negra em cena

A luz na tela indica que não é um dia tão propício para a praia, ainda assim a cena prossegue por cerca de dois minutos, com cortes dos dois brincando na água. No áudio, Marighella expõe que, no dia em questão, ambos haviam decidido que o regime militar, a posição política de Marighella e as consequências de ambos os movimentos não os impediam de ir à praia naquela ocasião. O parlamentar ressalta que, naquele dia, foi um homem livre, “enquanto ensinava um menininho com medo do mar a flutuar”.

Inicia-se um diálogo entre o menino e o pai, ainda com o som e a imagem da praia ao fundo. O menino não deseja se separar do pai, ainda que o contexto político exija que façam esse sacrifício. As feições do menino demonstram insatisfação e consternação, enquanto as de Marighella apresentam conformidade, como quem enfrenta algo inescapável. Ao fundo, as ondas ficam levemente mais barulhentas, denotando uma instabilidade na relação entre os dois. Ainda que nitidamente machucado com esse fato, Marighella conta a seu filho, com seriedade e firmeza, que terão de se separar.

Marighella diz ao menino, inicialmente, com tom de suspense e de brincadeira, tal qual pai e filho, que o rapaz deve respeitar as meninas ao chegar a Salvador, fugindo do tópico que o jovem trouxe à tona. O menino sorri levemente, porém, logo em seguida, mostra-se abatido e pede para ficar com o pai. Marighella diz que vai se encontrar com o filho, e o menino pede para prometer que irá vê-lo antes de seu aniversário de 15 anos. Vemos os dois se levantando da areia, vestidos e com seus calçados nas mãos, ao que Marighella incentiva uma corrida até a calçada. A câmera se movimenta de modo irregular,

demonstrando irreverência, ao passo que o menino e Marighella se divertem correndo.

Ao chegarem à calçada, ouvimos os sons da rua – buzinas, vozes, carros passando etc. –, e Marighella muda de expressão e põe-se preocupado. A câmera foca no menino, à medida que Marighella o põe no colo, com os dois visivelmente assustados. Marighella coloca o menino diante de si, como quem deseja esconder a própria identidade, e olha para frente e para baixo. Com o foco em Marighella, vemos ao fundo passar um comboio militar. Apesar de o foco estar na personagem principal, o som do tanque militar é mais notável do que qualquer outro som na cena.

Vemos carros com militares dentro, bem como militares a pé. Quando estes passam, Marighella põe seu filho no chão e atravessa a rua em direção a um carro, no qual já está posicionado Almir, visivelmente, contrariado com a postura, segundo ele, “irresponsável” de Marighella de ir à praia no meio da ditadura militar, sendo uma pessoa abertamente da oposição ao regime. A cena termina aos 11 minutos e 38 segundos do filme.

Na primeira cena, notamos um Carlos Marighella estrategista, frio, calculista. Apesar de líder da resistência, não fez nada sozinho, o que demonstra confiança em seus companheiros e no plano a ser executado. O nervosismo não chegava nem perto do desespero – na verdade, transformava-se em concentração para que tudo corresse conforme o plano. Na segunda cena, entretanto, vemos outra face de Carlos Marighella: um pai temeroso pela vida de seu filho e sentido por ter de mandá-lo para longe, em vista dos riscos de sua posição política e ideológica naquele momento.

Marighella: masculinidade negra em cena

É possível identificar um Marighella mais leve, se analisarmos o momento em que ele brinca com o filho, dentro e fora da água. Conforme o áudio da cena em questão evidencia, Marighella, de fato, é representado como um homem livre de qualquer responsabilidade ou tarefa que não seja amar seu filho e fazer parte de sua formação como homem – ressaltado em seu conselho/brincadeira para que o menino respeite as meninas ao chegar em seu novo destino.

Ao trazer o debate sobre as masculinidades, é possível interpretar dois modos de performatização do masculino nas cenas, que são atravessados pelas diferentes relações de poder presentes em cada contexto. Entendemos que a performatividade de gênero atua mediante posições de poder, que restringem possibilidades mais amplas de vivência do gênero, ainda que a ruptura com a norma atravesse os processos de identificação (Butler, 2019).

Além disso, é importante ressaltar que, como homem negro, Marighella também vivencia uma condição de precariedade na sociedade em que a raça afeta a performatização de sua masculinidade, integrando-se à identificação de líder do maior movimento de resistência contra a ditadura militar, o que revela maior complexidade nesta análise.

De igual modo, quando um homem negro – esperado pela sociedade que seja rude, não letrado, capaz unicamente de trabalho braçal e de selvageria – manifesta-se amoroso, fiel, cuidadoso e divertindo-se com seu filho, as estruturas se abalam mais uma vez. Existe, portanto, uma expectativa acerca do que o personagem fará ou deixará de fazer, baseado nos efeitos performativos de sua identidade no filme.

Nesse sentido, também concebemos a raça como performativa, concordando com Brito e Silva Junior (2022), de tal modo que se entende que o corpo não possui um *status* ontológico, ele é efeito do discurso e de suas repetições que sedimentam “verdades”, com sua validação acontecendo com base nos efeitos semânticos produzidos pelo sujeito no mundo. Nessa seara, corpos de homens negros são materializados e regulados sob as normas repetidas e instituídas pela sociedade, pois ser homem negro consiste em obedecer às normas, constantemente, reiteradas socialmente, baseadas no discurso de inferiorização intelectual, de maior força física, de violência e no emocional em detrimento do racional.

Como pai, Marighella também performatiza as normas impostas sobre o homem negro na sociedade. Ao analisar os efeitos da colonização nos processos de subjetivação do homem negro e na constituição das sociedades pós-coloniais, Fanon (2008) destaca que o colonialismo tem forte impacto na emergência dos sentidos e identidades do mundo social. Desse modo, a relação do homem negro no mundo branco é alienante, na medida em que o processo de racialização é depreciativo, desumanizador e traumatizante. Assim, as paternidades negras são produzidas e performatizadas, carregando traumas, dificuldades e revoltas vivenciadas na relação paterna em que os homens negros estão localizados.

Há o debate, ainda, acerca da masculinidade negra representada pelo papel do filho de Marighella, que, mesmo não visivelmente discordante com a decisão de seu pai, acata sem mágoas o pedido. Em sua relação com seu filho, Marighella também demonstra ter medo

tanto por sua vida quanto pela de seu filho, o que, mais uma vez, vai ao encontro do que é imposto/impresso pela sociedade, pois não compete a um homem, sobretudo, heterossexual e negro, parlamentar e líder de resistência política, expressar seus sentimentos.

Ao tornar invisível – mesmo que de forma inconsciente – a possibilidade de um homem negro ser, ao mesmo tempo, parlamentar, líder de resistência política, pai, amigo, companheiro, camarada político, os lugares que ocupa na sociedade exigem a performatização de uma masculinidade que não se enquadra nas normas, no entanto, existem fatores que limitam a análise dessas questões em sua total complexidade.

Crenshaw (2002) aborda que as experiências de subordinação não são, adequadamente, analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação, seja de gênero ou de raça/etnia e que, para tal, faz-se necessário operacionalizar, por meio da abordagem interseccional, os conceitos de superinclusão, na qual “a própria diferença é invisível”, e de subinclusão, em que “a diferença torna invisível um conjunto de problemas”. Nesse contexto, a autora também aponta que homens racialmente subordinados também estão suscetíveis a variadas opressões, porquanto “uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados” (Crenshaw, 2002, p. 178).

4 Considerações

As duas primeiras cenas do filme descritas e problematizadas ditam o que veremos de Carlos Marighella nessa representação: líder de resistência, pai, parlamentar da oposição política à ditadura militar, por vezes, alternando entre fragilizado e vilipendiado; ora temido, ora idolatrado.

Podemos interpretar como a linguagem – performativa –, presente em Marighella, é moldada pela interseção de diferentes marcadores sociais como raça e classe. Além disso, sua atuação na resistência contra a ditadura revela sua habilidade em articular ações de forma a desafiar as estruturas de poder estabelecidas. Ao mesmo tempo, sua relação com o filho revela um lado afetivo e cuidadoso, que põe em xeque as expectativas da masculinidade, porém, ao mesmo tempo, carrega vestígios da vivência específica das paternidades negras.

Essas representações complexificam a visão simplista das masculinidades, predominando a necessidade de considerar as interseções de variados sistemas de opressão. Desse modo, ao desestabilizar as expectativas criadas no inconsciente do(a) espectador(a) acerca dos personagens, é possível identificar as interseções entre variadas identificações que se integram à masculinidade negra: classe, dado que, apesar de parlamentar, nitidamente, Marighella não tem uma vida abastada, sendo sustentado e abrigado pela Aliança Libertadora Nacional; idade, visto que seu filho também é retratado na obra, e sua masculinidade na infância/juventude também é uma representação da masculinidade negra.

Marighella: masculinidade negra em cena

Diante do exposto, podemos constatar que a análise das cenas do filme “Marighella” permite compreender diferentes facetas de Carlos Marighella, como líder da resistência política e como pai amoroso. Ao examinarmos tais cenas, à luz da teoria da performatividade de gênero, fica evidente como Marighella desafia as expectativas sociais e rejeita os estereótipos de masculinidade impostos pela sociedade. Sua representação como um homem negro, homossexual, parlamentar e líder de resistência política realça a complexidade das masculinidades e a interseccionalidade dos sistemas de poder. Essa reflexão nos convida a questionar as normas e os estereótipos de gênero, abrindo espaço para a compreensão mais ampla das identidades masculinas, sobretudo, das masculinidades negras.

Referências

BAECQUE, Antoine de. Projeções: a virilidade na tela. *In*: COURTINE, Jean-Jacques (org.). **História da virilidade 3: a virilidade em crise?** Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 519-553.

BALESTRIN, Patrícia Abel; SOARES, Rosângela. “Etnografia da tela”: uma aposta metodológica. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAISO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 89-111.

BILGE, Sirma. Panoramas recentes do feminismo na interseccionalidade. **Escritas do Tempo**, Marabá, v. 2, n. 6, p. 238-256, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3nXJb1p>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRITO, Leandro Teófilo de. Da masculinidade hegemônica à masculinidade *queer/cuir/kuir*: disputas no esporte. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279307>

BRITO, Leandro Teófilo de; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. “É preto, é bicha e que depende de ajuda de custo do clube”: intersecções da diferença no contexto do esporte. **Civitas**, Porto Alegre, v. 22, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Dk2djY>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRITO, Leandro Teófilo de; PONTES, Vanessa Silva. Sentidos da masculinidade em Praia do Futuro: performatizações em cena. **Textura: Revista de Educação e Letras**, Canoas, v. 22, n. 49, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3RLQakd>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213-230.

CRENSHAM, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3PQdU5v>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FAGUNDES, Rodrigo Quevedo; LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. O cinema gay no Brasil: a representação dos homossexuais em

Marighella: masculinidade negra em cena

Tatuagem e Hoje Eu Quero Voltar Sozinho. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, p. 1-28, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3B2pWTb>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRARI, Anderson *et al.* Apresentação. Dossiê sexualidades, currículos e cinema. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 9, n. 1, p. 5-7, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3B5SJWW>. Acesso em: 8 set. 2022.

GRILLO, Trina. Anti-essentialism and intersectionality: tools to dismantle the master's house. **Berkeley Journal of Gender, Law & Justice**, [S.l.], n. 10, v. 1, p. 16-30, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2OaRFMI>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Flor de açafão: takes, cuts, close-ups**. Autêntica, 2017.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; CAMILO, Vandelir (org.). **Masculinidades Negras: novos debates ganhando formas**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2022.

**Rios voadores: compartilhamento da
técnica artística do DIY no ambiente
digital como desmantelamento de
represamentos antidemocráticos**

*Vannie Aurin Pavelski da Gama
Rafael de Brito Dias*

1 Introdução

Após o trabalho “O regime das águas da censura ao cuir: cultura pop, DIY e comunidade *on-line* em resistência aos resquícios da ditadura militar brasileira”, que apresentava um fragmento da história cultural contemporânea *queer* em diálogo com a representação política LGBT+ e seus direitos expressos, sensivelmente, pela cultura pop digital, em face da crise democrática acentuada nos últimos 10 anos no Brasil, alguns pontos poderiam ser aprofundados, como a relação entre imagem da arte – e, conseqüentemente, da cultura *queer* – e representatividade nos casos apresentados.

Além disso, maior abertura para as hidrologias do Brasil e a questão antidemocrática endêmica no Ocidente, característica latente em face de novos rumos da geopolítica do início de 2024 e os discursos nela embebidos. São, portanto, relações de arte e política, política e corpo, e corpo e naturezas, dessa maneira, conexões interdependentes aos ares da cultura *queer*, que permeia tais relações, pela interface do digital, em nosso texto, sob a ótica de Moraes (2001), Gere (2002) e Levin e Mamlok (2021).

Anteriormente, buscou-se retomar a importância das expressões artísticas *queer*, ou cuir – na flexão do português do Brasil – que fazem parte da dinâmica na paisagem cultural, política e ecossistêmica diversa numa sociedade brasileira que convive com amargos contrastes, da violência e das conquistas – como mais

direitos legais para a comunidade cuir, do exercício do Estado de Direito e a falta de acesso à informação – direitos que, muitas vezes, são desconhecidos pela própria comunidade, em especial, a parcela vulnerável socialmente, que está parcialmente nas ruas, da expressão artística experimental das sociotécnicas em compartilhamento ao crescimento de movimentos antidemocráticos, como tentativa de contenção desse mesmo compartilhamento, colhidos do perpetuar de uma história de autoritarismo e disputas de poder pautadas em segregação, exploração e coerção social, ancorando a elite do país através dos tempos, como discutido por Lilia Schwarcz (2019).

Nos estudos culturais, nas Ciências Sociais e na História da Arte, o cuir cria, nas confluências e divergências da teoria *queer*, múltiplos objetos materiais e imateriais culturais mediante dinâmicas midiáticas como em sua enfática presença no cinema ocidental (Barros, 2016). Faz-se, ligeiramente, ausente a atenção à cultura digital cuir em âmbito de pesquisa, talvez devido à sua juventude de manifestação – pouco mais de 20 anos, a considerar a manifestação social e de alcance de milhares de “usuários” – ou talvez pelos entraves teóricos com a comunicação e a História da Arte, afastando imagem, cultura e arte. Esta, por sua vez, isolada do teor da arte culta para a teoria, conforme criticado por Zolberg e Cherbo (1997) e dos estudos das mídias em diálogo com as políticas públicas as quais ela evoca.

Independentemente dessas hipóteses, a escassez desses estudos culmina com mais uma das ausências de dados e informação sobre a comunidade LGBT+. Tais ausências extraem componentes essenciais à luta contra a violência, como verificável pelos crescentes dados de homicídios às pessoas LGBT+ no Brasil, nos últimos 20 anos,

pelo dossiê de 2022 de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil, e ao conhecimento, à preservação, à comunicação e à sensibilização da cidadania e história cuir, a despeito de sua durabilidade cristalizável conceitual – afinal, a fluidez é temida, tanto aquela vivida pelos diálogos de cada sigla quanto na dimensão teórica.

Nesse contexto, a luta pelos direitos LGBTQ+ e contra a LGBTQfobia sobrepõe a violência crua e monodisciplinar. Em vista disso, falamos de representatividade na política e fora dela, assim, observar os atentados democráticos significa perceber o entrelaçamento entre intolerâncias e invisibilizações de ordem da legitimação existencial pela desigualdade social com as quais convivem com as manifestações culturais, físicas e digitais numa relação entre mídia, política e corpo, conforme Hans Belting (2007).

A opressão e a deslegitimação das técnicas da comunidade e o silenciamento cultural pela rotulação de falsa homogeneidade alienante são um campo de crítica a serem expostos pela abordagem de uma arte social do reconhecimento das técnicas, tecnologias, relações e complexidades entre ambientes culturais.

São diálogos entre sociedade, cultura, e por que não natureza, quando percebemos os movimentos das censuras e dos ataques democráticos ante a agressividade da modernidade capitalista exploradora dos direitos humanos, dos recursos, como regimes de águas de represamento em contraposição aos alagamentos pantaneiros que não impossibilitam o desenvolvimento da flora e fauna em seus leitos, e da relação dinâmica maior entre hidrologias e atmosfera, dos rios que se relacionam com fauna terrestre, com ambientes marinhos costeiros e seus longos rios tropicais – tão diferentes das centenas

de represamentos que desconsideram, muitas vezes, o impacto sociocultural e ambiental existente antes de suas predações, no caso da censura, ao inferir, em diversas dinâmicas sociais, como a ampla, brasileira e crescente comunidade LGBTQ+.

Anteriormente, estudamos conteúdos da cultura pop digital pautados pelo DIY¹ (*Do it yourself*, faça você mesmo) em coletividade, a exemplo do *reality show on-line* “Corrida das Blogueiras”, dirigido por pessoas da comunidade LGBTQ+, de forma explícita, na criação de conteúdo no YouTube, dos canais Diva Depressão e Dia Estúdio, ao recorte dos participantes diversos em expressão artística, gênero, raça e etnia, sexualidade e estado de residência. Além disso, a presença da deputada Erika Hilton, primeira deputada travesti do Brasil, no quadro de maquiagem *DellaMake*, da Drag Queen Bianca DellaFancy também no YouTube.

Conjunto a tais conteúdos, acompanhamos a movimentação da comunidade com relação aos atos antidemocráticos de censura às expressões da comunidade, como movimento de resistência, sob a ótica da importância das manifestações digitais expressas no relatório do Ato antidemocrático de 8 de janeiro de 2023, de Eliziane Gama, aprovado e disponível ao público em 17 de outubro de 2023. Em confluência à importância das expressões da cultura pop *on-line* – muitas vezes, para e com o público *cur*, evidenciamos relações teóricas com os discursos violentos neoliberais que colaboram para a manutenção da LGBTQfobia, sobretudo, através de índices de violência dispostos no dossiê de 2022 do Observatório de Mortes e Violências

¹ No texto anterior, exploramos as dinâmicas do DIY estudadas por Dias (2002).

contra LGBTI+ no Brasil, isso porque a visibilidade e o espaço de expressão das artes-culturas da comunidade não a tem protegido de ataques em nível de discurso público e de fatalidades.

Tal proposta de análise de dados integrou métodos quantitativos e qualitativos, com abordagem interdisciplinar em referencial teórico. Nesse contexto, o objetivo do trabalho anterior foi cooperar com a história cultura cuir para a constante luta de direitos através das políticas públicas e da cidadania, estimulada pela cultura pop digital que é, decerto, um exercício democrático para a comunidade LGBT+ e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira em sua sociodiversidade. Para este trabalho, reforçamos alicerces e adicionamos novas estruturas de considerações teóricas, das políticas públicas, ecológicas e empíricas ao conteúdo inicial, particularmente, com as leituras de Ab'Sáber (2003), Hans Belting (2007) e Lilia Schwarcz (2019).

2 Rios voadores sob o regime das águas

Em contexto ao regime das águas, relembremos que, em 17 de outubro de 2023, foi publicado o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023 pela relatora senadora Eliziane Gama. A senadora ressalta a crise da democracia e a importância que a dimensão digital obteve como dimensão aglutinadora e pulverizadora dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro por uma estimulação contraditória e servidão voluntária.

Os resquícios das motivações da ditadura militar, tais como a defesa da economia, da família e dos bons costumes circundados pela

propagação do mito da insuficiência de competência dos presidentiáveis e de um sentimento de desconfiança da democracia brasileira, inflado pelos interesses de golpistas, são presentes na atmosfera da contemporaneidade da política brasileira, como extensamente visto pelo relatório e por todo o caso do 8 de janeiro desse ano.

Para Lilia Schwarcz (2019), tal cenário da crise democrática brasileira se daria como uma consequência de um autoritarismo brasileiro enraizado em racismos e discriminações, naturalizado e, portanto, dando espaço a certo mito do brasileiro pacífico, receptivo às diversidades sociais e mesmo culturais do Brasil. Nessa perspectiva, tal como um movimento forçoso de represamento que insiste em seu formato devastador, sob o véu de um heroísmo nacionalista e, à primeira vista, dócil, vemos mais uma tentativa dum regime das águas focado nas benesses para uma porção brasileira generalizada como um todo, cujo fim justifica seus meios, afogando, deliberadamente, parte da sociodiversidade circundada por ela e, amiúde, composta.

Diferentemente do complexo bioma do Pantanal, cujas matas ciliares pantaneiras abrigam pássaros e possibilitam a expansão da biodiversidade local, que compõe um ecossistema rico em fauna também aquática, sistemas de represamento são bastante confundidos como uma solução inquestionável ao problema energético – como uma das possíveis soluções à queima de combustíveis fósseis de um capitalismo carbonífero.

Na perspectiva de Neiman (1989, p. 64) “o ciclo anual da subida das águas, fenômeno que registra na época das chuvas, é vital para os seres vivos” e faz parte da vastidão de corpos hídricos, resultantes dos alagamentos sazonais oriundos das chuvas que enriquecem as

regiões do Pantanal de nutrientes, ou dos lentos rios que desenham o paraíso das águas, como o Rio Negro e o Rio Taquari, que abrigam territórios tradicionais e populações ribeirinhas e indígenas.

No caso do Pantanal, o equilíbrio entre as águas, a flora e a fauna pantaneira, numa vegetação que reúne elementos de outros biomas brasileiros como os do Cerrado e Caatingas (Neiman, 1989), relembra-nos da impossibilidade de ecossistemas feitos tão somente de uma comunidade de seres vivos, que representem aquele espaço endêmico em uma totalidade originária.

De maneira complementar, o trabalho de Ab'Sáber (2007) agrega ao observar um exemplo de um ecossistema como o Pantanal para um mapeamento amplo, nacional e transnacional da relação entre hidrologias, paisagens e faunas. Para o autor, há uma insuficiência do observar os macro ecossistemas sem compreender os domínios característicos das naturezas, bem como a relação com que cada indivíduo, cada pessoa, tem para com a preservação das ecologias. Isto é, já não dialogamos com binômio natureza e sociedade, ou com uma analogia que distancia a relação entre sociedade e comunidade natural para apreender, simultaneamente, a noção de indivíduo e comunidade, sociedade, humana e animal, humana e hídrica, desde o princípio das investigações dos biomas e, conseqüentemente, das nossas relações entre cidade e naturezas, sobretudo, consumos e naturezas. São mosaicos paisagísticos em dinâmicas indissociáveis com os arranjos hidrológicos, repletos de interespaços de transição para os domínios e os biomas vizinhos, preenchidos pela biodiversidade das quais a influência individual é considerada, mesmo que distante do núcleo do bioma.

Embora tal ideia não seja nova, apreender a função do indivíduo no coletivo e não suprimir os impactos das relações entre espaço, indivíduo, coletivo e suas expressões ainda nos é desafiador na miríade da esfera natural e da esfera pública. Ab’Sáber (2007) ressalta que a convivência humana com rios, numa relação “beiradeira”, pouco afetava o bioma da Amazônia, por exemplo, enquanto foram as rotas terrestres que passaram a modificá-la profundamente e, em nossa contemporaneidade, passou a ameaçá-la de forma, talvez, irreversível.

Para Zhouri e Oliveira (2007), a distribuição desigual de renda no globo e a realocação do impacto do capital em território, seja deslocando ambiente ou sociedade da região a ser explorada, são realidades comumente ignoradas na longa história brasileira da implantação de hidrelétricas no país. As políticas energéticas das hidrelétricas e a crença do Brasil sustentável, ainda que as barragens até o ano de 2007 já haviam inundado 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no Brasil (Zhouri e Oliveira, 2007), remetem a uma realidade incômoda, tal qual a do regime das águas da ditadura militar e dos ataques democráticos.

Ainda não chegamos a uma solução energética, tampouco a um suficiente alerta e às medidas protetivas à democracia brasileira. Do mesmo modo, a questão da violência pela discriminação mostra números maiores, ainda que políticas públicas sejam propostas e estejam em vias de implementação até sua chegada efetiva como informação acessível e efetiva à própria comunidade LGBT+ como cultura da sociodiversidade.

No caso das CPMI do 8 de janeiro de 2022, amplamente divulgadas e mesmo criticadas por uma “espetacularização da política”, foram essenciais para demonstrar a seriedade de nosso Estado de Direito, ainda que, em tons acalorados, porém, o que vem agora? Assim como as hidrelétricas, que são e foram implantações e medidas explícitas da mensagem das alternativas energéticas à queima de combustíveis fósseis, embora este ainda seja queimado, isto é, convivendo com uma estratégia parcial, todavia, é pouco questionada em sua violência social e implementação de resultantes favoráveis à manutenção dos direitos sociais e da permanência democrática.

Nossa abertura democrática não estabeleceu uma cisão com os autores de uma ditadura; assim como não questionar as novas matrizes energéticas não significa romper com as antigas, ainda mais quando convivem em um mesmo sistema que conserva, prioritariamente, um modelo de modernidade posta em terra de exploração econômica, despida de toda sua biodiversidade e sociodiversidade, dadas as prioridades brutais de uma indústria capitalista.

A implantação das paisagens industriais, como as hidrelétricas, viola os direitos humanos e ambientais sob a proteção de sustentabilidades insustentáveis – as que negligenciam a viabilidade socioambiental das modificações que se fazem em territórios dados os projetos de impacto exploratório direto, mas também do impacto indireto, como resíduos e degradações que ocorrem de projetos exploratórios e industriais, decorrentes da lógica econômica instrumental (Zhouri e Oliveira, 2007).

Segundo os metadados da Agência Nacional das Águas e da Agência Nacional de Energia Elétrica², a maior concentração de barragens e hidroelétricas está no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste brasileiro. Estes são sistemas econômicos, em alguma medida, sustentáveis para os ecossistemas, ainda que sustentável traga a crítica da própria questão do consumo, visto que não é apenas sobre a energia, mas como a utilizamos, como a exploramos, além de nossas decisões individuais e coletivas que exigem, mais ou menos, do espaço ante os domínios das naturezas.

Em “Fundamentos da Limnologia” de Esteves (1998), além do dinamismo das águas e as diferenças de regimes pantaneiros, nomeadamente, biomas e não intervenções industriais modernas, e a completa dizimação de biodiversidade e sociodiversidade, imaginam-se relações como as das políticas censórias das vozes daqueles que não serão úteis ao desenvolvimento do ideal econômico, sob interesses inclinados aos discursos neoliberais, que são parte dos regimes das águas que afirmam desenvolvimento econômico pela estagnação das dinâmicas ambientais e sociais (ou, mesmo, sua interrupção), ou da ausência da vivência de seu potencial presente anteriormente.

Há, ainda, considerações duma dinâmica de resistência que perpassa o ecossistema hídrico e da fauna, em especial, nas florestas tropicais, acerca das quais transportemos as dinâmicas digitais e políticas censórias em ambientes densamente diversos, cuja informação tem poder de alcance, sobretudo, transcontinental. Pelo mal a que é atribuída a mera presença de cultura naturezas, a existência

² Acesso público disponível em: <https://11nk.dev/9JdJ6>. Último acesso em: 26 jan. 2023.

do meio ambiente é deslegitimado quando não utilizado para fins exploratórios, territórios e populações igualmente deslegitimadas, como as diversas populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, e dinâmicas de agricultura familiar, que são afetadas diretamente no caso das hidrelétricas sem planejamento socioambiental.

Acerca disso, Esteves (1998) reitera se tratar da ausência da compreensão do impacto cíclico de imensas proporções que acarretam precarizações ambientais locais, pois o desmatamento e a morte dos rios não impactam somente uma geração de um dado território, mas gerações daquele território e de todas as regiões afetadas por suas dinâmicas.

A exemplo das hidrologias, a relação entre floresta atlântica, floresta Amazônica, os rios ciliados que percorrem o país e o mar distante é o que permite uma evapotranspiração que alimenta essas florestas. Em vista disso, a predação em porções de uma floresta, mesmo distante da costa brasileira, representa o enfraquecimento de um sistema continental hídrico inteiro, afetando a vida de centenas de milhares de pessoas, locais e vizinhas, de tempos e espaços distintos. Nessa perspectiva, censuras e violências sociais, sejam incitadas no ecossistema digital ou físico, afetam gerações dessas comunidades, em diferentes lugares do Brasil, incitadas e pulverizadas pelas redes e pelos discursos antidemocráticos.

No caso dos ecossistemas digitais e das censuras infotelecomunicacionais da expressão da diversidade, essa deslegitimação da existência compartilha, além da visão econômica, uma censura à diversidade local. Seguimos pela defesa da democracia, do princípio do Estado Democrático de Direito, que

estrutura a Constituição Federal. Nesse cenário, a democracia moderna, para Eliziane Gama (2023), deve contemplar os requisitos de representatividade cidadão-eleito, num Estado de Direito com alternância de poder e promoção dos direitos fundamentais, tal como a separação em contrapesos dos três Poderes, possível apenas mediante a participação política da sociedade civil e do Estado (composto de representantes daquela), num exercício de pluralismo político de ideias e exercício da cidadania ativa.

Embora esta não inclua o Poder Moderador, o qual, segundo a relatora Eliziane Gama (2023), possibilita ascensão militar como poder equiparável aos três Poderes constitucionais (Legislativo, Executivo e Judiciário), como tanto se confundiu nos períodos de ausência de democracia e instauração de ditadura no Brasil (e suas tensões prévias). A erosão democrática de Eliziane Gama, que cita Mounk (2019) e Zilinsky e Zibblat (2019), acontece como um processo acentuado na década de 2010 com as primaveras árabes e as frustrações das expectativas dos louros comuns da globalização. São medidas sutis e simbólicas com discursos que intensificam narrativas neoliberais através de porta-vozes, como a deslegitimação do próprio sistema democrático, tanto em agentes, poderes, quanto em processo sociotécnico como o voto e sua captação, documentação, análise e apresentação (como do questionamento da legitimidade do voto).

A relatora cita a censura e a repressão aos meios de imprensa como instrumentos de preferência dos governos antidemocráticos, independentemente do alinhamento ideológico, inserida na jovem democracia brasileira, jovem como uma árvore em seu primeiro século de vida. No tocante à manipulação das massas, embasada

nas obras de Hannah Arendt (2012), Eliziane (2023) reitera a adesão da população aos ideais totalitários como frutos de uma alienação pela propaganda numa guerra híbrida das narrativas. Ainda assim, é possível reagir com a comunidade *on-line* em uma cultura pop de resistência cuir num contexto em que as guerras híbridas são ainda mais densas em fluxo e volume com a era da informação?

Trata-se do exercício democrático do Estado de Direito, dos direitos humanos e das cidadãs de nossa comunidade de maneira plural na esfera pública e digital. Para Belting (2007), as relações da imagem estão mais próximas com novas mídias de alcance popular do que com a estrutura de arte culta, da tradição das belas artes dos séculos anteriores, quando voltamos para a perspectiva artística da cultura cuir digital, percebemos a relação de corpo e imagem como essenciais no processo da difusão de informação.

Em consonância com Belting (2007), mídia, imagem e corpo possuem direta conexão política e simbiótica relação do apresentar e representar, disso decorre, talvez, a contínua caça neoliberal ao corpo *queer*, às artes, mesmo que esta seja efêmera como a maquiagem, utilizada nas *performances drags*, por exemplo. Afinal, trata-se, sobretudo, da criação da imagem no espaço social e a representatividade, estas ora voltadas às técnicas de DIY de maquiagem, que aproximam a comunidade, ora por representar os resquícios autoritários conservadores da família tradicional brasileira, que não inclui sociodiversidades.

Os novos conceitos de imagem, a partir da mídia digital, requerem a atenção para com o acesso e a difusão da informação digital, das redes entre imagem coletiva e imagem individual pela conexão

entre imagem e percepção, e percepção do corpo, intermediada pela técnica (Belting, 2007). Nesse sentido, as relações de poder são, historicamente, interligadas aos jogos da imagem, a exemplo da comum retaliação aos artistas pela maneira de representar figuras de poder em pinturas históricas, nossa obsessão com o julgamento da imagem, com o poder político da imagem e da capitalização da imagem não é, senão, mais um conjunto de características da modernidade em sua forma prototípica dos séculos XV e XVI à sua forma densa dos séculos seguintes. São mutações da arte, conforme Paula Braga (2017).

Conforme chama a atenção a relatora e senadora Eliziane Gama, as conspirações das guerras culturais são característica comum à difusão da desinformação e *Fake News*, que inflam as bolhas informacionais dos imaginários das criptocracias para seguidores antidemocráticos. Embora os direitos humanos sejam, por vezes tratados não como direito, mas como orquestra conspiratória cultural. As plataformas digitais foram importante veículo dessa informação e da formação de grupos coesos pela política de agregação pela segregação sustentada pela retórica do ódio, conceito destacado por Rocha (2021) no relatório de Gama – direcionado ao “Marxismo Cultural” que, em um delírio, inclui também a demonização da comunidade LGBT+.

No viés de Couto (1998), a história da ditadura militar e sua abertura política foram, constantemente, transpassadas pelas mídias da televisão, dos rádios e dos jornais – mídias do contexto da pesquisa de Couto – também pela censura artística, assim como pela resistência social, ora noticiada, ora abafada, mas consciente, ao longo

do processo da década de 1980. Na mesma década, o impacto que a organização social pelas múltiplas expressões artísticas e coletivas mostrava-se irreverente à continuidade dos abusos do poder militar e da censura. Ainda que a censura, com frequência, munida dos valores conservadores normativo cristãos duma política dos bons costumes, estendeu-se até o final dos anos de 1980, como revivido por Deonísio da Silva (1989).

Para esse autor, a literatura política assim como literatura *queer* e homoafetiva eram vetadas de circulação, de tal modo que houve a contínua criação artística. Ainda que a censura do Estado e da sociedade civil, engajada no discurso autoritário, conservador e colonial, não impedisse as manifestações artísticas desses tempos, apenas as dificultou numa afronta aos direitos da arte, de artistas e da representação, ora de oposição ao pensamento militar, ora de oposição à cishnorma cultivada nas décadas mais severas da repressão da ditadura brasileira, mantendo-se a vigilância política da época compartilhada por microambientes culturais, mais ou menos, obscuros.

No que tange à participação da mídia da televisão e comunicação em massa, fundamentais aspectos da cultura em seus diferentes fenômenos e eventos entre décadas, tanto em abordagem histórica quanto teórica ao contexto brasileiro, Melo (2004) apresenta a relevância das dinâmicas nacionais e confluentes internacionais, bem como da relação entre tradição e modernidade que compõe e compôs os movimentos midiáticos dos séculos XX e XXI na América Latina e no Brasil.

De maneira complementar e com enfoque na Teoria da Comunicação, Costa (2006) também menciona o impacto da

industrialização e da internacionalização no processo de solidificação das dinâmicas comunicacionais midiáticas no Brasil e na América Latina. Inclusive, por se diferenciar dos panoramas europeus, da Escola de Frankfurt, pela cultura de massa não representar uma alienação, mas um dos aspectos de expressão da diversidade cultural brasileira. Esta que muito se apropria do espaço televisivo para desenhar identidades regionais, locais, em convivência com os momentos cosmopolitas e intensamente influenciados pelos Estados Unidos, fato que é visível, até mesmo, na cultura pop *queer* das *drag queens* no Brasil³, ainda que ressignificadas e transmutadas as multiplicidades das identidades brasileiras.

³ Sobre a performatividade e a arte, como das *drag queens*, uma forma de arte correlacionada com a multimídia e a mídia do corpo “na efervescência cultural dos anos 60 houve uma fase em que a cultura de massa tocou a arte tradicional e a arte tradicional tocou a cultura de massa” (Leopoldo, 2020, p. 221). Em diferentes linguagens, como o cinema, a música, a dança com os *ballrooms* estado-unidenses das décadas seguintes e com as tecnologias infotelecomunicacionais interativas da atualidade, como dos DIY que movem e comovem a comunidade LGBT+ *on-line*. “O ator *drag queen* com suas cores, com seu riso, com o seu salto alto, com toda a sua montagem, vai refletir uma nova forma de estética e envolvimento político que não será desprezada nem no campo acadêmico nem nas micropolíticas transversais, nas micropolíticas do pensamento *queer*” (Leopoldo, 2020, p. 223). As *drag queens* são artistas presentes nas mídias digitais e passam seus ensinamentos por técnicas de maquiagem, de costura, de *performance* musical e teatral, compartilhando suas histórias de vida. Uma personificação do giro tecnológico de Donna Haraway, como ciborgues continuados por Paul Beatriz Preciado (2018), parte de uma tecnocultura que envolve arte, gênero, e um espaço amplo de diálogo e criatividade diversa. A teoria *queer*, o ciborgue e a imaginação política compartilham um pedaço das realidades contemporâneas.

Segundo o relatório de Eliziane Gama, o papel das *Big Techs* é enorme, sendo que, das redes sociais, a mais utilizada pelos usuários brasileiros na primeira metade da década de 2010 é o YouTube (96,4%). Um espaço que contribuiu para a promoção de Fake News diversas, políticas e de saúde, sem ações deliberadas das *Big Techs*, responsáveis pelas plataformas, incluindo anúncios golpistas financeiros que atingiam milhares de famílias, conteúdo verificado pela NetLab da UFRJ⁴ que acarretou processos legais entre o Ministério da Justiça e a Meta. Os debates nas estruturações dos ecossistemas digitais são parte da história recente de nossa política, tecnologia, comunicação e cultura brasileira contemporânea, sem romantismos ou determinismos tecnológicos e sem demonizações tecnológicas.

Vejamos como o ecossistema digital também possui suas resiliências, como, no caso da comunidade LGBT+, comumente atacada, seja pela sociedade civil ou pela dinâmica política da tomada de decisão (e suas implantações, propostas, dissoluções e capilaridades), pela parcela fundamentalista e neoliberal da sociedade brasileira, por meio da representação política e da cultura política nas relações entre tecnologias, cultura pop e do DIY como importante ambiente receptivo para a cidadania, a cooperação e a comunicação democrática diante da vivência crítica entre digitalidade e esfera pública material concreta.

Como contexto de políticas públicas e direito, no trabalho de Pedra (2020) acerca dos direitos LGBT+ no Brasil, vê-se os insistentes entraves, paralisações e ações contrárias aos direitos da comunidade nas políticas públicas brasileiras. Apenas nos últimos 20 anos é que

⁴ Ver: <https://encurtador.com.br/xyFGV> e <https://encurtador.com.br/cpDL3>.

direitos básicos nos são atribuídos pelo Estado, como a união civil, ainda que sob constante ataque de deputados conservadores e fundamentalistas, em especial, em 2023, bem como a criminalização da LGBTfobia, e do direito à retificação de documentos sem laudos médicos que nos veja como doentes.

Uma história de direitos conquistados recentemente e que ainda luta contra um sistema público de saúde discriminatório trata da integração da diversidade em suas necessidades médicas, que não cabem em um sistema, bem como nossa constante luta contra as violências sociais e institucionais das mais diversas expressões em espaços públicos ainda em normalidade e manutenção pelo Estado e sociedade civil intolerante. O problema é a ausência de informação em dados coletados sobre a comunidade LGBT+ ou, mesmo, a informação chegar à sociedade civil sobre seus direitos.

No ambiente do “espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (Corrêa, 1985, p. 9), um espaço urbano capitalista, também digital, evidencia paisagens culturais de segregação social como processo dinâmico e em diálogo com o próprio capitalismo, remontando às cidades capitalistas (Corrêa, 1985). Para uma história LGBT+, apontamentos teóricos de Rocha (2023), história conjunta ao urbano, à construção da vida social, seja por vias essencialistas ou construcionistas, é composta por pontos de conflito, ora retida em um contexto histórico de impermanência das identidades e sua aparente iminente descontinuidade, ora retida em uma tentativa de cronologia pelo estabelecimento de acontecimentos enfáticos e brilhantes na história *queer*. Não seria, justamente, na demanda indisciplinada de

uma história de LGBT+, que se abre a possibilidade do rompimento ao pensamento da cisheteronormatividade? (Rocha, 2023).

Em “Ninguém solta a mão de ninguém, manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades”, Vera Laconelli (*apud* Tainã Bispo, 2019, p. 29) assevera que “crises econômicas criam grandes espaços para manobras políticas e são o elemento incendiário em situações de instabilidade social, marca perene de nossa história, contada como pacífica”. Para Laconelli (2019), pensar solidariamente no Brasil tem sido um dos gestos mais subversivos no tecido da vivência social, isso porque é nesse contexto que experienciamos os direitos compartilhados e em equidade aos cidadãos e agentes da esfera pública, cultural, artística e ambiental.

Referências

AB’SÁBER, Aziz. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARROS, Sulivan. C. O cinema queer brasileiro: o pensamento queer no Brasil a partir dos filmes *Madame Satã* e *Elvis & Madona*. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 29, p. 51-69, jan./jun. 2016.

BELTING, Hans. **Antropología de la imagen**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

BIANCA DellaFancy. Erika Hilton como você nunca viu, DellaMake. **YouTube**, 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Icf0pb2taD0>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BISPO, Tainã, *et al.* **Ninguém solta a mão de ninguém**: manifesto afetivo de resistência pelas liberdades. São Paulo: Claraboia, 2019.

BRAGA, Paula. **Cidade, a política e a mutação da arte**: entre Hélio Oiticica e Cripta Djan. v. 18. São Paulo: Arquitextos, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputada Federal Erika Hilton – PSOL/SP, Presidente da Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+. Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+. Brasília, DF, 17 maio de 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2282599&filename=Tramitacao-REQ%201842/2023. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. Senado Federal. CPMI – 8 de Janeiro – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. **Composição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=2606. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (Instituída pelo Requerimento nº 1, de 2023). Senadora Eliziane Gama. **Relatório Final Aprovado**. Brasília, DF, 17 out. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cglv2>. Acesso em: 17 nov. 2023.

Rios voadores: compartilhamento da técnica artística do DIY no ambiente digital como desmantelamento de represamentos antidemocráticos

CAETANO, Jessica N.; BEZZI, Meri L. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da Cultura. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 23 n. 3, p. 453-466, set/dez. 2011.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Rosa M. C. D; MACHADO, Rafael C; SIQUEIRA, Daniele. **Teoria da comunicação na América Latina**: da herança cultural à construção de uma identidade própria. Paraná: Editora UFPR, 2006.

COUTO, Ronaldo C. **História indiscreta da ditadura e da abertura Brasil**: 1964-1985. Brasília, DF: Record, 1999.

DIAS, R. B. Tecnologias inclusivas e tecnologias engajadas: o que nos ensina o movimento maker? Engenharias e outras práticas, técnicas engajadas. *In*: KLEBA, J. B.; CRUZ, C.C.; Alvear, C. A. S. (org.). **Diálogos interdisciplinares e decoloniais**. v. 3. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022. p. 309-338.

DIVA Depressão. Ep. 1 Corrida das Blogueiras 3: Editorial de Maquiagem Bafo. **YouTube**, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n6yYJnlc-S4&t=2s>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DIVA Depressão. Ep. 1 Corrida das Blogueiras 4: Fashion Film é Trend! com @ArlindoGrundOficial. **YouTube**, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mgmVkJje44&t=3529s>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DIVA Depressão. Ep. 1 Corrida das Blogueiras 5: Combo de Verão das Blogueiras com @Blogueirinha. **YouTube**, 7 nov. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_hCTBtN4aY. Acesso em: 28 nov. 2023.

DIVA Depressão. Edição de janeiro de 2023 do Jornal da Diva. Jornal da Diva: Tretas por ingressos do RBD, estreia e caos no BBB23, Polêmicas na Paris Fashion Week. **YouTube**, 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pMXjOqD-z4Q>. Acesso em: 28 nov. 2023.

DIVA Depressão. Edição de setembro de 2023 do Jornal da Diva. Jornal da Diva: Caos na Fazenda 15, Términos dos Famosos, Alienígena no México. **YouTube**, 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7wdKl9jomvk>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ESTEVES, Francisco de A. **Fundamentos de Limnologia**. Rio de Janeiro: Interciência, 1998.

GERE, Charlie. **Digital Culture**. London: Reaktion Books, 2002.

ILLICH, Ivan. **Tools for Conviviality**. New York: Harper & Row, 1973.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Devires, 2020.

Rios voadores: compartilhamento da técnica artística do DIY no ambiente digital como desmantelamento de represamentos antidemocráticos

LEVIN, I.; MAMLOK, D. Culture and Society in the Digital Age. **Information** 2021, n. 2, v. 12, p. 13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/info12020068>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MELO, José Marques de. **A Esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MOLES, Abraham A. **Sociodynamique de la culture**. Paris: Mouton Paris, 1971.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

MORTES e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NEIMAN, Zysman. **Era Verde?** Ecossistemas brasileiros ameaçados. 12. ed. São Paulo: Atual, 1989.

PEDRA, Caio B. **Direitos LGBT: A LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro.** Curitiba: Appris, 2020.

PRECIADO, Paul. **An apartment on Uranus: Chronicles of the Crossing.** South Pasadena, United States of America, 2018.

PORTAL da Câmara dos Deputados. Íntegra da Reunião da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Lei Dandara – Enfrentamento à LGBTIFOBIA (PL 7292/17) - 17/05/2023. **YouTube**, 17 maio 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/6801>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ROCHA, Cássio Bruno de A. Apontamentos teóricos para uma história LGBTQIA+: uma saída queer para a polêmica essencialismo/construcionismo. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 182, a00723, 2023.

SANT'ANNA, S. M. P; MARCONDES, G.; MIRANDA, A. C. F. A. Arte e Política: a consolidação da arte como agente na esfera pública. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 825-849, dez. 2017.

SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

Rios voadores: compartilhamento da técnica artística do DIY no ambiente digital como desmantelamento de represamentos antidemocráticos

SOUZA, Jessé. **O Brasil dos humilhados**: uma denúncia da ideologia elitista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SCHWARCZ, L. M. . **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TV Senado. Leitura do relatório final da CPMI do 8 de Janeiro – 17/10/23. **YouTube**, 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EQfvRipkSoU>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e a violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119 – 135, jul./dez. 2007.

ZOLBERG, Vera; CHERBO, Joni M. **Outsider art**: contesting boundaries in contemporary culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

**O ciberespaço e as redes sociais como
domínio das apoiadoras de Bolsonaro**

*Victoria Vicente Rodrigues Lopes
Nilton Abranches Júnior*

1 Introdução

Os avanços tecnológicos dos séculos XX e XXI, particularmente, a ascensão da Internet, têm sido um agente de transformação na sociedade, revolucionando os meios de comunicação, as formas de trabalho e de sociabilidade. Esse inovador sistema de comunicação, que se caracteriza por sua interconexão universal mediante redes de computadores interativas, detém o potencial de originar uma multiplicidade de comunidades virtuais, oferecendo a oportunidade de conhecer novos indivíduos que compartilham experiências e opiniões similares.

Junto ao potencial criativo e à capacidade de disseminação de informações no ciberespaço, surgiram possibilidades positivas de uso, mas também uma série de desafios significativos. A proliferação de *Fake News*, o crescimento de discursos de ódio nas redes, a invasão e o vazamento de dados pessoais e entre outros crimes relacionados à cibersegurança são questões que a sociedade ainda necessita de avanços no campo legal.

As mídias sociais têm a capacidade poderosa de atuar como instrumentos que propagam ideologias, posto que “essa tecnologia digital lhes proporcionou a capacidade não apenas de construir discurso de ódio, mas também de disseminá-los para um público muito amplo e de forma instantânea” (Trindade, 2022, p. 77). As redes sociais, portanto, exacerbam e tornam mais complexas várias questões

sociais. Isso é ilustrado pela rivalidade política e a agitação nas redes durante a campanha presidencial no Brasil em 2018. Tendo como marca a desestabilização e a oposição aos movimentos sociais, pela propagação de desinformação nas redes sociais, o governo Bolsonaro soube utilizar, estrategicamente, as ferramentas do ciberespaço para difundir seus planos de tomada do poder.

A Geografia, como campo científico que estuda os fenômenos espaciais e suas interações, tem uma relação intrínseca com o ciberespaço. Esse espaço, originado da rede de interconexão de computadores, transcende as barreiras geográficas do mundo físico, possibilitando, assim, a comunicação e a interação entre indivíduos localizados em diferentes partes do globo. Em virtude disso, este estudo teve em vista construir uma discussão teórica à luz da Geografia sobre o ciberespaço, uma vez que o consideramos um local privilegiado para favorecer e desenvolver a manifestação de ideias e crenças.

Entendendo esse espaço nas redes como um espaço potencial para a disseminação de discursos fundamentalistas religiosos, até mesmo aqueles que são aparentemente contraditórios ou conflitantes entre si. Isso é evidenciado pelo movimento “Mulheres com Bolsonaro”, em que, apesar das declarações fundamentalistas de Bolsonaro, inclusive, em relação às mulheres, ele foi eleito presidente no segundo turno, com o apoio significativo de mulheres conservadoras.

Para esmiuçar o tema, este trabalho está organizado em três partes. A primeira delas “Ciberespaço e as plataformas de redes

sociais” tem como intuito abordar o conceito de ciberespaço e de sua importância para o desenvolvimento de uma cibercultura no cenário de uma sociedade da informação. Para isso, baseamo-nos nos trabalhos dos filósofos Pierre Lévy (1996, 1999) e de Byung-Chul Han (2022). Tratando do ciberespaço, sob uma perspectiva geográfica, alicerçamo-nos nos geógrafos Guilherme Silva (2013), Carlos Alberto F. da Silva e Michéle Tancman (2009). Ao tratar da formação de ciberterritórios no ciberespaço e sua relevância para a ciberdemocracia, embasamo-nos nos trabalhos da comunicadora social Maria Carvalhal (2010), do cientista econômico Rubens Staloch e do comunicador social Clóvis Reis (2015) e nos geógrafos Ivan Pimentel, Jeziel Silva e Letícia Silva (2022).

Na segunda parte, “Neoconservadorismo no Brasil”, tivemos a intenção de abordar o cenário brasileiro de emergência de grupos fundamentalistas e neoconservadores na política brasileira. Para isso, revisitamos a produção dos autores Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione e Maria das Dores Campos de Machado (2020), do historiador brasileiro Joanildo Burity (2018) e do cientista social Ronaldo de Almeida (2019). Por fim, na última parte, “Mulheres com Bolsonaro: um ciberterritório conservador no *Facebook*”. Para a análise qualitativa do grupo, foi necessária a construção de um perfil falso na rede do *Facebook*, considerando que somente mulheres conservadoras podem ter acesso ao espaço da rede. A partir disso, tratamos de caracterizar, esquematizar e analisar o perfil das mulheres bolsonaristas e suas pautas de discussões e como elas se colocam perante as discussões políticas sob um viés conservador cristão.

2 Ciberespaço e plataformas de redes sociais

O conceito de ciberespaço foi introduzido por William Gibson em 1984 através de seu influente romance de ficção científica, *Neuromancer*. Esse trabalho é reconhecido como fundamental para o desenvolvimento da cultura *cyberpunk* e cibernética na literatura e na sociedade. Em sua obra, Gibson apresenta o ciberespaço como um ambiente separado do mundo real, descrito como um retrato, ou seja, uma representação virtual da sociedade, na qual a informação flui por meio de uma consciência coletiva.

Nesse ambiente, grandes empresas e corporações disputam o controle e o acesso à informação. As leis da Física que governam o mundo real não se aplicam ao ciberespaço, permitindo a manipulação de códigos e informações através da mente humana, além da criação e destruição de identidades virtuais.

A Internet inaugura um meio de comunicação viabilizando relações que independem do tempo e de um espaço concreto. Esse novo meio de comunicação é conceituado pelo filósofo francês Pierre Lévy como ciberespaço. Esse espaço de possibilidades infinitas, que contribui para a democratização do conhecimento, é composto por uma infraestrutura material que abrange, também, os usuários das redes, as informações e os dados por eles compartilhados. No entanto, da mesma maneira que o ciberespaço tem o potencial de ampliar o acesso à informação, também pode ser utilizado com fins ideológicos, isto é, para distorcer a verdade e promover agendas particulares (Lévy, 1999).

Partimos da concepção de ciberespaço como dimensão socioespacial da sociedade em rede, cujas relações sociais são definidas a partir dos fluxos (Silva e Tancaman, 1999) e dimensão da realidade complexa que as sociedades humanas contemporâneas construíram a partir de sua relação com a natureza (Silva, 2013). Carlos Alberto F. da Silva e Michéle Tancman (2009) concebem o ciberespaço como uma manifestação material inovadora dos progressos da sociedade da informação. É frequente, nas produções acadêmicas, a concepção do ciberespaço (intangível, imaterial) como um contraponto ao espaço geográfico concreto. Tal perspectiva decorre de uma visão idealista do tempo e do espaço, que, para se legitimar, considera apenas a materialidade espacial.

Guilherme Silva (2013) considera o ciberespaço como uma dimensão da complexa realidade construída pela sociedade em sua interação com a natureza, no qual diversos territórios são estabelecidos, com cada grupo ou indivíduo buscando expandir, continuamente, suas áreas de influência. Para o autor, “essa geografia é dinâmica, feita de fluxos informacionais que permitem a fluidez entre os nós da rede, transmitindo informações, valores (monetários ou morais), culturas, ideias, ideologias” (Silva, 2013, p. 15).

Sua concepção de ciberespaço baseia-se nas formulações do geógrafo Milton Santos (2002), isto é, “estudar o ciberespaço é estudar a questão das técnicas, enquanto elemento cultural de intervenção no espaço e ponte entre o humano e o natural” (Silva, 2013, p. 46). Dessa maneira, torna-se necessário entender que o ciberespaço constitui uma dimensão da realidade, uma vez que “ele não inaugura

uma nova realidade, ele amplia o espaço da realidade que é única, potencializando o humano que o constitui” (Silva, 2013, p. 47).

Quando se trata de troca de informações, cada usuário do ciberespaço, de acordo com Lévy (1996), é um potencial emissor e receptor. Por meio das tecnologias digitais, a informação digital tem se consolidado como um insumo fundamental para o mundo econômico, científico e social, bem como para as transformações induzidas pela tecnologia nas formas de existência, isso porque “é pela circulação (compartilhamentos, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui” (Dias, 2018, p. 29). Segundo Byung-Chul Han (2022, p. 8), vivemos hoje o regime da informação, “forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos”.

Dessa maneira, desenvolve-se uma espécie de infocracia, na qual as informações são utilizadas para a vigilância psicopolítica e para a previsão do comportamento individual. Em nossa sociedade, a desconfiança generalizada aos fatos e às informações prevalece num cenário que se torna cada vez mais difícil distinguir entre o que é verdade e mentira.

A infinitude das possibilidades do ciberespaço cria um sentimento de liberdade aos seus usuários. Diante disso, Han (2022, p. 9) assevera que o “sujeito submisso do regime de informação não é nem dócil, nem obediente. Ao contrário, supõe-se livre, autêntico e criativo. Produz-se e se performa”. Associado à volatilidade das informações e a pouca preocupação com as fontes e a veracidade de notícias, cria-se um espaço oportuno para a disseminação de

desinformação, isto é, *Fake News*, assim como um espaço propício para testar os limites da liberdade de expressão (Faustino, 2018). O autor apresenta cinco características das redes sociais que propiciam a criação e divulgação de *Fake News*:

1. aglutinação de pessoas vinculadas por problemas e interesses em comum, principalmente, na forma de comunidades, grupos, canais e fóruns;
2. exposição da vida recortada/mascarada, uma espécie de espetacularização do conteúdo para garantir sua visibilidade;
3. individualismo em rede, mesmo em um ambiente que estimula a interação coletiva;
4. criação e difusão de informação através das conexões entre os atores; e
5. criação de perfis falso.

Em vista disso, considerando que os sujeitos tendem a se agrupar por afinidades, ideologias, pensamentos, tribos, seja no mundo real ou nas redes sociais, formam-se múltiplos territórios e grupos sociais que buscam expandir seu domínio por meio dos fluxos informacionais disposto pelas redes (Silva, 2013).

Entendemos, dessa maneira, que há a constituição de ciberterritórios, isto é, através da interação social intermediada pelas redes e conexões, constituem-se espaços virtuais que se desenvolvem a partir de mídias sociais. Da mesma maneira que no território material, é preciso considerar as estratégias de uso e manutenção do ciberespaço, tais interesses, ações e conflitos sociais influenciam a constituição de múltiplas territorialidades (Carvalho, 2010; Keller; Araújo e Corso, 2015; Staloch e Reis, 2015; Pimentel; Silva e Silva, 2022).

De acordo com Carvalho (2010), a apropriação de ciberterritórios por movimentos sociais abre espaço para a utilização das redes como espaço de luta e dimensão participativa, surgindo desse cenário o conceito de ciberdemocracia. Assim, o ciberespaço pode ser considerado um local privilegiado para favorecer e desenvolver a manifestação de ideias, opiniões, crenças e convicções políticas. O ciberespaço, conforme Silveira (2014), tem se desenvolvido de maneira crescente e complexa, tornando-se um ambiente no qual as religiões e os fenômenos religiosos manifestam afiliações, crenças religiosas e políticas.

Trataremos, a seguir, da onda neoconservadora no Brasil e como ela está situada no contexto da sociedade da informação.

3 Neoconservadorismo no Brasil

O termo fundamentalismo religioso tem sido utilizado para classificar posturas intolerantes e fanáticas em relação à cultura secular, assim como a idealização de um passado místico e o projeto de reconstrução de ordem moral para a sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial, o fundamentalismo religioso acompanha a expansão capitalista estadunidense, internacionalizando-se, e penetra no protestantismo latino-americano, principalmente, entre as camadas mais populares mediante a atuação de quatro grupos: igrejas evangélicas, Igreja Católica, ONG/movimentos populares e narcotráfico (Cunha, 2020).

Os autores Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione e Maria das Dores Campos de Machado (2020,) em “Gênero, neoconservadorismo

e democracia”, propõem cinco dimensões para identificar as características contemporâneas do neoconservadorismo:

1. as alianças entre setores evangélicos e católicos se alinham a entidades empresariais, militares e proprietários de terras, gerando novas estratégias políticas;

2. a intensa legalização da moral, grupos religiosos transportaram suas questões morais para o âmbito jurídico e político, visando combater os movimentos feministas e LGBTQIAPN+;

3. a atuação maximizada dos neoconservadores em contextos democráticos para permanecerem influentes;

4. a transnacionalização do neoconservadorismo, cujas ações coordenam sua agenda, estratégias e discursos por meio de campanhas e encontros globais; e

5. a conexão entre neoconservadorismo e neoliberalismo utiliza o tema da família para despertar inseguranças em um cenário marcado pelos efeitos de políticas neoliberais que limitam investimentos do estado em prol do equilíbrio fiscal.

No cenário político brasileiro contemporâneo, observa-se uma ascendente tendência conservadora de extrema-direita. Tal panorama já havia sido antecipado após os resultados do primeiro turno das eleições ocorridas no domingo, 5 de outubro de 2014, conforme apontado pelo professor e político brasileiro Guilherme Boulos em seus escritos subsequentes para o jornal Folha de São Paulo¹:

¹ BOULOS, Guilherme. Onda Conservadora. **Folha de São Paulo**, 9 out. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/UgrZE>.

O último domingo revelou eleitoralmente um fenômeno que já se observava ao menos desde 2013 na política brasileira: a ascensão de uma onda conservadora. Conservadora não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita (Boulos, 2014).

Tal cenário culminou em um golpe que resultou no impedimento do mandato da então presidenta da República. O discurso que evoca a família se destacou, notavelmente, no cenário político brasileiro durante a votação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. As justificativas apresentadas pelos deputados se alinhavam à defesa da família tradicional, da moralidade e dos bons costumes (Burity, 2018).

No ano de 2018, a candidatura de Jair Messias Bolsonaro para as eleições presidenciais concretizava o projeto de centralidade do poder com orientação cristã-conservadora. Segundo Ronaldo de Almeida (2019), a campanha de Bolsonaro já estava em processo de construção, estabelecendo uma ligação com o segmento cristão. É o caso do apoio público no Facebook do bispo Edir Macedo e, conseqüentemente, da Igreja Universal do Reino de Deus e de sua rede de televisão, a Record. Bolsonaro também teve apoio do pastor Silas Malafaia e de sua rede de igrejas Assembleia de Deus Vitória em Cristo, responsável, inclusive, de realizar a cerimônia de casamento do então candidato. Malafaia ainda declara “o grande erro da esquerda foi ter ido com muita sede ao pote para apoiar os temas morais que o cristão rejeita”.

O pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, também declarou apoio: “de todos os candidatos, o único que fala o idioma do evangélico é Bolsonaro. Não podemos deixar a esquerda voltar ao poder” (Abbud, 2018)². Dessa forma, as lideranças religiosas indicam aos seus fiéis que Bolsonaro era o candidato que estava alinhado com os valores e as causas cristãs, isto é, o representante de sua cosmovisão e defensor de um modelo de família pouco ou nada lhe interessando temas progressistas.

Ademais, uma característica marcante dessa ideologia, que se materializava como poder de governo, é a desestabilização e a oposição aos movimentos sociais, realizada por meio da disseminação de desinformação nas redes sociais. Durante as eleições de 2018, uma pesquisa do Datafolha³, realizada em 2 de outubro com 3.240 eleitores em 225 municípios brasileiros, revelou que 81% dos eleitores de Jair Bolsonaro eram usuários de redes sociais, em comparação com 59% dos eleitores de Fernando Haddad. Além disso, os eleitores de Bolsonaro apresentaram taxas mais altas de leitura e compartilhamento de notícias sobre política e eleições no WhatsApp (57%) e no Facebook (61%). A campanha de Bolsonaro utilizava-se dos recursos das mídias sociais, ao passo que os eleitores, atuando como repetidores, recebiam e disseminavam as notícias da campanha, resultando em uma proliferação de informações, algumas das quais descontextualizadas ou falsas (Almeida, 2019).

² ABBUD, Bruno. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos. **O Globo**, 6 out. 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4veOc>.

³ DATAFOLHA: quantos eleitores de cada candidato usam redes sociais, leem e compartilham notícias sobre política. **G1**, 3 out. 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CY0Q6>.

A pesquisa do Datafolha também revelou a evolução da intenção de voto feminino no 1º turno das eleições presidenciais. Em agosto, Jair Bolsonaro (PSL) tinha 14% da intenção de votos femininos, enquanto Fernando Haddad (PT) tinha apenas 3%. Em outubro, a intenção de voto para Bolsonaro subiu para 27%, enquanto a de Haddad atingiu 22% em setembro, mas caiu para 20% em outubro. Isso indica que, apesar de certas críticas, muitas mulheres se identificaram e apoiaram as pautas conservadoras promovidas por Bolsonaro. As mulheres conservadoras, alinhadas ao pensamento fundamentalista, aceitam e reproduzem o papel designado a elas nesse sistema religioso, perpetuando os princípios do patriarcado, um sistema de relações hierárquicas com supremacia masculina. O Movimento Mulheres com Bolsonaro é um exemplo específico disso.

4 Mulheres com Bolsonaro: um ciberterritório conservador no Facebook

A conjuntura que se desenvolveu no Brasil pós-golpe de 2016 abriu espaço para o crescimento de percepções sexistas com a ascensão de grupos conservadores e de extrema-direita na política brasileira. Aguiar e Pereira (2019) analisaram declarações polêmicas nos primeiros nove meses do governo Bolsonaro, percebendo que existia um reforço de uma ideologia patriarcal que fomentava práticas e discursos políticos para limitar a compreensão da sociedade em relação ao gênero. Dessa forma, a busca por direitos das mulheres e o combate ao patriarcalismo foram tornados sinônimos de ódio aos homens e à família, fomentando o debate antifeminista e a

aversão à palavra feminismo, em razão disso mulheres feministas são, constantemente, atacadas por líderes religiosos.

Em consonância como o cenário antifeminista, surgiu, em 2018, o movimento “Mulheres com Bolsonaro” (MCB) em oposição ao movimento “Mulheres unidas contra Bolsonaro” (MUCB), conhecido pela mobilização que ficou marcada pelo jargão “Ele não”. O grupo do Facebook do MUCB criado em 11 de setembro de 2018, com menos de uma semana de criação, alcançou 2 milhões de membros. Já o MCB reúne apoiadoras do governo e da figura de Jair Messias Bolsonaro.

O movimento em questão possui diversos grupos no Facebook que levam o mesmo nome, sendo o “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)” o mais expressivo em números, composto por mais de 1,4 milhão de mulheres. As postagens e os posicionamentos das apoiadoras do governo podem ser acessadas fazendo parte de comunidades privadas nas redes. O grupo bolsonarista é privado, sendo permitida apenas a entrada de mulheres que estejam alinhadas ao projeto e às pautas do governo. Até houve a tentativa de entrar no grupo com o perfil original da autora, no entanto, foi imediatamente negada a sua participação. Uma vez negada a solicitação, não era mais possível encontrar o grupo pela busca da plataforma, como se tivesse ocorrido uma espécie de banimento. Levando isso em consideração, foi preciso dedicação de tempo para criar um perfil *fake* que fosse o mais verídico possível de uma mulher bolsonarista e cristã.

O Grupo “Mulheres Com Bolsonaro (OFICIAL)” já teve duas biografias⁴ ao longo de sua existência. A primeira, que vigorou até

⁴ Espaço para o usuário ou grupo falar sobre si mesmo, seu trabalho ou inserir as informações que desejar.

outubro de 2018, caracterizava a comunidade como destinada a uma noção do senso comum sobre o que se entende por “mulher de fibra” e que defendiam o “capitão” e rechaçava o feminismo. Na segunda biografia, que vigorou até janeiro de 2023, alinha a visão do grupo a um posicionamento conservador, principalmente, cristão, remetendo a pautas que consideram patrióticas e em defesa da família tradicional. Atualmente, o grupo está arquivado, o que significa que não é possível adicionar novos membros ou fazer novas publicações. Entretanto, todas as postagens anteriores permanecem disponíveis no espaço virtual.

Tal atitude ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, temendo retaliações e investigações policiais decorrentes de atos terroristas e golpistas realizados por apoiadores de Bolsonaro contra os edifícios do Governo Federal em Brasília. Para dissimular a tendência antidemocrática presente em numerosas publicações, o grupo passou por uma reformulação. Agora, denomina-se “Receitas de Bolo Brasil Original”. A capa do grupo foi modificada e apresenta um bolo adornado com a imagem da bandeira nacional, uma alusão simbólica à apropriação feita pelos apoiadores de Bolsonaro. Além disso, qualquer menção a Bolsonaro foi removida de sua biografia, que agora contém a frase “juntas fazendo novas receitas”.

Quadro 1 – Perfil das administradoras e moderadoras do MCB

ADMINISTRAÇÃO							
Identificação	Idade aprox.	Estado civil	Filhos	Religião	Cor	Profissão	UF
Admin 1	38	Casada	Sim	Não identificada	Branca	Não identificada	Rio de Janeiro
Admin 2	26	Casada	Sim	Não identificada	Branca	Estudante	Paraná
Admin 3	52	Solteira	Não	Católica	Branca	Bibliotecária	Mato Grosso do Sul
MODERAÇÃO							
Identificação	Idade aprox.	Estado civil	Filhos	Religião	Cor	Profissão	UF
Mod. 1	35	Casada	Sim	Não identificada	Preta	Não identificada	Bahia
Mod. 2	35	Solteira	Sim	Evangélica	Branca	Não identificada	Minas Gerais
Mod. 3	50	Solteira	Sim	Evangélica	Branca	Consultora de vendas	São Paulo
Mod. 4	25	Solteira	Sim	Evangélica	Preta	Não identificada	Rio de Janeiro
Mod. 5	43	Casada	Sim	Evangélica	Branca	Pastora/nutricionista	Rio de Janeiro
Mod. 6	30	Casada	Sim	Evangélica	Branca	Estudante de Adm.	São Paulo
Mod. 7	30	Solteira	Sim	Não identificada	Branca	Secretária	Rio de Janeiro
Mod. 8	60	Casada	Sim	Evangélica	Branca	Não identificada	Santa Catarina

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Conforme indicado no Quadro 1, a maioria das administradoras e moderadoras são mulheres brancas, com uma idade média de 38 anos, cristãs, casadas e com filhos. Residem, predominantemente, em grandes metrópoles, com uma concentração notável na região Sudeste do Brasil. Além de sua atuação nas redes sociais, em que veiculam discursos de ódio e antidemocráticos, essas mulheres também participam, ativamente, de eventos e mobilizações nas ruas.

As regras desse grupo evidenciam a constituição do grupo MCB como um ciberterritório delimitado pelo poder das administradoras e moderadoras, que regulam quem vai entrar no grupo (somente aquelas que se adequam ao perfil mulher conservadora cristã), as publicações que serão postadas (passando, primeiramente, pelo crivo das moderadoras de conteúdo) e o tipo dessas postagens (se geram engajamento e o interesse dos membros). As administradoras do grupo exercem controle sobre a forma de interação, estabelecendo que o espaço não é destinado ao debate de ideias, mas, sim, um local de apoio e divulgação, não sendo um espaço crítico.

Em nossa análise, o grupo do MCB espelha o ambiente concreto habitado por essas mulheres, ou seja, espaços conservadores em que o debate e o questionamento das regras e normas de funcionamento, especialmente, aquelas impostas às mulheres, não são permitidos. Mesmo em um grupo que, teoricamente, deveria incentivar o debate e a diversidade de pontos de vista, a crítica não é permitida, prevalecendo apenas a obediência. A seguir, no Quadro 2, trataremos de elencar e esquematizar as principais pautas de discussão e mobilização políticas das apoiadoras bolsonarista, utilizando como fonte os comentários do grupo Mulheres com Bolsonaro.

Quadro 2 – Pautas de discussões e mobilizações das MCB

Pautas discutidas	Discursos prevalentes	Apontamentos
<p>Antifeministas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Feministas “não se dão ao respeito” - Feministas são relaxadas, feias e fedorentas - Feminismo = machismo - Feministas abominam homens 	<p>A concepção de feminismo, baseada em falácias do senso comum, é posta, com frequência, em um patamar de igualdade com o conceito de machismo. A partir desses construtos sociais, acredita-se que as feministas rejeitam o papel bíblico atribuído à mulher de submissão à figura masculina, o que implica renunciar a forma tradicional de família. Ao rejeitar esse papel e pregar sua liberdade sexual, as feministas lutariam para a perversão da figura feminina.</p>
<p>Contra corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil destruído pela corrupção/ O PT destruiu o Brasil - Bolsonaro vai salvar o Brasil da corrupção 	<p>Os ataques neoliberais à sociedade e à justiça social têm sido, frequentemente, associados às iniciativas para desmantelar e degradar o estado de bem-estar em nome de indivíduos livres e responsáveis. O discurso anticorrupção é utilizado como instrumento para atacar as instituições públicas, visando reestruturar o Estado e as instituições públicas com base nos princípios do neoliberalismo. Isso implica a manutenção do poder por aqueles que, historicamente, detiveram-no, resultando em um aumento da desigualdade social, da pobreza, da precarização do trabalho e da diminuição das políticas públicas e sociais.</p>
<p>Contra “ideologia de gênero”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Menina veste rosa, Menino veste azul - Deus fez homem e mulher - Sem ideologia de gênero e com educação moral e cívica 	<p>O discurso cristão e bolsonarista expressa críticas à “ideologia de gênero”, rejeitando a noção de que a identidade de gênero é construída social e culturalmente, dissociada do sexo biológico. Essa perspectiva é vista como uma violação do que foi estabelecido por Deus em Gênesis 1:27, em que se afirma que Deus criou o homem e a mulher à sua imagem. A partir da perspectiva bíblica, eles acreditam que a concepção construída de gênero questiona e aponta imperfeições nas obras de Deus. Tecendo críticas, principalmente, ao espaço escolar, defendem que a escola deve ser um espaço disciplinador, que ensina os princípios da moralidade e os deveres patrióticos ao cidadão.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O Quadro 2 apresenta uma análise dos discursos prevaletentes entre as mulheres que apoiam o presidente Jair Bolsonaro, identificando as pautas discutidas e os apontamentos antifeministas contra a corrupção e contra a “ideologia de gênero”. Estes estão baseados em falácias do senso comum, distorções históricas e teorias da conspiração, que visam deslegitimar as lutas sociais e os movimentos de esquerda. Identificamos, também, a prevalência de uma concepção de feminilidade submissa, patriarcal e heteronormativa, que rejeita qualquer forma de diversidade e emancipação das mulheres, contribuindo para a manutenção de uma ordem social excludente, opressora e desigual.

5 Considerações finais

Com base no percurso teórico desenvolvido neste estudo, compreendemos o ciberespaço das plataformas de redes sociais como uma importante ferramenta de comunicação e de interação social que possibilitou a constituição de redes virtuais em escala global. No entanto, como uma ferramenta, essa também pode ser utilizada para fins sociais, benéficos ou maléficos, em especial, quando empregada com objetivos ideológicos e políticos. Em relação ao cenário brasileiro, as plataformas de redes foram, estrategicamente, utilizadas para difundir informações e conteúdos falsos durante o período eleitoral de 2018 e ao longo do governo Bolsonaro.

Nesse cenário, encontra-se o movimento Mulheres com Bolsonaro, que se caracteriza por defender valores religiosos, familiares e patrióticos. A partir da análise dos discursos e das práticas desse

grupo, identificaram-se as principais características do pensamento fundamentalista, do familismo e do antifeminismo, que permeiam a sua visão de mundo. Os resultados prévios da pesquisa revelaram que o grupo MCB reproduz uma lógica de dominação e controle do corpo e da sexualidade feminina, baseada em uma interpretação literal e dogmática da doutrina religiosa.

Essa lógica se manifesta tanto na esfera privada, na qual as mulheres são submetidas ao papel de esposas, mães e donas de casa, quanto na esfera pública, em que elas são excluídas ou discriminadas por sua condição de gênero. Além disso, o grupo MCB também se posiciona contra as demandas e as conquistas dos movimentos sociais, particularmente, os movimentos feministas e LGBTQIA+, vistos como ameaças à ordem natural e à divina da família heteronormativa.

Referências

AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos**, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gjvOV>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos: CEBRAP, [S.l.]**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In*: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalistas: análises conjunturais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018. p. 15-66.

CARVALHAL, Márcia Maria Britto Pimentel. **A territorialidade e a dimensão participativa na ciberdemocracia: o caso do fórum social mundial**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2010.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020. 62 p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hlySV>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes, 2018.

FAUSTINO, André. **Fake News e a liberdade de expressão nas redes sociais na sociedade da informação**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Sociedade da Informação) - Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

KELLER, Daniel Gevehr; ARAÚJO, Denise Castilhos de; CORSO, Aline. Ciberterritórios e masculinidades: o papel do “discreto” no aplicativo scruff. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 27, p. 153-179, jan. 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3347>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LÉVY, Pierre. **O que é Virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

PIMENTEL, Ivan Ignácio; SILVA, Jeziel Silveira; SILVA, Letícia Gonçalves Marques da. O medo urbano e o protagonismo dos t-lovers no ciberterritório: o fim do território de prostituição de travestis no bairro da glória? **Geografar: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 183-207, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/81695>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

SILVA E MICHÉLE TANCMAN, C. A. F. da. A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota. **GEOgraphia**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 55-66, set. 2009.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Tradicionalismo católico no ciberespaço: juventude, política e espiritualidade. **Ciências da Religião: História e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 20-42, 29 out. 2014. Disponível em: <https://abrir.link/JuzTG>. Acesso em: 30 set. 2023.

STALOCH, Rubens; REIS, Clovis. A mediação das relações sociais nas redes sociais virtuais: do ciberespaço ao ciberterritório. **Estudos em Comunicação**, [S.l.], n. 20, p. 31-52, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.20287/ec.n20.a02>

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. 176 p. (Feminismos Plurais).

**Ciberqueerizando autorias LGBTQIA+ na
cibercultura: ressignificando currículos**

*Fábio dos Santos Coradini
Edméa Oliveira dos Santos*

1 Introdução

A cibercultura compreendida como a cultura contemporânea do nosso tempo, mediada pelo digital em rede e mobilizada por fenômenos e acontecimentos sociotécnicos, que emergem do território para o ciberespaço e vice-versa, permitiu aos “praticantes culturais” (Certeau, 1994), imersos no *on-line*, criarem, compartilharem, reconfigurarem, produzirem, cocriarem e subverterem suas práticas, artefatos, atos, autorias, expressões e interseções na rede.

De acordo com Santos e Rossini (2017, p. 37), “na atualidade, vivenciamos *novasoutras*¹ práticas culturais com o digital em rede somado a mobilidade conectada”, isso significa que estamos conectados ao ciberespaço com dispositivos móveis e produzindo na cidade. A partir desse cenário dinâmico, o nosso trabalho se desenvolve nas implicações e nas sobreimplicações das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC), criado no ano de 2007 e liderado pela Prof.^a Dra.^a Edméa Oliveira dos Santos.

Inicialmente, o GPDOC integrou a linha de pesquisa “Cotidianos, redes educativas e processos culturais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) até o ano de 2018. A partir de 2019, o referido grupo

¹ Esse modo de escrever este e outros termos foram “*ensinadosaprendidos*” com Alves (2001).

migrou para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), estabelecendo-se na linha de pesquisa 1, “Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc).

Nessa seara, compreender os fenômenos sociotécnicos, desenvolver metodologias de pesquisa, projetos de pesquisa e aprendizagem, desenvolver currículos e integrar a pesquisa acadêmica da sala de aula e dos saberes docentes são objetivos basilares que fundamentam o trabalho do GPDOC, permitindo, assim, consolidarmos os estudos da cibercultura como um campo epistemológico.

Ao apreender que a cibercultura e sua forma se materializam na produção cultural e nos fenômenos sociotécnicos que emergem da relação entre os seres humanos e os objetos em conexão com a Internet (Santos, 2014), notamos que as pessoas se apropriavam de um território informacional e tecnológico capaz de produzir sentidos, expandido a autoria, inovando e criando uma outra relação com o “estar na rede”.

Corpos diversos, digitalizados, plurais, conectados, interconectados, coloridos, emergentes, abjetos, esquecidos, inconvenientes, emblemáticos, persistentes, resistentes, excluídos, destituídos, *on-line* e *off-line*, síncronos e assíncronos vivem a rede dentro de seus limites e exaltam a sua presença nela. Dessa forma, como podemos pensar em uma cibercultura que, socialmente, possa abranger, atingir, envolver, abraçar, compreender, aconchegar e multirreferenciar a diversidade?

Nesse jogo de palavras, Borba (2001) explica que ser multirreferencial significa manter essa “pluralidade de linguagens”

viabilizadora de um olhar complexo que se sintoniza e exercita o outro a percebê-la. Mediante esse jogo, percebemos, na Internet, a autorização de corpos *queer* tornando a sua existência possível. A cibercultura *queer* retrata o que Barbosa (2008) denomina “fio da navalha”, ou seja, aquele lugar tênue e limiar que emerge, muitas vezes, no caos e no silêncio que não silencia, pois os ruídos se pronunciam como linguagem da existência.

Conectamo-nos à compreensão de Borba (1998, p. 17), para o qual “precisamos sair do conforto das metodologias prontas. É o fazer ciência, o criar, o construir ciência que definirá a ‘composição’ (a bricolagem) metodológica”. Optamos pela metodologia pesquisa-formação (Santos, 2014), visto que entendemos que o trabalho do pesquisador se insere em avançar no fenômeno com um olhar de apropriação e criticidade, respeitando os riscos e as incertezas presentes, mas também permitindo se formar e autoformar-se no processo. Corroborando com Santos (2019, p. 20), trata-se, pois, de um método consolidado de pesquisa, o qual reconhecemos que nossa autoria se encontra, exatamente, na atualização de sua prática no contexto de docência na cibercultura.

Dessa forma, a pesquisa-formação como metodologia deste trabalho se propôs a compreender as relações interseccionais de gênero e sexualidade, que se iniciam a partir das autorias de pessoas LGBTQIA+² na cibercultura, e a identificar como seus processos

² Muitos são os termos utilizados para adequar a diversidade sexual e de gênero. Renan Quinalha, em seu livro Movimento LGBTI+, lançado em 2022, afirma que, historicamente, foram muitas as formas assumidas pela “sopa de letrinhas” para dar nome à comunidade: movimento homossexual brasileiro (MHB); *gays*, lésbicas e simpatizantes (GLS); *gays*, lésbicas e travestis (GLT); *gays*, lésbicas, bissexuais e travestis (GLBT);

formativos atravessam a sala de aula, a partir da concepção de um currículo *queer* e que seja existente na diversidade que compõe o território escolar.

Portanto, mediante essa contextualização, buscamos assimilar como a cibercultura e sua relação com as questões de gênero propicia entender quem são os corpos *queer* que se apresentam no ciberespaço, produzem conhecimento científico por meio de suas autorias e que são capazes de articular o currículo, mobilizando saberes no campo da formação.

Sendo assim, este artigo foi organizado em quatro seções: a introdução visa apresentar e contextualizar o leitor acerca do que é a cibercultura e qual a sua relação com os estudos *queer*; a segunda denominada “O *queer* na cibercultura” avança para uma discussão densa sobre o que representa o *queer* como identidade de gênero e qual a sua relação dentro do contexto da cibercultura; na terceira “Ciberqueerizando a autoria LGBTQIA+ no currículo”, buscamos, didaticamente, envolver nosso leitor com o método queerizar e iniciamos a teorização sobre o conceito de autoria e sua aglutinação nas produções científicas autorais de pessoas LGBTQIA+; e, na conclusão, dialogamos com um conceito muito importante desenvolvido por uma pesquisadora trans, Thiffany Odara, denominado pedagogizando a desobediência no currículo, para que possamos, justamente, apreender a relevância de trabalharmos em nossas salas de aulas epistemologias LGBTQIA+, permitindo o reconhecimento de sujeitos, muitas vezes, negligenciados na arena escolar.

lésbicas, *gays*, bissexuais e travestis (LGBT), LGBTQI+ (incluindo pessoas intersexo), LGBTQIA+ (incluindo pessoas *queer* e assexuais) etc. Assim, optaremos por conduzir o texto sob o uso da sigla LGBTQIA+.

2 O *queer* na cibercultura

A palavra inglesa *queer*, preliminarmente, tinha uma acepção de insulto e servia para nomear o extravagante, no sentido do que vaga fora da normalidade (Leopoldo, 2020). No Brasil, a palavra *queer* chegou em meados do ano de 2001, introduzida no contexto científico pela professora Guacira Lopes Louro, Doutora em Educação e hoje Professora Titular aposentada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O artigo intitulado “Teoria *Queer* – uma política pós-identitária para a educação” foi publicado na revista Estudos Feministas e tornou-se um dos marcos possíveis da constituição dos estudos *queer* no Brasil.

Em consonância com o filósofo João Paulo de Lorena, o *queer* não é uma identidade ou representação, uma vez que se trata de uma posição de contestação aos regimes de poder que produzem a identidade e a diferença. Como *queer*, percebo a magnitude do termo, visto que, na minha concepção, refere-se a um modo de vida, uma estética que me permite existir, transitar nas fronteiras, adentrar as brechas e instalar-me no mundo a partir da minha complexidade humana. Assumir-se *queer* significa deslizar das formas-aprisionantes desafiando a estabilidade da existência, assim como teoriza Louro (2001), afirmando que *queer* representa, claramente, a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.

A cibercultura permitiu que, para além dos estudos *queer*, os “*queers*” (pessoas), de fato, habitassem o ciberespaço e se lançassem em suas relações com o território. De acordo com o livro História e

Teoria *Queer* (2018), de Miguel Rodrigues de Souza Neto e Aguinaldo Rodrigues Gomes, os estudos *queer* surgiram ao longo dos anos 1990 a partir do encontro entre uma corrente dos estudos culturais nos Estados Unidos com o pós-estruturalismo francês, o qual “problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação” (Miskolci, 2007, p. 2).

Destaca-se que, com os trabalhos de Eve K. Sedgwick, David M. Halperin, Judith Butler e Michael Warner, entre outros, as análises sociais retomaram a proposta de Foucault, estudando a sexualidade como um dispositivo histórico de saber e poder nas sociedades modernas, sublinhando a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença.

Em Pedagogias da sexualidade, Louro (2000) chama atenção para as transformações sociais que construíam novas formas de relacionamento:

[...] e estilos de vida já se mostravam, nos anos 60, profundas e perturbadoras, elas se acelerariam ainda mais, nas décadas seguintes, passando a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais. As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de “realidade”; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Jornais e revistas informam, agora, que um jovem casal decidiu congelar o embrião que havia gerado, no intuito de adiar o nascimento

de seu filho para um momento em que disponha de melhores condições para criá-lo; contam que mulheres estão dispostas a abrigar o sêmen congelado de um artista famoso já morto; revelam a batalha judicial de indivíduos que, submetidos a um conjunto complexo de intervenções médicas e psicológicas, reclamam uma identidade civil feminina para completar o processo de transexualidade que empreenderam. Conectados pela Internet, sujeitos estabelecem relações amorosas que desprezam dimensões de espaço, de tempo, de gênero, de sexualidade e estabelecem jogos de identidade múltipla nos quais o anonimato e a troca de identidade são frequentemente utilizados (Kenway, 1998). Embaladas pela ameaça da AIDS e pelas possibilidades cibernéticas, práticas sexuais virtuais substituem ou complementam as práticas face-a-face. Por outro lado, adolescentes experimentam, mais cedo, a maternidade e a paternidade; uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo se tornam crescentemente visíveis e rotineiras; arranjos familiares se multiplicam e se modificam [...] (Louro, 2000, p. 11).

Em continuidade, Louro (2000) destaca que todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de viver e de construir identidades de gênero e sexuais. Na verdade, tais transformações constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto.

O termo *queer*, ao tentar ser traduzido para o português, literalmente, parece “estranho”, “ridículo” ou “excêntrico”, tendo sido ressignificado pela comunidade, como um elemento da língua que promove xingamentos. É perceptível na historicidade dos estudos sobre gênero e sexualidade que o *queer*, de alguma forma, não estava contemplado, momento em que me permito dialogar com Miskolci

(2007) ao afirmar que o *queer* surge para contrastar o empreendimento analítico que um conjunto de pesquisadores desenvolvia em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero.

Os debates sobre as questões *queer* surgem a partir dos estudos culturais, distantes dos departamentos de Sociologia e Antropologia, sendo compreendidas apenas como o elemento que não se encaixa na heterocisnormatividade, e destoa da identificação binária e padrão da sociedade.

A cibercultura atravessa as questões *queer*, justamente, a partir do momento em que se refuta a importância do *on-line* na relação com a existência LGBTQIA+. Nesse sentido, Lemos (2010, p. 155) aponta que o “praticante circula em ubiquidade pela cidade e nos territórios informacionais” – os espaços produzidos socialmente e redimensionados pelas tecnologias de comunicação. Por sua vez, Santos (2019, p. 20) define cibercultura como “cultura contemporânea, na qual a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos se dão na interface cidade-ciberespaço, emergindo assim novos arranjos *espaçotemporais* e, com eles, novas práticas educativas e de formação”.

Nessa atualização mais recente, Santos (2019) destaca que, nessa fase atual, a cibercultura vem se caracterizando pela emergência da mobilidade ubíqua em conectividade com o ciberespaço e as cidades. Diante desse contexto sociotécnico, mudanças culturais dão origem à cultura contemporânea, denominada por muitos como cibercultura (Lévy, Lemos, Santaella e Santos).

Conforme Coradini (2022), a cibercultura, portanto, funciona como um abre alas para as autorias no digital, permitindo que os indivíduos possam performatizar nas mais diferentes direções, apresentando-se no palco da sua comunidade, abrindo espaço para novas ondas *on-line* e estabelecendo fortes conexões entre ser, viver e resistir. As pessoas LGBTQIA+ representam e apresentam-se na rede através de seu ativismo, das suas narrativas e da sua existência. Segundo o autor, “a estas narrativas de vida, chamamos de autorias digitais (Coradini, 2021, p. 187)”.

Também conhecidas como brados, falas, palavras, rumores, barulhos, berros, boatos, clamores, conselhos, as vozes em conjunto se constituem como representatividade. Precisamos entender que o ciberespaço, e sua relação com o gênero, oportuniza avançar para questões que rompam com o silenciamento de corpos no território, permitindo a sua ressignificação como sujeitos sociais. Nesse movimento de apropriação do ciberespaço, corpos digitalizados se apresentam para a cocriação de atos, politicamente marcados, capazes de promover mudanças sociais.

Ao buscar entender o fenômeno das autorias LGBTQIA+, explodimos com a “caixa branca” da universidade e rompemos com a bolha epistemológica da cisheteronormatividade, na medida em que exaltamos a ciência construída por personas que, na maioria das vezes, não estão nas escolhas temáticas da universidade, da escola, do livro didático e, principalmente, do currículo escolar.

3 Ciberqueerizando a autoria LGBTQIA+ no currículo

Santaella (2021) destaca que o prefixo “ciber” deriva dos estudos de cibernética, que começaram a se desenvolver em meados do século passado. Aguiar e Hennigen (2014) retratam que, historicamente e a partir do que aconteceu com os movimentos feministas, os movimentos (e concepções teóricas) acerca das hoje nomeadas identidades LGBT também se modificaram no transcurso da década de 1990. A partir do encontro dos estudos *queer* com as questões da cibercultura – que também começou a ganhar visibilidade na década de 1990, despontou a proposta de *cyberqueer* e, neste trabalho, nos apropriaremos da palavra “*ciberqueer*”, expressão que surgiu quase, concomitantemente, em dois trabalhos.

Aguiar e Hennigen (2014) destacam que outro trabalho a inaugurar a expressão *ciberqueer* foi o de Nina Wakeford (1998), que o utilizou para visibilizar possibilidades de construções não heterossexuais (ou não heteronormativas) na então recente rede mundial de computadores. Para a autora, a rede trazia possibilidades de encontro fora de um contexto no qual o gênero é, necessariamente, um dado objetivo, que pode, e deve, ser colhido e identificado prontamente no corpo dos indivíduos.

Espaços de discussão e debate sobre sexualidades na rede também seriam mais seguros e com menos intervenções injuriosas. Wakeford foi uma das primeiras autoras a discorrer sobre as potências que a rede mundial de computadores oferecia a indivíduos não heterossexuais, mas a realmente investigar esse espaço e demonstrar

como esses sujeitos constroem suas sexualidades *on-line* fora do quadro das oposições binária (Aguiar e Hennigen, 2014).

Para tanto, Coradini (2022) afirma que, a partir desse “lugar de encontro com a subversão, assim como os contextos de existência e resistência *queer*, percebemos um movimento muito potente da comunidade LGBTQIA+ nas redes, em especial, durante a pandemia da Covid-19, que nos permitiu ocupar as redes com muito mais frequência, rompendo com os modos estabelecidos pelo presencial. Isso porque foi necessário se adaptar às novas maneiras de estar e viver o digital em rede.

A compreensão ao viver imersa na cibercultura permitiu conjecturar a sua contemporaneidade e a materialidade como um “carro abre alas” no ciberespaço, viabilizando que os indivíduos pudessem performatizar nas mais diferentes direções, apresentando-se no palco da sua comunidade, abrindo espaço para novas ondas *on-line* e estabelecendo fortes conexões entre ser, viver e resistir.

Ao analisarmos as autorias na rede, claramente escutamos as vozes multimidiáticas e todas as suas proposições como autores. Escutar, sensivelmente, tornou-se o alicerce para a compreensão da existencialidade dessas autorias.

A escuta sensível apoia-se na empatia. O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender o interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos - ou “existencialidade interna”, na minha linguagem. A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado (Barbier, 2002, p. 94).

Habitar as redes tornou-se o movimento de estar vivo durante a pandemia. Avançamos em questões de docência, do uso do digital, da necessidade da Internet e conexão, mas também nos deparamos com a precariedade do acesso e a produção excludente de corpos limitados pelas condições econômicas, sociais e políticas. Interseccionalizar tais questões nos permitiram olhar para um outro local no ciberespaço, “aquele em que as pessoas não habitam e não se autorizam” por isso, precisamos pontuar neste trabalho.

Notamos que muitas pessoas LGBTQIA+ se apropriaram das redes de criação e das alianças entre si, o que favoreceu que as autorias estivessem em movimento. Corroboramos com a ideia de que não apartamos os corpos do ciberespaço e da cidade, na verdade, eles caminham juntos, promovendo uma rede de criação (Salles, 2013) e colaboração. A autoria, então, conforme explicam Veloso, Bonilla e Pretto (2015), é entendida como a disponibilidade e a ação destinadas à produção, à criação, à crítica, à expressão e à iniciativa para a proposição de práticas pedagógicas inovadoras.

Assim, ser autor é assumir, de modo permanentemente negociado, posições que implicam diferentes modalidades de organização dos textos, a partir da relação com o herói e com o ouvinte”. O autor pode assumir uma posição de simpatia ou antipatia pelo herói, concordar ou discordar de suas ideias, construindo uma imagem deste para os ouvintes que possuem participação fundamental e ativa no processo de criação, pois contribuem para a avaliação que o autor faz de seu herói (Sobral, 2012, p. 134).

As autorias são instituições de vida para pessoas LGBTQIA+ e apresentam-se na rede por meio do seu ativismo, das suas narrativas e da sua existência. Autorizar e autorização são consequências de atos desautorizantes, que reproduzem processos que não dialogam com a sua interioridade, seus desejos e anseios. As desautorizações se perpetuam quando limitamos pessoas a seus direitos, nesse caso, ao simples direito de estar conectado. A arte *queer* “vogue”³ expressa, exatamente, amplitude de autoria, liberdade de autoria, autorização e autoria, ressignificação da autoria, permitindo que os corpos, ainda como matéria, articulem-se, marquem o território com suas poses, caras, bocas e trejeitos. Portanto, é acerca dessa autoria que lutamos no ciberespaço ou no território para que ela seja livre, *on-line*, digital e *queer*.

A escola, com frequência, é um dos primeiros espaços desautorizantes para pessoas LGBTQIA+. Para Barbosa (1998), pensar o processo de uma prática desautorizante apenas restrita a escola é inócuo, uma vez que é social e está legitimado nas formas de comunicação e interações sociais, como um processo naturalizado, sendo o sujeito a grande vítima, uma vez que “deixa de existir” em sua subjetividade, autoria e autonomia.

As autorias LGBTQIA+ não podem mais ser negligenciadas e funcionarem para a ciência como meros objetos de estudos, testadas e homologadas em textos científicos que navegarão pelas redes

³ O *voguing* tem as suas origens nos *ballrooms* de Nova Iorque dos anos 1980, tendo sido criado pelas comunidades negras e latinx *queer* do Harlem. Entre as décadas de 1960 e 1980, as competições *drag* da cidade foram evoluindo de bailes estilo *pageantry* a batalhas de *voguing*.

acompanhando a coautoria de outros autores. Para compreender a importância desse movimento, precisamos dialogar com conceitos fundantes das questões que envolvem gênero e sexualidade. Como parte da nossa luta dentro do GPDOC, precisamos destacar que as autorias trans são ainda mais negligenciadas pela universidade, escola e currículo. As pessoas trans estão em todos os lugares, ao mesmo tempo que não estão. Estão em todas as épocas, sobrevivendo às tentativas de apagamento.

Por dever de justiça e em reconhecimento pela grande contribuição científica e epistemológica à ciência, destacamos a relevância das autorias trans, sobretudo, porque muitas travestis graduadas e pós-graduadas estão movimentando as estruturas de uma universidade e ciência cisheteronormativa. Dentro dessa geração que está situada na academia (Favero, 2020), podemos, com muito orgulho, citar Adriana Sales (UNESP), Alícia Krüger (UEPG), Amara Moira (UNICAMP), Ariane Senna (UFBA), Bia Bagagli (UNICAMP), Brune Coelho Brandão (UFJF), Dani Balbi (UFRJ), Emilly Mel Fernandes (UFRN), Fran Demétrios (*in memoriam*) (UFRB), Gabrielle Weber (USP), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Jonas Alves (UFRJ), Leticia Carolina Nascimento (UFPI), Maria Zanela (UFSC), Marini Bataglin (UFRGS), Alê Primo (UFRGS), Leilane Assunção (UFRN), Megg Rayara (UFPR), Rebecka de França (UFRN), Sara Wagner York (UERJ), Sofia Favero (UFRGS), Sophia Starosa (UFRGS), Viviane Vergueiro (UFBA), Luma Andrade (UNILAB) e inúmeras que vem usando das estratégias do sistema para produção de outras realidades.

Alimentados pela construção de uma pesquisa como resistência e homenagem a cientistas e pesquisadoras trans/travestis, mobilizamos

nos para estudos, com muito afinco, das epistemologias travestis, compreendendo-as como um campo multirreferencial de debates que vão além das questões que direcionam o gênero e a sexualidade.

Este artigo é, portanto, um exercício reflexivo sobre a importância da autoria e as suas práticas que lhes dão sentido. Para tanto, em nossos dilemas, perpassamos questionamentos: como as corporeidades LGBTQI+ formam e formam-se na Internet através de usos dos dispositivos digitais e das redes de interlocução? A escola está preparada para lidar com todas essas corporeidades que dialogam com a cidade-ciberespaço e que, naturalmente, habitam as nossas salas de aulas? E o currículo? O nosso currículo é capaz de contemplar a dinâmica baseada em mobilidade, ubiquidade, autoria, conectividade, colaboração e interatividade?

A partir desse grande escopo de representatividade de pessoas trans que produzem ciência de grande qualidade, podemos questionar se uma parcela de autorias adentra as redes educativas pela conveniência, pela necessidade de se ter uma parcela a representar ou por que ainda não estamos preparados para estar em uma sala de aula em que a docente é uma travesti?

Entendemos autoria a partir da filosofia do ato responsável de Bakhtin (1997) que nos provoca pontuando que quando o ato real é separado de sua existência, isto é, quando um ato é separado da sua realidade, da sua história vivida, dois mundos vêm à tona separados um do outro: de um lado, segundo o autor, está o mundo em que cada um de nós cria, realiza, vive, ou seja, o da vida; do outro, o mundo fora do ato, que é o da cultura ou teórico. Conforme Souza (2014), quando Bakhtin fala dessa separação, ele explica que cada um vive

experiências e, ao vivê-las, não deixa de observar dois momentos ou duas direções divergentes.

[...] dois mundos se opõem um ao outro, mundos que não se comunicam entre si, mutuamente impenetráveis: o mundo da cultura e o mundo da vida. Este último é o único mundo em que criamos, conhecemos, contemplamos, vivemos e morremos. O primeiro é o mundo no qual o ato de nossa atividade é objetivado; o segundo é o mundo em que este ato realmente se realiza de modo único e irrepetível (Bakhtin, 1997, p. 8).

Um dos nossos grandes dilemas, na construção deste artigo, esteve presente no campo de pensamento da autoria, pois visamos compreender como as pessoas LGBTQIA+ se autorizam no digital, constroem autorias que sejam capazes de formar indivíduos a partir da sua interação com e na rede, pois, como destaca Santos (2019, p. 85), “os saberes são vivos e construídos no devir da cibercultura”. A autoria é um processo sem linearidade, pois se constitui através das experimentações e do sentido que se faz com elas. De acordo com Bakhtin (1997), a autoria ocorre quando se realiza algo em relação a ele e, assim, o sujeito, na mesma perspectiva, constrói sentido, organiza, regula e assume certa posição interessada, intencional (tonalidade expressiva), em relação as suas experiências.

4 Conclusão

Ao pensarmos em um currículo para a diversidade, a partir de concepção e noção de culturas, temáticas da cultura LGBTQIA+ precisam compor a história da formação dos movimentos sociais, que

são impulsionadores de lutas e rupturas nas camadas hegemônicas, assim como o descosturar de todos os *gaps* curriculares para a cidadania. O conceito da pedagogia da desobediência se estabelece a partir da leitura do livro de Thiffany Odara, mulher trans, pedagoga e educadora social que discute a (re)existência de corpos LGBTQIA+ negros no espaço escolar e a travestilização da educação. Nesse sentido, para esta pesquisa flexionaremos a palavra e verbalizaremos a sua ação para pedagogizando.

Em vista disso, pedagogizar a desobediência no currículo possibilitará que todos, todas e todes LGBTQIA+ permaneçam na escola ao acessá-la, que pessoas não-binárias sejam incluídas e suas identidades percebidas como fluidez no gênero, que tenhamos a travestilização da sala de aula, viabilizando que travestis e transexuais ocupem espaços de direito, mas que currículos outros possam ser forjados em sala de aula buscando sempre o exercício da inclusão, do reconhecimento e o respeito à dignidade humana em sua total existência.

Odara (2020) destaca que o corpo tecido revela dores, humilhações e inúmeras violências, é um corpo violado pelo Estado, marcado pelo preconceito, inclusive, no sistema escolar. Como muito bem questiona Rita Von Hunty (2018), em um de seus vídeos no canal “*Tempero Drag*”, você cresce uma criança *queer* e, nesse momento, começam a tirar tudo de você. Dentro do sistema binário que rege o sistema escolar, somos violentados a partir da nossa existência – você não pode se sentar assim, não pode falar assim, não pode gesticular assim, não pode brincar com isso ou aquilo, não pode usar essa ou aquela cor – e perante tais atos de violência a escola nos desapropria

de nossos corpos, despindo-nos e normalizando a nossa existência como homem e mulher.

Na psicanálise (Terrerri, 2022), existe uma teorização de que somos atravessados por discursos antes mesmo de nascermos, dado que alguém já nos pensou e nosso lugar no mundo vem previamente estabelecido. A partir dessa concepção real de existência, o currículo é uma forma inacabada e é atravessado por questões que ninguém quer falar, pois, historicamente, é tabu. Tratamos do gênero como marcador social no currículo.

Nesse aspecto, pedagogizar e desobedecer estarão, diretamente, vinculados à ação de concepção de um currículo que se faz por disputa de narrativas, compreendendo que disputa e poder existem a partir do momento que corpos habitam espaços em sua diversidade. Portanto, para ressignificar um currículo normativo, faz-se necessário pensar na mobilização de saberes, de forma a compreender a multiculturalidade, entendendo que se estabelece para além dos debates de identidade, buscar o desformar conteudista e pragmático do currículo e possibilitar a inclusão de conteúdos para a diferença, dado que pela teoria os corpos são capazes de incomodar.

Portanto, a escola possui formas físicas e psicológicas, e (des) formar é o papel dos/as que vivem a dissidência do seu corpo como docente e discente. As questões de gênero e sexualidade precisam ser a aula zero do planejamento, porquanto sequer o corpo escolar sabe discutir ou trabalhar disparadores a partir desses marcadores. Desobedecer a Pedagogia tradicionalista é função de uma escola que viva seus alunos para além das formas, rompendo com o “cis” do corpo e o “sis” do sistema.

Referências

AGUIAR, Lucas; HENNIGEN, Inês. Condições e possibilidades de uma tecnopolítica de gênero/sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 416, jan./abr. 2014.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. *In*: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda (org.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**. 3. ed. Petrópolis, RJ: DP&A, 2001. p. 13-38.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Maria Ermantina Pereira Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Hacia una filosofía del acto ético**. De los borradores: y otros escritos. Traducción del ruso de Tatiana Bubnova. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

BARBOSA, J. G.; RIBEIRO, M. R. F. Abordagem Multirreferencial e Formação Autoral. **Revista Observatório**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 38-73, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mGW59>. Acesso em: 9 jan. 2023.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. *In*: COLLING, L. (ed.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79-110.

BORBA, Sérgio da Costa. Aspectos do conceito de multirreferencialidade nas ciências e nos espaços de formação. *In*: BORBA, Sérgio da Costa (org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BORBA, Sérgio da Costa. **Multirreferencialidade na formação do professor-pesquisador**: da conformidade à complexidade. Maceió: EdUFAL, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORADINI, Fábio dos Santos. Currículo *ciberqueer*: a autoria LGBTQIA+ no ciberespaço. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DOCÊNCIA E CIBERCULTURA, 4., 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 022. Disponível em: <http://e-doc.pro.br/anais-virtual#anais>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CORADINI, Fábio dos Santos. Vozes Digitais: a autoria LGBTQI+ na cibercultura. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GÊNERO, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO NA ORDEM DO DIA: INTERSECCIONALIDADES EM (RE)EXISTÊNCIAS, 2., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Denize Sepulveda, 2021.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e Autoria. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 37-60.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Salvador: Devires, 2020.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Revista Equatorial**, Natal, v. 7, p. 1-22, jan./jun. 2020.

GRUPO DOCÊNCIA E CIBERCULTURA (GPDOC). PPGEUC/UFRRJ – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.edmeasantos.pro.br/gpdoc>. Acesso em: 10 jan. 2023

HUNTY, Rita Von. Gênero e Natureza. **YouTube**, 18 dez. 2018 (5min). Disponível em: <https://youtu.be/vK3koljeWoc>. Acesso em 12 mar. 2022.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Devires, 2020.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17., 2007, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp/FE; ALB, 2007. Disponível em: <http://www.alb.com.br/portal.html>. Acesso em: 8 dez. 2009.

NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (org.). **História e Teoria Queer**. Salvador: Devires, 2018.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. Salvador, BA: Devires, 2020.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTQI+ : uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RANNIERY, Thiago. No meio do mundo, aquendara metodologia: notas para queerizara pesquisa em currículo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 332-356, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 4 dez. 2022.

SALLES, C. A. Autoria em rede: documentários de processos de criação teatrais. **Manuscrita: Revista de Crítica Genética**, [S.l.], n. 24, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2596-2477.ip68-78>

SANTAELLA, Lucia. **Humanos Hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet**. São Paulo: Paulus, 2021.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2014.

SANTOS, Edméa; ROSSINI, Tatiana Stofella Sodré. A produ o de recursos educacionais abertos na forma o de professores-autores. *In*: SANTOS, Edméa; SANTOS, Rosemary dos; PORTO, Cristiane (org.). **Múltiplas Linguagens nos currículos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-forma o na cibercultura**. 2. reimp. Teresina: EDUFPI, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdu o   teorias do currículo**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SOBRAL, Adail Ubirajara. A concepção de autor do “Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshinov”: confrontos e definições. **Macabéa: Revista Eletrônica do Netlli, Crato**, v. 1, n. 2, p. 123-142, dez. 2012.

TERRERI, Guilherme (Rita Von Hunt). Embrilha sem roteiro. **YouTube**, 29 mar. 2022 (1h12min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zKnYhOa-OVI&t=372s>. Acesso em: 11 ago. 2022.

VELOSO, Maristela Midlej Silva de Araujo; BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca. A cultura da liberdade de criação e o cerceamento tecnológico e normativo: potencialidades para a autoria na educação. **ETD: Educação Temática Digital, Campinas**, v. 18, n. 1, p. 43-59, abr. 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8639486>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

**O sexismo às mulheres negras nos
aplicativos de relacionamento:
uma análise a partir da personagem
Molly Carter**

*Fernanda Medeiros Evanovitch
Aderli Goes Tavares*

1 Iniciando

O ensaio que apresentamos é proveniente de um estudo realizado por duas mulheres negras sobre mulheres negras e suas interações afetivas e sexuais com homens negros, mediadas por aplicativos de relacionamento, na série denominada *Insecure*. A questão que guiou o ensaio versou sobre o afeto nas relações amorosas, o racismo e o preterimento dessas mulheres a relacionamentos estáveis, baseados na amorosidade, em oposição às interações casuais e de cunho meramente sexual. A discussão abordou o corpo das mulheres negras objetificado nas sociedades brasileira e estadunidense. A objetificação identificada foi construída a partir de um processo histórico que, diante das ferramentas, das tecnologias de informação e comunicação, continua a se reproduzir.

Midiaticamente, são apresentadas as representações sociais das mulheres por meio de formatos como filmes, série, entre outros. A forma escolhida para o estudo em questão foi uma série escrita e protagonizada por uma mulher negra, que discorreu sobre a vida de um grupo de pessoas negras e suas interações afetivas, de amizade, das relações sexuais, de trabalho, de lazer entre outras. A trama da série envolveu o público de mulheres jovens brasileiras por tratar de questões do cotidiano, que se aproximavam das vivenciadas pelo grupo étnico racial.

A interpretação da linguagem audiovisual foi a metodologia adotada para a análise das interações humanas, com o foco na personagem Molly. Manuela Penafria (2009), autora do artigo “Análise de filmes – conceitos e metodologia(s)”, foi adotada para analisar a personagem, uma das protagonistas da série. Perguntas sobre o amor, a erotização do corpo feminino e sua hipersexualização, além da interseccionalidade entre racismo e sexismo, presentes nos relacionamentos por aplicativos, foram analisadas ao longo do estudo.

Os achados iniciais apontaram para reproduções do racismo estrutural, com violências simbólicas às mulheres negras, expressas, principalmente, sob a ótica da coisificação e da erotização dos corpos pretos. No Brasil, o mito da democracia racial criou classificações entre o ideal de pureza e a virgindade em contraposição à animalidade e à hipersexualização, representadas pela fogueira e erotismo. Outra tipologia também foi incluída, aquelas que serviriam apenas para o trabalho, formando uma tríade classificatória: “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”¹. Ideologia disseminada que intensificou o preterimento, a solidão e/ou afastando a possibilidade de um relacionamento amoroso para as mulheres negras. A essas últimas, cabem relações fugazes, passageiras, sem compromissos e envolvimento.

¹ Segundo a leitura de Petrônio Domingues (2005) sobre a Democracia Racial, de acordo com seus defensores, ela pode ser entendida como um sistema no qual não existe uma desigualdade racial, as diferentes raças e etnias vivem em harmonia. Entretanto, o que se observa no Brasil é justamente o contrário, tendo uma enorme margem de genocídio entre a população preta.

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

No entanto, não há uma passividade das mulheres, representadas pela personagem Molly. Isso porque, ela, ao mesmo tempo que é afetada pelas ideias racistas e questiona os relacionamentos, também se insere como protagonista num mundo pertencente aos brancos, sem deixar de se identificar como mulher negra, e vivencia as dores e as delícias dos relacionamentos. O que busca a personagem? Ela procura romper com a solidão pelo encontro de um parceiro para formação de uma família, tomando como referência o padrão burguês, o qual é o idealizado pela personagem.

Os aplicativos se tornam uma ferramenta para Molly, o que a leva a expor os “tipos” masculinos e refletir sobre si e os outros a respeito das relações amorosas. Os conflitos fazem parte do contexto, enquanto as interações revelam a imagem construída sobre as mulheres pretas, que correspondem ao padrão estético de beleza, são independentes e bem-sucedidas economicamente.

Tais elementos incomodam a sociedade, que reage utilizando as marcas simbólicas engendradas historicamente, praticam a violência simbólica, através das imagens sobre os corpos, por meio da erotização e hipersexualização, e exercem a marginalização das mulher preta, a exemplo da figura de Vênus de Hotentote.

A personagem da série nos faz refletir: quem tem direito ao amor? Além disso, descobrir que o amor não é apenas um produto de consumo nas sociedades patriarcais, mas também é excludente a um grupo de mulheres. Também nos faz descobrir que a análise não está restrita à explicação sobre os meios de produção (Gonzales, 1984) e que ideologias racistas e de gênero e suas interseccionalidades foram geradas para exercer um domínio que engloba o econômico, mas vão

além deste. A representação da imagem de controle (Collins, 2019) projetada sobre os corpos, também apresentada na série e reverberada nos aplicativos de relacionamento, é um elemento identificatório das interações sociais contemporâneas não humanizadas.

2 A afetividade às mulheres negras e os aplicativos de relacionamento

Ao pesquisar a palavra “afetividade” no navegador, as imagens que apareceram, em sua maioria, foram a de mulheres sendo carinhosas com seus familiares, filhos, discentes ou parceiros, mostrando, assim, que é um ato referenciado majoritariamente às mulheres. Entretanto, a importância do afeto é relevante a todos os seres humanos, tendo um papel importante na formação desses indivíduos e sendo um pilar na construção dos sujeitos nas suas interações sociais, sejam elas familiares, amorosas ou de amizades.

Em virtude disso, na atualidade e com o avanço da sociedade capitalista, as formas de se construir interações sociais afetivas se moldaram de uma maneira mais rápida e conseguiram facilitar essas interações. Assim foram criados os *sites* e aplicativos de relacionamento, ferramentas para proporcionar encontros, inicialmente, a distância, de modo mais casual.

Apesar de os *sites* e aplicativos promoverem encontros entre as pessoas, os usuários desses meios tecnológicos buscam relações mais sexuais do que afetivas; no que tange às mulheres negras, essa situação se intensifica. Em sua dissertação intitulada “Vai dar *match*? Experiências e interseccionalidades de mulheres negras em aplicativos

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

digitais de relacionamentos”, Klaissa Anderson aborda sua experiência e a das demais mulheres negras entrevistadas por ela em aplicativos de relacionamento. Em sua pesquisa, a autora observou que seu perfil era procurado, em sua maioria, por homens brancos que não tinham interesse em construir diálogos com ela, mas, na verdade, a intenção de manter relações sexuais.

A pesquisadora afirma que, apesar de ser algo que se interessasse, não era o seu objetivo principal ao adentrar as plataformas. Durante a pesquisa, observou um grande desinteresse do público masculino em ver, tanto ela quanto as demais mulheres negras, como seres humanos, e sim como objetos. Além disso, notou que a procura desses homens por perfis semelhantes ao dela advinha da ideia destes de considerarem mulheres negras mais propensas ao sexo, por julgá-las mais “fogosas” e sensuais.

Tal pensamento relacionado às mulheres negras não é recente, posto que sua origem advém do período da escravidão, época em que mulheres pretas foram exploradas tanto física como sexualmente por senhores brancos. A visão acerca de sua existência partia sempre de uma perspectiva animalésca e hipersexualizada, a exemplo disso se tem o caso de Sarah Baartman, popularmente, conhecida como Vênus de Hotentote, uma mulher africana trazida de seu local de origem para virar atração de circo na Europa em razão de seu corpo. Ela foi desumanizada, ridicularizada e abusada de diversas formas, particularmente, em virtude de possuir um quadril muito largo. Seu corpo foi considerado bizarro e, mesmo após sua morte, seus órgãos genitais ainda foram expostos para representar as pessoas negras como inferiores e selvagens.

Apesar de o caso de Bartman ter ocorrido no século XIX, mulheres negras são vítimas do racismo e da hipersexualização de seus corpos até na atualidade. A mídia é um dos instrumentos que mais favorece que essas imagens de controle² sejam reforçadas quanto às mulheres negras, seja apresentando papéis de subserviência, sendo erotizadas ou consideradas agressivas. No caso dos aplicativos de relacionamento, a principal imagem de controle reforçada às mulheres negras é a de Jezabel ou de prostituta, na qual a função é de controle sexual. Acerca disso, Collins (2019, p. 155) assevera que “a função de Jezabel era relegar todas as mulheres negras à categoria de mulheres sexualmente agressivas, fornecendo assim uma justificação eficaz para os frequentes ataques sexuais de homens brancos relatados pelas mulheres negras escravizadas”.

Apesar do trabalho de Anderson e Collins trazer visões diferentes em decorrência de estruturas raciais terem sido constituídas de forma diferente no Brasil e nos Estados Unidos, o sexismo a essa minoria é latente e apresenta-se, muitas vezes, de forma parecida. Historicamente, o afeto e o matrimônio se mostraram uma realidade distante às mulheres negras, sendo vítimas, reiteradamente, do preterimento advindo de homens negros ao escolherem, para manter um relacionamento duradouro, as mulheres brancas.

² Imagens de controle é um termo teórico desenvolvido pela feminista negra Patricia Hill Collins e constitui uma ferramenta utilizada pela hegemonia branca, por instituições sociais, para manipular e moldar a população negra a partir de visões estereotipadas e, assim, reduzir esses grupos a essas características, de tal forma que a visão da maioria sobre eles será voltada para esse meio.

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

Esse ideal advém de um pensamento construído que inseriu mulheres brancas dentro de uma perspectiva de pureza, enquanto as negras foram submetidas a um olhar violento e sexualizado. Essa ótica violenta e desumanizada em relação às mulheres negras é recorrente. De modo que, para serem vistas como merecedoras de afeto, muitas aceitam esse espaço sexualizado para serem vistas como merecedoras de relacionamentos.

Essa prateleira é regida por um ideal estético (que vem se construindo desde o começo do século passado) marcado pela característica de ser branco, louro, jovem e magro. Quanto mais distante desses ideais, maior o impacto sobre sua autoestima e maiores as chances de se sentir “encalhada” na prateleira, ficando em posições mais desfavoráveis na mesma. As mulheres negras são as mais afetadas nesse dispositivo, pois, na configuração cultural das preferências afetivas, são as mais preteridas, em função do racismo (Zanello, 2017, p. 5).

Com a criação dos aplicativos como Tinder³, Grindr⁴, Badoo, entre outros, as formas de se relacionar foram atualizadas aos moldes da contemporaneidade, acompanhando o avanço da tecnologia. Os meios (aplicativos) facilitam a interação entre pessoas de diferentes localidades, entretanto, no que tange à questão étnico racial, essa realidade é encontrada dentro dos aplicativos de relacionamento também, visto que mulheres não brancas, mesmo na atualidade,

³ Tinder é uma rede social de namoro, na qual se dá *match* com os usuários que mais se encaixam no padrão que o indivíduo está buscando.

⁴ Grindr, assim como Tinder e Badoo, é também um aplicativo de encontros e namoros, entretanto, seu maior diferencial é ter sido criado para o público LGBTQUIA+ , fundado em 2009.

não se enquadram nos ideais de padrões de beleza e estética hegemônicos. Com isso, mesmo com as modificações ocorridas na sociedade, o racismo ainda é o principal fator para que esse grupo permaneça enquadrado em um território solitário, estando, dessa forma, cada vez mais distantes de relações que se afastem de um olhar meramente sexual.

Por mais que a criação desses aplicativos não seja utilizada como busca de uma relação duradoura, visto que, a partir de um estudo do Instituto Global Web Index, uma grande parte dos usuários não são solteiros, é notório que, no que concerne às mulheres, o assédio é bem maior do que em relação aos homens.

Segundo pesquisa realizada pelo Pew Research Center, em 2017, que entrevistou mulheres que utilizavam os *apps*⁵, revelou-se que, ao utilizarem o *chat*, primeiramente, elas se deparavam com fotos não solicitadas ou conversas de cunho sexual, antes mesmo de receberem um “oi” vindo dos homens. No caso de mulheres negras, pela dissertação de Anderson (2022), a pesquisadora constatou que seus “casos” dentro da plataforma Tinder eram curtos. E por ela utilizar o perfil e autodeclarar-se “pesquisadora”, a maioria dos homens com quem dava *match*⁶ acreditava ser um fetiche, prosseguindo, desse modo, com as investidas sexuais relacionadas a ela.

Tendo em vista a sexualização e o assédio sofrido por mulheres negras dentro dos aplicativos de relacionamento, a ferramenta

⁵ É uma abreviação de aplicativos móvel.

⁶ “Dar *match*” é um verbo utilizado digitalmente na plataforma Tinder ao receber uma curta mútua da pessoa com quem demonstrou interesse no aplicativo.

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

metodológica para o estudo foi a interpretação audiovisual. Diante disso, o objeto deste estudo foi a análise da personagem Molly Carter, da série norte-americana *Insecure*, tomando como referência principal a autora Manuela Penafria. Conforme a autora:

O objectivo da análise é, então, o de explicar/esclarecer o funcionamento de um determinado filme e propor-lhe uma interpretação. Trata-se, acima de tudo, de uma atividade que separa, que desune elementos. E após a identificação desses elementos é necessário perceber a articulação entre os mesmos. Trata-se de fazer uma reconstrução para perceber de que modo esses elementos foram associados num determinado filme (Penafria, 2009, p. 1).

O estudo foi realizado a partir do conceito de análise poética, conceito da autora Penafria (2009), desenvolvida no artigo “Análise de filmes – conceitos e metodologia(s)”. A decomposição sugerida pela autora será utilizada neste ensaio a partir das cenas que envolveram a personagem Molly e suas interações com homens por meio dos aplicativos de relacionamento, incluindo o enredo geral da série. As cenas estão associadas às histórias de cada personagem, ao cenário, aos demais elementos visuais e linguagens corporais presentes na cena, elementos para a interpretação. Desse modo, “analisar implica duas etapas importantes: em primeiro lugar decompor, ou seja, descrever e, em seguida, estabelecer e compreender as relações entre esses elementos decompostos, ou seja, interpretar” (Vonoye, 1994 *apud* Penafria, 2009, p. 1).

3 *Insecure*: Molly Carter e os aplicativos de relacionamento

Insecure, um seriado de televisão lançado em 2016 pela plataforma de *streaming*⁷ e pelo canal de televisão norte-americano HBO⁸, foi produzida pela comedianta e atriz Issa Rae, a qual também protagoniza a série juntamente com a atriz Yvonne Orji, atriz que interpreta Molly, a personagem estudada neste ensaio. A obra conta a história de Issa e Molly, duas melhores amigas negras que estão próximas dos 30 anos, e suas vivências dentro de suas relações afetivas e de trabalho. Por abordar a realidade estadunidense de mulheres negras, o seriado se diferencia dos demais por trazer como foco a discussão sobre as personagens que estão fora dos padrões hegemônicos, frequentemente, difundidos no audiovisual.

Molly Carter, protagonista deste ensaio, é uma mulher negra que trabalha em um escritório de advocacia de sucesso. Sua carreira é promissora e sua realidade financeira é bem mais favorável do que sua melhor amiga, Issa. Entretanto, no que se refere às relações amorosas, ela enfrenta uma grande problemática, visto que seus encontros nunca desenvolvem para o que ela mais busca: um relacionamento duradouro.

⁷ *Streaming*, originário do inglês, significa fluxo de mídia e é uma nova ferramenta de transmissão de audiovisual de forma *on-line*, sem a necessidade de realizar o *download*. Atualmente, existem diversas plataformas que disponibilizam suas obras audiovisuais através da Internet com pagamentos mensais, como Netflix, HBO, Prime Video, Disney+, entre outras.

⁸ HBO – Home Box Office é uma rede de televisão por assinatura estadunidense, de propriedade da Warner Bros. Discovery criada em 1972.

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

Tendo como exemplo para seus romances o casamento entre os pais, Molly busca encontrar um homem que se enquadre nos padrões que considera merecer. E para a busca desses pretendentes, ela utiliza os aplicativos de relacionamento. No trabalho, Molly usa as tecnologias para atividades laborais e para cuidar de sua vida afetiva. Entre pensamentos e dúvidas, a personagem vive seu cotidiano.

Durante a primeira temporada da série, a personagem utiliza, com frequência, os aplicativos de relacionamento para sair em encontros com homens negros, que são os que ela busca. Algumas das plataformas utilizadas por ela são: Tinder, Happn, OKCupid e, principalmente, o aplicativo que ela mais deseja adentrar, o The League, diferenciado dos demais por ter usuários que se enquadram mais ao padrão almejado pela personagem. Entretanto, ela está em uma fila de espera há três meses para, finalmente, entrar nele.

Para compreender o padrão de homem almejado por Molly, é necessário apresentar um pouco mais sobre a personagem. Molly é uma mulher negra retinta que trabalha em uma das carreiras mais elitistas e embranquecidas da sociedade, a advocacia. Por ser a única funcionária negra em um cargo raramente ocupado por pessoas não brancas, parte de seu comportamento e, conseqüentemente, de sua personalidade também foi moldada para o ambiente em que ela convive.

Por isso, no decorrer da série, sua aparência é um aspecto que implica muito na sua personalidade. Costumeiramente, ela usa vestimentas sofisticadas, salto alto e usa *laces*⁹ e tranças para

⁹ Similares às perucas, as *laces* são acessórios para a cabeça que se assemelham a cabelos naturais. Algumas até são feitas com cabelos naturais. As *laces* possuem variados formatos, tamanhos e curvaturas, podendo ser lisas, onduladas, cacheadas e crespas.

se aproximar do padrão estético hegemônico da sociedade norte-americana. O cabelo natural da personagem só é revelado nos episódios finais da série. As escolhas na produção visual da Molly expressam uma dubiedade de interpretação.

Uma de que não, necessariamente, há negação em mulher negra, mas, sim, de uma mulher negra que pode ocupar qualquer espaço na sociedade estadunidense, inclusive, os que são ocupados, majoritariamente, por pessoas brancas. O consumo de objetos fetichizados, cujo significado atribuído é de *status* elevado socialmente, também representa essa dimensão do espaço ocupado. Ao mesmo tempo, esse visual é interpretado como um movimento de busca de aceitação da personagem em grupos identificados como de *status* superior, dispondo de utensílios e linguagem própria do grupo ao qual pertence. Apenas no final da série, a personagem assume seu cabelo originário, mas não modifica seu padrão de vestimenta nem de vida.

Molly busca um perfil de homens e prioriza encontrar os que sejam negros, tenham uma graduação e uma realidade financeira semelhante ou superior a dela. Por saber que suas exigências não são encontradas facilmente pelas ruas, os aplicativos de relacionamento são a estratégia mais utilizada por ela. O padrão masculino exigido por Molly é reflexo do seu *status* atual, que se diferencia das interações vivenciadas em sua infância. Devido ao padrão conquistado pela personagem, ela também deseja para si um padrão masculino compatível com seu *status* atual.

Todavia, por mais que a personagem Molly seja uma mulher bonita, inteligente e bem-sucedida, os homens com quem ela se

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

encontra não demonstram interesse verdadeiro em conhecê-la, mas de conquistá-la para ter relação sexual com ela. Durante todos os encontros com homens que se encaixam no que ela busca, o maior interesse revelado por eles é o de utilizá-la como objeto sexual, o que a frustra bastante. Porém, por mais que ela se sinta frustrada com seus encontros, permanece utilizando os aplicativos para encontrar seus pretendentes.

A autora Patrícia Hill Collins, ao dialogar acerca da imagem de controle por meio da Jezabel, também a apresenta como um utensílio de tolher, sexualmente, mulheres negras, fazendo com que elas se sintam cada vez mais reprimidas em demonstrar sua sexualidade, gerando, assim, relações mais abusivas entre mulheres negras e sua ligação com o sexo, visto que elas sempre serão vistas a partir de um viés de hipersexualização, ao externalizarem o que desejam em suas relações afetivas.

No caso de Molly, a despeito de estar bastante frustrada com seus encontros íntimos, sempre que possível, a personagem também se beneficiava quando queria um encontro que fosse apenas sexual, isso não era um problema desde que essa fosse uma opção dela. A maior problemática, no que concerne aos encontros, partia do fato de que os homens com quem saía não conseguem enxergá-la além de um corpo sexualmente ativo. A maioria dos pretendentes não a via como um ser humano, mas por uma perspectiva falocêntrica em relação a seu corpo, e, principalmente, relacionada à sua cor de pele.

O racismo no Brasil e nos Estados Unidos é um fenômeno estrutural, no entanto, com histórias diferentes. De forma muito breve e rasa, destacaremos dois movimentos que identificam as

diferenças entre os dois países. No Brasil, a estrutura étnico-racial foi sedimentada por meio da mestiçagem¹⁰, engendrado para escamotear o racismo. Já nos Estados Unidos, a segregação racial¹¹ estabeleceu a divisão entre brancos e negros num movimento que desnudou o racismo. Tais movimentos históricos desencadearam formas diferentes de enfrentamentos ao racismo, o que não será objeto desse ensaio.

O que abordaremos é o racismo e os estigmas relacionados ao corpo da mulher negra, que são diversos e recorrentes, em especial, nas relações afetivas. Historicamente e de forma majoritária, os homens negros reforçam essa sexualização a respeito do corpo feminino negro. No Brasil, em decorrência dos ideais de embranquecimento, muitos homens começaram a buscar relações estáveis com mulheres brancas ou pardas para construir suas famílias. Para mulheres negras, houve uma intensificação de um olhar sexualizado a seu respeito e, principalmente, um olhar mais violento acerca do afeto para essas mulheres, diminuindo-as a meros corpos a serem abusados. Por isso, uma grande valorização de mulheres negras que possuam um corpo escultural, seios fartos e nádegas exuberantes.

¹⁰ A tentativa de extinguir a população negra no Brasil, após a abolição da escravidão, veio através de incentivo governamental da imigração de europeus brancos para trabalharem nas indústrias brasileiras. Essa imigração em massa tinha como objetivo “higienizar” a sociedade brasileira que estava mais negra, devido ao mercado escravista que era uma das bases econômicas do país. Com isso, o objetivo era incentivar a mestiçagem entre negros e brancos e entre os outros brancos, a fim de embranquecer a sociedade brasileira.

¹¹ As leis de Jim Crow são um conjunto de leis que separavam, legalmente, os espaços permitidos ou não para pessoas negras. Diante disso, houve a criação de banheiros, bebedouros e escolas que apenas pessoas negras poderiam frequentar. Além disso, espaços marcados dentro do transporte público indicando a segregação entre negros e brancos.

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

Anterior à denominada “abolição da escravatura” e desde a colonização do Brasil, as mulheres negras foram as maiores vítimas da hipersexualização de seus corpos e do sexismo, quando suas existências eram, meramente, para servir e cuidar, seja em trabalhos braçais, juntamente com os homens, ocasião em que não havia a distinção entre gênero entre os escravizados, de forma que elas não eram vistas como mulheres. Algumas, por sua vez, apresentavam fenótipos com características da pele mais clara e eram chamadas para se tornarem amas de leite dos filhos brancos da casa, além de serem coagidas sexualmente, com frequência, pelos senhores. Dessa maneira, a relação entre o sexismo e as mulheres negras é, historicamente, naturalizada e enraizada na sociedade.

No Brasil, a colonização e a “abolição da escravatura” foram dois acontecimentos históricos marcantes para relacionar a temática deste artigo. Nos EUA, a segregação racial e os efeitos pós-segregação contribuem para o entendimento sobre a representação social das mulheres negras e seus corpos. Nos aplicativos de relacionamento, essa situação não se mostra diferenciada, sendo uma mulher negra retinta e que se enquadra no “padrão” estético de beleza para uma mulher negra, Molly foi vista de uma forma vulgar pelos homens conectados por intermédio dos aplicativos.

A interpretação deles para o aceite dela ao convite para encontros foi entendida como estritamente relacionada ao desejo sexual, a um encontro para o ato sexual, agregado ao erotismo. Outra dimensão é a de que há também o entendimento de que os aplicativos de relacionamento não são o espaço principal para se encontrar um amor romântico ou denominado de verdadeiro. Na

contemporaneidade, com o avanço da modernidade e com as novas tecnologias de informação e comunicação desenvolvidas durante a globalização, as formas de lidar com o afeto/amor sofreram modificações. Diz Bauman (2004, p. 12, 13) que:

Ao contrário dos relacionamentos antiquados (para não falar daqueles com “compromisso” muito menos dos compromissos de longo prazo), elas parecem feitas sob medidas para o líquido cenário da vida moderna, em que se espera e se deseja que as “possibilidades românticas” (e não apenas românticas) surjam e desapareçam numa velocidade crescente e em volume cada vez maior, aniquilando-se mutuamente e tentando impor, aos gritos, a promessa de “ser a mais satisfatória e a mais completa”. Diferentemente dos “relacionamentos reais”, é fácil entrar e sair dos “relacionamentos virtuais”. Em comparação com a “coisa autêntica”, pesada, lenta e confusa, eles parecem inteligentes e limpos, fáceis de usar, compreender e manusear.

As formas de Molly se relacionar se tornaram mais descartáveis. A não correspondência dos homens às expectativas criadas por Molly geravam um único encontro. Mas o que faz com que, mesmo com tanta frustração, ela ainda persista nos *apps*? A busca da personagem por um relacionamento com um homem negro advém, maiormente, de seu olhar sobre o casamento de seus pais, também negros, e a construção de uma família que se enquadre nos padrões almejados por uma família negra nos Estados Unidos.

Levando em conta o que foi dialogado sobre a sexualização desses corpos, a relação entre mulheres negras e o afeto é, estruturalmente, uma realidade distante. Enquanto mulheres brancas buscam outras finalidades com as atuais ondas do feminismo, as

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

pretas buscam ainda serem vistas como seres humanos e poderem também ser merecedoras de relacionamentos afetivos que as tratem com a dignidade e com o respeito que merecem.

Contudo, isso ainda se encontra longe, tendo em vista o racismo latente que ainda é persistente dentro dos vínculos amorosos desse grupo que ainda as desumaniza, isso vindo tanto de homens negros como de homens brancos. Mesmo com as problemáticas, por compreender a mesma vivência enfrentada por Molly, o racismo, sua busca por um homem negro se enquadra também no encontro de um parceiro que enfrente juntamente com ela as dores que sempre vivenciou sozinha.

A trama da série gira na busca da personagem por um relacionamento amoroso e duradouro, classificado como romântico, e inspira algumas perguntas: uma mulher negra não pode desejar um amor romântico? Ela não pode ocupar o espaço historicamente reservado às mulheres brancas e ter um casamento aos moldes do padrão elitista de casamento? As mulheres negras não podem almejar alcançar e desfrutar de ganhos de um grupo que ocupa um *status* superior numa sociedade estratificada? Esse fato também não pode ser entendido como enfrentamento ao racismo?

A análise da série propicia refletir sobre a realidade social das mulheres negras através do audiovisual e da ferramenta dos aplicativos de relacionamentos. As perguntas remetem a reflexões sobre solidão, afeto, preterimento, gênero e etnia em sociedades, marcadamente, individualistas, racistas e sexistas.

Questionamentos sobre o modelo patriarcal de relacionamentos e casamentos não foram explorados neste ensaio, o que não exclui a possibilidade de serem analisados em outras produções acadêmicas.

4 Considerações finais

As interações afetivas heteronormativas, apresentadas na série *Insecure*, demonstraram a representação das mulheres negras na sociedade estadunidense, o que se aproxima da realidade brasileira a partir de estruturas racistas, resguardando as suas especificidades. As novas tecnologias de informação e comunicação na contemporaneidade – que conectaram o mundo – expressam as ideologias formadas, historicamente, sobre gênero e raça/etnia, que são hegemonicamente racistas e sexistas.

Tais ideologias são exploradas pelo recurso audiovisual e servem para reflexão. Imagens como de Jezabel ainda permanecem no imaginário social, reproduzidas e atualizadas. Os aplicativos, como meios de interações, são programados e utilizados por consumidores cujos padrões sociais estão enraizados em concepções sociais estruturantes. Logo, são espaços que também podem contribuir para a renovação de violências de gênero e étnico/racial, como foi o caso protagonizado pela personagem Molly.

De fato, o ensaio buscou refletir sobre a afetividade e a amorosidade que os seres humanos necessitam para o seu desenvolvimento saudável e para interações sociais humanizadas e, ao mesmo tempo, buscou analisar os meandros embutidos nos aplicativos de relacionamentos, que são recursos de interações humanas, mas que, mergulhados no mundo fluído de relações quase instantâneas e superficiais, desaguam em solidão e em preterimento, sobretudo, das mulheres negras.

O sexismo às mulheres negras nos aplicativos de relacionamento: uma análise a partir da personagem Molly Carter

Referências

ANDERSON, Klaissa Verônica dos Santos. **Vai dar match?:** experiências e interseccionalidades de mulheres negras em aplicativos digitais de relacionamentos. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257339?show=full>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CÔRTEZ, Letícia; MOURA, Carolina Silva. **O amor líquido na era do Tinder:** uma análise da campanha publicitária do ministério da saúde sob a ótica baumaniana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015.

O LADO sombrio dos aplicativos de relacionamento. **BBC News Brasil**, 31. jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-57886015#:~:text=Dados%20de%20um%20estudo%20do,expl%C3%ADcitas%20que%20n%C3%A3o%20havam%20pedido>. Acesso: 23 mar. 2024.

SILVA, Daiane Rodrigues da. **Fast-food do amor: relações amorosas contemporâneas baseadas nos aplicativos de relacionamento.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2021.

ZANELLO, V. Saúde mental e gênero. *In: MUNDO DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO*, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017.



Quem somos?

Andy Rocha da Luz

Mestrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social - UERJ campus Maracanã. Foi discente de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É bolsista de Iniciação Científica através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - CNPq e integra o projeto de extensão intitulado “Oficinas de gênero e sexualidade nas escolas”. Participou do projeto de pesquisa intitulado “Sofrimentos e afetos de pessoas LGBTI no cenário brasileiro contemporâneo” e do projeto de extensão “Projeto Vozes e Cores”.

E-mail: anna.rocha1703@gmail.com

Aderli Goes Tavares

Doutora em Ciências Sociais com área de concentração em Antropologia pela UFPA/ PPGSA (2016). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2000). Graduação em Serviço Social pela UFPA (1995). Atualmente é professora na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Assistente Social, lotada no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), na UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa GPESPI (Grupo de Pesquisa e Extensão em Socioeducação e Políticas Intersetorias), certificado pelo CNPQ. Desenvolve pesquisa na área de políticas de educação e saúde para sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade.

E-mail: aderli@ufpa.br

Amanda Bortoluzo

Mestranda com o Programa de Pós-graduação em Psicologia Social - UERJ campus Maracanã. Bolsista FAPERJ, atua na área de psicologia com ênfase nos estudos interseccionais de Gênero, Classe, Raça e Loucura(s). Membro do grupo de pesquisas DEGENERA- UERJ, com ênfase em Feminismos e Gênero, caminha hoje pelas indagações sociais do que se constrói da loucura em existências trans e cis. Participante desde 2019 da Associação dos Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis-SP, a PIRASSIS, bem como da banda Loko na Boa, onde atuou como estagiária nos anos finais da formação. Esteve fortemente engajada no movimento de Reforma Psiquiátrica do Interior Profundo (do estado de SP). Organizou a Semana de Luta Antimanicomial de Assis, em 2018 e 2021. Ativista dos direitos LGBTQIAP+, atuou em diversos eventos e produções acadêmicas na área.

E-mail: mandabcar@gmail.com

Ana Paula Pereira Coelho

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, pertence ao grupo de pesquisa Gig@. É Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, com projeto intitulado “Mulheres e Tecnologia: a apropriação política e feminista nas redes”, integrando o Laboratório de Inovação e Ciência de Dados (Labic-UFES). Possui bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (2015).

E-mail: ana.coelho.jornal@gmail.com

Azure Flora

Atualmente dedica-se ao curso de Mestrado da Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2023), bolsista Faperj o pesquisador atua na área de Educação e Cibercultura e faz parte do grupo de extensão Socib (Sociabilidades, Cibercultura e Educação). Possui Licenciatura em Geografia e Bacharelado na mesma área pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2022). Teve experiência na área de Educação, desenvolveu IC e foi financiado pela FAPESP, tendo ênfase na Democratização das Tecnologias Digitais no Oeste-Paulista. Ativista dos direitos LGBTQIAPN+ tem interesse pela temática de Gênero e Sexualidade.

E-mail: azureflora73@gmail.com

Bianca Bortolon Gonçalves

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, com projeto intitulado “#EstuproNãoÉCulpaDaVítima: as narrativas construídas no Twitter sobre o estupro cometido no Rio de Janeiro”, integrando o Laboratório de Inovação e Ciência de Dados (Labic-UFES). Possui bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (2015).

E-mail: biancabortolon@gmail.com

Cristiane Maria Amorim Costa

Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do departamento de Fundamentos de Enfermagem e professora permanente do Programa de Pós-graduação de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS). Tem experiência na área de Enfermagem e Bioética, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, educação, bioética e justiça.

E-mail: cmacosta1964@gmail.com

Edméa Oliveira dos Santos

Professora Titular-Livre da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pedagoga pela UCSAL. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-doutorado em e-learning e EAD pela Universidade Aberta de Portugal (UAB-PT) e no Programa de Pós-Graduação Online em Tecnologia Educativa da Ohio State University, OSU, Estados Unidos. Bolsista PQ do CNPQ. Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Atua no Instituto de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC/UFRRJ). Editora-chefe da Revista Docência e Cibercultura (Proped/UERJ) e Editora gerente da Revista RIAE, Revista Interdisciplinar Artes de Educar. Líder do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC/UFRRJ).

E-mail: edmeabaiana@gmail.com

Fabiane Maia Garcia

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/UFAM - Linha de Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Coordenadora do Doutorado em Rede Educanorte - Polo Manaus. Doutora em Educação pela Universidade de Minho - Portugal (2015). Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM (2005), com graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1995). Professora Associada I da Universidade Federal do Amazonas. Vice-diretora da FACED/UFAM. Presidente da CGRRDE.
E-mail: fgarciaead@gmail.com

Fábio dos Santos Coradini

Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pedagogo pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Professor-Tutor da Especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica da UFRRJ. Bolsista CAPES. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC/UFRRJ).

E-mail: fabiocoradinic@gmail.com

Fernanda Medeiros Evanovitch

Graduada em Licenciatura plena em Ciências Sociais pela
Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: evanovitchf@gmail.com

Jorge Felipe Freitas

Graduando em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

E-mail: jorge.freitas@goldeletra.org.br

Julianna Paz Japiassu Motter

Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas (POSCOM) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (Gig@). Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) da Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília (2015). Graduada em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: juliannamotter@gmail.com

Leandro Teofilo de Brito

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Coordenador do Grupo de Estudos sobre Masculinidades e Educação (GEMasc). Formação em Licenciatura em Educação Física e Mestrado em Educação pela UFRJ. Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: teofilo.leandro@gmail.com

Luiz Fernando Correia de Almeida

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (2017). Especialista no Ensino de Ciências Anos finais do Ensino Fundamental (2022) pelo Instituto Federal do Amazonas. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2019). Doutorando em Educação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas, vinculado à linha de pesquisa Educação, Estado e Sociedade na Amazônia.

E-mail: luizfernanalmeida@gmail.com

Maria Clara Dias

Professora titular UFRJ, no Programa de Pós-graduação em Filosofia, na linha de pesquisa Raça, Gênero e Decolonialidade e no PPGBIOS. Tem experiência na área de Bioética, Ética, Filosofia Política e Filosofia da Mente.

E-mail: mcdias1964@gmail.com

Nilton Abranches Júnior

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Professor Associado do Instituto de Geografia da UERJ Campus Maracanã. Coordenador do Grupo de Pesquisa GEOCorpo, orientando trabalhos em educação, gênero e territorialidade de corpos dissidentes.

E-mail: niltonabranches07@yahoo.com.br

Rafael de Brito Dias

Professor Associado da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas. Atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, ambos na Unicamp. Desenvolve pesquisas nas áreas de Política Científica e Tecnológica e Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia.

E-mail: rbdias@unicamp.br

Rita de Cássia Viana de Almeida

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (2000). Especialista em sociologia e Educação ambiental pela Universidade do Estado do Pará (2006). Atualmente é Diretora da Biblioteca Central da UEPA.

E-mail: rita.cassia@uepa.br

Rubens Ferreira

Doutor em Ciência da Informação. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional. Especialista em Antropologia. Professor Associado e pesquisador na Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará (FACTUR/ICSA/UFPA). Coordenador do Laboratório Audiovisual de Turismo da Amazônia – LATUR.

E-mail: rubensf@ufpa.br

Thenessi Freitas Matta

Enfermeira pela UERJ, tendo obtido o título de mestre na mesma universidade e estando em processo de doutoramento pelo PPGBIOS. No momento de escrita deste artigo, atua como enfermeira do Ambulatório de Saúde Trans João W. Nery em Niterói/RJ.

E-mail: thenessi@gmail.com

Vannie Gama

Artista visual interdisciplinar brasileira, bacharel com honras no curso de Artes Visuais da UNESP. Mestre pelo Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas. É ativista social pelos direitos LGBTQ+ no Brasil e ativista ambiental.

E-mail: vanniegama.vyslab@gmail.com

Victoria Vicente Rodrigues Lopes

Professora de Geografia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ. Integrante do Grupo de Pesquisa GEOCorpo e Bolsista Capes, desenvolvendo pesquisa em Fundamentalismo Religioso e Gênero no Ciberespaço.

E-mail: lopesvvr@gmail.com

Conectando Saberes: Gênero, Tecnologia e Informação na Era Digital é uma coletânea vibrante e essencial que transcende barreiras acadêmicas e geográficas, reunindo vozes diversificadas para pensar as intersecções entre gênero, informação e tecnologia. Desde o impacto das plataformas digitais na construção de identidades trans até as implicações do sexismo racial nos aplicativos de relacionamento, o livro apresenta ensaios e resultados de pesquisa sobre como a revolução digital molda a experiência humana e a percepção de gênero. Com contribuições ricas e variadas, *Conectando Saberes* não apenas discute a trajetória de autoconhecimento e resistência das comunidades LGBTQIA+ e os sentidos da feminilidade, da masculinidade e da negritude, mas também provoca uma reflexão crítica sobre os desafios e as oportunidades de um mundo interconectado.



ISBN: 978-65-982137-7-0

